

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Carolina Maia de Aguiar

JORNALISMO E IDENTIDADES COLETIVAS:
representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e
transgêneros no portal *Mix Brasil*

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Carolina Maia de Aguiar

JORNALISMO E IDENTIDADES COLETIVAS:
representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e
transgêneros no portal *Mix Brasil*

Trabalho de conclusão apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Co-orientadora: Ms. Marcia Veiga da Silva

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

JORNALISMO E IDENTIDADES COLETIVAS:
representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
no portal Mix Brasil

elaborado por
Carolina Maia de Aguiar

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Virginia Pradelina da Silveira Fonseca
(Orientadora)

Prof^ª Dr^ª Cassilda Golin da Costa

Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2011.

Dedico este trabalho:

*... à Germana Etges Lopes
pelo amor, pelo apoio sempre, pela influência crucial na
construção de minha própria identidade e por, ao
inscrever o queer no corpo, ajudar também a
desconstruí-la.*

*... ao Vander Corrêa,
meu maior presente da Fabico – o cara com quem
aprendi a escrever, mas acima de tudo, meu amigo para
todas as horas.*

*... e a todos aqueles que, não se reconhecendo nas
verdades dos outros, se fazem representar em suas
próprias palavras.*

AGRADECIMENTOS

Passado o processo de elaboração teórica desta monografia, essa dedicatória parece um dos textos mais delicados de concretizar, o que exige mais precisão. Esse que venho pensando há tempos, desde que comecei este trabalho, a cada vez que percebia o apoio ou a influência de alguém. A verdade é que o caminho até aqui foi longo, e muitas pessoas colaboraram com diferentes subsídios para que eu chegasse às ideias que tenho e estão expressas aqui. Destes, destaco o papel dos meus pais – que sempre me incentivaram a ler, estudar e conhecer, a pensar criticamente e com independência. Devo a eles muito do que conquistei, e agradeço por sempre investirem em mim nesse sentido.

No que diz respeito especificamente a esta monografia, me dirijo primeiramente às pessoas cujo trabalho impactou no meu. Agradeço à jornalista Flávia Péret pela gentileza de me ceder o texto preliminar de seu livro *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e o consumo*, a ser editado pela PubliFolha – encontrei ali informações novas e que me auxiliaram bastante. Mas a forma com que este trabalho se apresenta hoje deve muito àquelas que me auxiliaram diretamente em sua construção, Virginia Fonseca e Marcia Veiga.

À Virginia, agradeço pelo estímulo, ainda em 2010, para pesquisar algo que realmente me motivasse. Pela autonomia que sempre conferiu ao meu trabalho, pela paciência com meus longos e-mails (e pelas respostas tranquilizadoras), pelo carinho, por acreditar em mim e me incentivar a seguir em frente. À Marcia, de quem tive “a honra e o privilégio” de ser a primeira orientanda, pelo diálogo sempre construtivo e inspirador, pelo exemplo de um trabalho pessoal, comprometido e por isso mesmo relevante, por me mostrar as portas que estão abertas à minha frente, e principalmente pela amizade que se instaurou (e nesse ponto, agradeço também ao Angelo e à Carolina, pela acolhida e pela companhia sempre agradável). Às duas, agradeço por terem oportunizado o amadurecimento que este trabalho sofreu. Mas mais que isso, pelo estremecimento das hierarquias, bem ao gosto das teorias que passamos a discutir, e pelo apoio que me deram quando precisei interromper esta pesquisa.

Meus amigos também foram importantíssimos no período em que esta monografia foi desenvolvida – tanto para ajudar a construí-la, quanto para me distrair dela. Ao Vander, só consigo agradecer “por tudo” – por um jeito de pensar e escrever que aprendi com ele, por sempre estar disponível quando eu precisei (e não foram poucos os momentos, esse ano), por me ajudar a entender na prática o que minhas novas ideias significavam. Aos “amorzinhos”, pelo amor com que me presentearam através de seus talentos: à Nina, pelas conversas e por literalmente adoçar meu processo produtivo, e à Tati, pela impressionante tarefa de tentar (e

conseguir) impor alguma ordem ao meu caos. À Nati, pelos nossos diálogos, pela troca incessante de bibliografia, por estar passando por isso junto comigo. À Camila, porque sei que ela sempre está ao meu lado. A todos, agradeço pela segurança que me deram sempre que precisei, pelo carinho e pelo amor.

E falando em amor... o agradecimento que ficou para o fim, porque as palavras pareciam nunca bastar. À Germana, minha esposa, meu amor, pelas minhas doses diárias de alegria e relaxamento, por estar sempre ao meu lado, me aturar nos momentos mais difíceis e sempre me lembrar de que, para além deste e outros trabalhos, a vida existe – e é bonita e vale muito a pena. Soa estranho agradecer a alguém pelo amor, mas sou imensamente grata por ter em minha vida uma pessoa tão espontânea, verdadeira, generosa, honesta em tudo o que faz, e que me ensina tanto e sempre. Boa parte deste trabalho tem a ver com nossa trajetória juntas – na militância, em aprender a ter orgulho de quem somos, em buscar nossas próprias verdades. Porque é mais fácil acreditar em, e lutar por, um mundo melhor quando tenho ao meu lado uma pessoa tão incrível me ajudando a construí-lo.

RESUMO

Este trabalho analisa as representações das identidades coletivas baseadas no gênero e na sexualidade no conteúdo jornalístico do portal *Mix Brasil*, site voltado para o público GLS. Utilizou-se o conceito de gênero na perspectiva do feminismo pós-estruturalista e da teoria *queer*. Discute-se: a construção social das identidades e da distinção masculino/feminino; a produção de categorias identitárias que leva, no Brasil contemporâneo, à definição de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), como sujeitos políticos do movimento social que se denomina a partir dessa sigla; a construção social das notícias e o papel do jornalismo na veiculação de categorias identitárias; e como essas identidades são representadas pela imprensa homossexual brasileira ao longo de sua história. Através da Análise de Conteúdo, analisam-se os textos jornalísticos veiculados no portal, num total de 172 matérias coletadas a partir da *homepage* do portal ao longo de três semanas e selecionados a partir da presença de marcadores de categorias identitárias. Os resultados permitem concluir que aparecem, no material estudado, as hierarquias de valor que marcam os processos políticos de construção das identidades. Predominam as representações de homossexuais, notadamente os masculinos, tanto no que diz à quantidade de matérias que os mencionam, quanto em relação ao destaque conferido a estas.

Palavras-chave: identidades sexuais e de gênero, imprensa homossexual brasileira, teoria *queer*, jornalismo.

ABSTRACT

This work analyzes the representations of collective sexual and gender identities in the journalism made by *Mix Brasil*, a Brazilian website directed towards gay men, lesbians and allies (in Portuguese, GLS). The concept of gender was applied from the perspective of post-structural feminism and queer theory. It discusses: the social construction of identities and the dichotomy masculine/feminine; the production of identity categories which leads, in contemporary Brazil, to the definition of lesbians, gay men, bisexuals, transsexuals, transvestites and transgenders (LGBT) as the political subject of the social movement named after the referred initialism; the social construction of news and the role of journalism in conveying identity categories; and how these identities are represented by the Brazilian gay news media in the course of its history. Content Analysis was used for analyzing the news content of *Mix Brasil*, amounting a total of 172 texts collected from its homepage in a period of three weeks and selected according to the presence of sexual and gender identity markers. The results allow to conclude that the hierarchy of values that marks the production of these identities is present in the *corpus*. There was a predominance of representations of homosexuals, especially men, regarding both the number of occurrences and the prominence conferred to them.

Keywords: sexual and gender identities, Brazilian gay news media, queer theory, journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa	94
Quadro 2 – Códigos e categorias empregados na Análise de Conteúdo	100
Tabela 1 – Ocorrências em cada código	104
Tabela 2 – Identidades sexuais e de gênero mencionadas (por número de ocorrências)	105
Tabela 3 – Identidades sexuais e de gênero (total) em referência a indivíduos ou personagens (por número de ocorrências)	115
Tabela 4 – Expressões utilizadas para descrever o conjunto das populações não heterossexuais (total e desconsiderando nomes de instituições e eventos)	121
Tabela 5 – Significados das palavras “gay”, “lésbica”, “heterossexual” e “homossexual”	123
Tabela 6 – Significados da palavra “gay”	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MASCULINO, FEMININO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	20
1.1 Corpo e discurso, do sexo ao gênero	22
1.2 Gênero como categoria analítica	29
2 IDENTIDADES: CRIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE CATEGORIAS	36
2.1 Identidade e diferença na perspectiva contemporânea	36
2.2 Identidades sexuais e de gênero	44
2.2.1 <i>Sexualidade como identidade individual</i>	45
2.2.2 Identidades coletivas e política de identidades sexuais e de gênero no Brasil	50
3 O JORNALISMO NA PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO	60
3.1 A construção social das notícias	61
3.2 Jornalismo e identidade	69
3.3 Imprensa homossexual brasileira e identidades coletivas sexuais e de gênero	76
4 IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NO <i>MIX BRASIL</i>	89
4.1 O objeto de pesquisa	89
4.2 A metodologia: Análise de Conteúdo	92
4.3 Os procedimentos adotados	93
4.4 A análise dos dados	101
4.4.1 <i>O jornalismo no MixBrasil</i>	101
4.4.2 <i>Bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros</i>	107
4.4.3 <i>Dualismo hétero/homo: o lugar da norma</i>	111
4.4.4 <i>Gênero, homossexualidade e outras interações entre pessoas do mesmo sexo</i>	114
4.4.5 <i>Construindo coletividades</i>	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	132
ANEXO A – Página inicial do <i>Mix Brasil</i> em 03 set. 2011	138
ANEXO B – Telas das páginas iniciais e das matérias coletadas (CD-ROM)	139

INTRODUÇÃO

Na época de definição do tema da presente pesquisa, discuti com uma amiga as linhas gerais de meu primeiro plano de trabalho: analisar um portal noticioso voltado para a população LGBT¹. “Um *site* para homens ou para mulheres?”, ela questionou. Frente à resposta – a intenção de estudar um veículo “misto”, voltado para homossexuais, bissexuais e transexuais de ambos os gêneros –, minha interlocutora concluiu: “se é misto, é para homens”. Essa reação, além de refletir algumas de minhas inquietações em relação a esse mercado, conforme se verá, aponta para dinâmicas centrais à discussão que será efetuada neste estudo.

Surgindo com títulos produzidos de forma praticamente artesanal nos anos 60 e encontrando uma voz marcadamente política pela primeira vez na forma do *Lampião da Esquina*, jornal alternativo do final dos anos 70, o mercado editorial jornalístico brasileiro voltado para o público homossexual consolidou-se e diversificou-se enquanto nicho nas últimas duas décadas. Revistas como *G Magazine* e *Junior*, voltadas para homens gays e caracterizadas pela oferta conteúdo de cunho homoerótico (com fotos de nu, inclusive frontal, na primeira), diferenciam-se entre si pela maior ou menor presença de conteúdo sexual e pelo tratamento dado às suas pautas jornalísticas, o que aponta para uma segmentação interna desse público. A sobrevivência desses títulos ao longo dos últimos anos indica a viabilidade econômica do segmento no Brasil, o que infelizmente não se repete com outras identidades sexuais e de gênero diversas da heterossexualidade. As raras iniciativas de publicações impressas voltadas para o público lésbico tiveram vida curta, e não há conhecimento de propostas semelhantes para bissexuais, transexuais, travestis ou transgêneros. Atualmente, somente homossexuais masculinos são contemplados pelos títulos jornalísticos disponíveis nas bancas. Dessa forma, impõe-se uma incômoda questão de linguagem: ainda que a expressão “imprensa homossexual”, ao não explicitar de que homossexualidade fala – se a masculina ou a feminina –, permita pensar em uma discussão que compreenda publicações gays e lésbicas, a ausência de títulos voltados para estas últimas faz com que “imprensa homossexual” e “imprensa gay” sejam expressões intercambiáveis na conjuntura atual. Ainda assim, visando evitar a utilização de uma expressão neutra que, dada essa conjuntura, endosse a perspectiva universalizante do masculino, adota-se a distinção “gay” e “público homossexual masculino” sempre que cabível, deixando a especificação em aberto sempre que

1 Sigla que reúne lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, sujeitos políticos do movimento social que os representa, definida em convenção dos grupos e ONGs que compõem esse movimento na I Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008.

se considerar a possibilidade de referência a ambas as homossexualidades.

A maior visibilidade e aceitação dessas diferentes identidades sexuais e de gênero, que possibilita a existência e se expressa também através dessa mídia segmentada, leva a um crescente interesse por parte da academia em relação a esse mercado. Em relação aos estudos sobre LGBTs na mídia encontrados na elaboração deste trabalho, pode-se pensar, grosso modo, em dois eixos temáticos: 1º) as análises sobre a representação desses grupos sociais na grande mídia (tanto no jornalismo quanto na ficção); e 2º) os estudos que se debruçam sobre veículos dirigidos por e para homossexuais. Seja investigando a história da imprensa gay e lésbica no Brasil, seja analisando o discurso de determinados veículos, a produção científica do segundo eixo temático – em que se insere, também, a presente pesquisa – concentra sua atenção na mídia impressa. Sendo esse segmento constituído, no presente momento, unicamente de títulos voltados para o público gay, tais estudos priorizam o estudo das representações das diferentes masculinidades nesses periódicos, geralmente por meio da análise de discurso, abordando a multiplicidade das identidades homossexuais masculinas. Nesse cenário, as representações de lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e outras possíveis identidades sexuais pela imprensa homossexual acabam não sendo descritas, discutidas, problematizadas ou sequer reconhecidas por parte dos estudiosos da Comunicação. Enquanto uma determinada coletividade – a dos homossexuais masculinos – é “dissecada” enquanto nicho de mercado, evidenciando diferenças internas no que diz respeito às performances de gênero, comportamento sexual, padrões de consumo de bens materiais e simbólicos e outros temas, uma revisão bibliográfica efetuada ao longo do desenvolvimento desta pesquisa permite sustentar que pouco conhecimento se produz sobre os demais grupos identitários em relação à oferta e demanda de produtos culturais e jornalísticos específicos.

O foco no segmento impresso leva também a uma carência de estudos de veículos *online* voltados para esses públicos, outro mercado em constante expansão e conseqüente diversificação. O modelo de negócios adotado pelos grandes portais voltados à divulgação de notícias e material opinativo de interesse para pessoas que não se identificam com a heterossexualidade – com conteúdo noticioso e opinativo gratuito, cobrando apenas pelo acesso ao material erótico, no caso dos voltados para homens que demonstram atração sexual por homens – possibilita um alcance maior em termos de público. A oferta desses materiais, contudo, também prioriza a produção de pornografia retratando apenas homens e interações sexuais entre eles, assim como ocorre com a mídia impressa gay – cujos principais títulos, na realidade, são iniciativas editoriais ligadas aos maiores sites voltados majoritariamente para os homossexuais masculinos. Apesar disso, o advento da *web* abre novas possibilidades para o

estabelecimento de veículos alternativos a esse nicho já consolidado como segmento editorial economicamente rentável. Pela não necessidade de reprodução material, veículos *online* prescindem de investimentos na impressão e distribuição de seus conteúdos. Isso permite o surgimento de portais menores, que atendem segmentos cuja demanda por informações e conteúdos específicos até então havia sido suprida de forma insuficiente.

A emergência desses veículos, por vezes produzidos de forma mais militante do que profissional, que envolve o engajamento da comunidade através da colaboração de usuários, aponta para uma politização do segmento reivindicando maior visibilidade para uns e outros grupos identitários. Contudo, essa segmentação por identidade, se podemos denominá-la assim, pode levar a um certo isolamento desses grupos entre si, à criação de guetos dentro do gueto. Assim, o direcionamento para um determinado público, por mais que atenda a uma necessidade política por espaço e visibilidade, acaba por ter como efeito colateral a manutenção das carências encontradas nas publicações maiores, que priorizam atender o seu público-alvo “principal”. Na realidade, ao atender também a um nicho, esses novos espaços alimentam esse ciclo de segmentação, reforçando o caráter “minoritário” no interior da comunidade LGBT das identidades e demandas atendidas por essas iniciativas. A oferta de conteúdos voltados especificamente para bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, por exemplo, ainda é incipiente mesmo na *web*, com a predominância de iniciativas individuais sob o formato de blogs. Mesmo valorizando espaços desse tipo e reconhecendo que a discussão sobre produção de conteúdo na web 2.0 exige um olhar diferenciado, vale ressaltar que nesses blogs há pouca produção de conteúdo jornalístico, predominando a opinião e a reprodução de *clipping* de notícias produzidas pelos grandes veículos, sejam eles publicações jornalísticas de grande circulação ou *sites* voltados especificamente para homossexuais. Assim, ainda que haja uma disponibilidade maior de espaços onde indivíduos que não se identificam com a heterossexualidade podem procurar por notícias e informações que lhes digam respeito, a credibilidade jornalística desses conteúdos, via de regra, ainda é conferida principalmente pela consolidação de um mercado voltado para um segmento específico, ainda que dominante, dessa população.

Tal massificação na produção de conteúdos traz implicações que merecem uma análise mais aprofundada no que diz respeito às identidades representadas. A partir de leituras de teóricos como Hall (2005; 2008), Woodward (2008), Louro (2003; 2004) e outros, defende-se a noção de que na pós-modernidade, ou modernidade tardia, as identidades passam a ser percebidas como sendo múltiplas e relacionais. O caráter “múltiplo” das identidades refere-se ao fato de que os sujeitos não se definem a partir do pertencimento a uma única categoria,

mas são compostos por características, preferências e posicionamentos adotados em diferentes esferas de sua vida. Da interação entre essas esferas emergem novos estilos de vida e modos de ser, identidades singulares construídas a partir da trajetória de cada indivíduo – e deixam de existir maneiras únicas de se viver, que dependam de essencializações dos papéis ocupados. Para os objetivos da presente pesquisa, essa recusa à essencialização se expressa tanto no que diz respeito à sexualidade quanto em relação às expressões de gênero, como sustentado a partir do feminismo pós-estruturalista e da teoria *queer*. A admissão dessa multiplicidade fica evidente na literatura sobre a mídia voltada para homossexuais, nas críticas à abordagem dos diferentes veículos. A própria segmentação interna do público consumidor gay, expressa através da presença de veículos impressos relativamente diferentes entre si no mercado, indica a busca por diferentes formas de se viver a homossexualidade masculina – ainda que a conjuntura atual do mercado envolva representações bastante semelhantes do tipo de homem e estilo de vida desejado por esses homossexuais.

Conforme já exposto, infelizmente, dificilmente se alcança semelhante profundidade na discussão (ou mesmo a quantidade de análises) sobre as representações de outras identidades sexuais não heterossexuais por parte da mídia. Tampouco se discute a importância e predominância de uma subcultura gay masculina na definição de uma cultura LGBT ou GLS. Nesse sentido, é importante resgatar o significado do caráter relacional das identidades na contemporaneidade. As identidades são definidas em relação a outras, e assim as semelhanças com outros iguais são tão importantes quanto as diferenças que os separam dos demais grupos. Entretanto, levando em conta o caráter múltiplo citado anteriormente, não é possível fazer uma leitura simplista dessas relações, que desconsidere diferenças internas e marcas pessoais que interferem, modificam, tensionam a identidade de cada um. Assim, na comparação com uma identidade considerada diferente, as diferenças encontradas em relação a outros iguais tendem a perder força, sublinhando a semelhança com aqueles com quem se compartilha uma identidade comum. Sendo as identidades relacionais e não absolutas, seu estudo não pode perder essas dinâmicas de vista.

Parafraseando George Orwell (2007), poderíamos dizer que na comparação com os diferentes todos seriam iguais, e ainda assim uns seriam mais iguais do que os outros. Mulheres transexuais (ou seja, que nasceram com corpo masculino e passaram a se identificar com o gênero feminino), heterossexuais e homens bissexuais, por exemplo, assemelham-se e podem unir-se politicamente por portar identidades não heteronormativas, mas diferem entre si em relação ao gênero e à orientação sexual. Da mesma forma, gays e lésbicas podem compartilhar o pertencimento a uma identidade homossexual, ainda que suas trajetórias sejam

marcadas por diferentes expectativas e oportunidades relacionadas ao gênero, bem como pela conformidade ou não em relação a ele. Neste ponto, fazem-se necessárias algumas distinções que serão aprofundadas posteriormente.

De acordo com Louro (2004a), o senso comum acerca das identidades sexuais e de gênero pressupõe uma continuidade entre sexo, gênero e orientação sexual. Sob esse ponto de vista, as diferenças biológicas entre os sexos estabeleceriam uma correspondência automática de homens e mulheres a características consideradas masculinas e femininas, respectivamente. Sob uma perspectiva construcionista, como a empregada no presente estudo, o gênero aparece como uma categoria que permite a análise das construções sociais que estabelecem comportamentos e práticas considerados adequados ou esperados para homens e mulheres, utilizando a biologia para justificar a essencialização de características e a naturalização das desigualdades. A orientação sexual, por sua vez, refere-se ao desejo sexual por um, outro ou ambos os sexos, relacionando-o ao sexo e gênero do sujeito. Diferente do que preconiza esse senso comum, cuja concepção de gênero e sexualidade se ancora em discursos considerados legítimos para expressar a “verdade” do corpo e do desejo, a associação entre tais esferas da vida sexual dos indivíduos não se dá de forma automática, tampouco previsível. Da mesma forma que é possível a associação entre um corpo biologicamente feminino, conformidade com o gênero feminino e desejo sexual voltado para outras mulheres, levando à adoção de uma identidade lésbica, a combinação de um corpo também biologicamente feminino com uma identidade de gênero masculina poderia levar, no caso de um indivíduo cuja libido fosse endereçada a mulheres, a uma identidade sexual hétero, já que este transexual buscaria parceiras do sexo oposto ao que ele sentiria pertencer.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de compreensão das identidades como próprias de um determinado tempo e espaço, resultado da interação entre características do indivíduo e a cultura em que este se insere – e, levando-se em conta a importância dos meios de comunicação massivos na produção e disseminação de bens culturais, justifica-se o estudo de sua contribuição para o estabelecimento, consolidação ou questionamento de determinadas identidades. O jornalismo ganha, aqui, uma importância particular, à medida que sua necessária vinculação com o real incide sobre a compreensão da realidade por sua audiência ao fornecer conceitos e interpretações acerca dos entes, fatos, acontecimentos e questões do mundo. Inicialmente marcada pelo discurso médico, a produção de identidades coletivas (bem como sua adoção por parte dos sujeitos) referentes a sexualidades que fujam ao padrão heteronormativo, quando construídas a partir do movimento homossexual, passa a carregar um caráter político à medida que marca diferenças em relação a essa heteronormatividade e

reivindica o direito a elas. No Brasil, o estabelecimento de siglas como GLS e LGBT, surgidas e utilizadas no mercado e no movimento homossexual, respectivamente, são resultados de tensões, disputas e decisões políticas.

Recentes contribuições do campo da Antropologia, como as de Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009), permitem reconstruir a história dessa produção de identidades coletivas no País, bem como as estratégias políticas do movimento homossexual que as ensejaram e delas fizeram uso. No campo da Comunicação, contudo, uma revisão bibliográfica realizada na fase de definição do projeto da presente pesquisa não localizou nenhum estudo que se dedicasse a analisar, comparativamente, os tratamentos dados às diferentes identidades sexuais e de gênero por parte dos meios de comunicação voltados para os públicos homo, bi e transexual. A produção científica sobre o tema ainda carece de um mapeamento quali e quantitativo das representações dessas identidades nos veículos, visando conferir se a maior disponibilidade de títulos voltados para o público homossexual masculino resulta, de fato, em uma predominância das identidades gays, ou se há um equilíbrio nos retratos dessa e outras identidades. Iniciativas mercadológicas voltadas para esses públicos (especialmente no campo da produção cultural, em que se destaca o jornalismo) são consideradas por seus idealizadores como parte do movimento homossexual por ofertarem bens e serviços específicos, promoverem agendas e buscarem retratos mais positivos da diversidade sexual (FRANÇA, 2007), apontando para um caráter político de tais empreendimentos. Somando-se a isso o pressuposto teórico de que a cultura disseminada pelos meios de massa determina e é determinada pelas características da sociedade que os produz, a identificação de uma maior (in)visibilidade de um ou outro grupo permitiria inferir tensões internas nessa população não heterossexual ou mesmo possíveis hegemonias baseadas no gênero, identidade de gênero e/ou na orientação sexual.

A proposta deste estudo originou-se na identificação dessas lacunas na produção científica no que diz respeito à caracterização dos veículos *online* voltados para homo, bi e transexuais e também no que concerne à análise comparativa da representação desses grupos nesses *sites*.

Nesta pesquisa, estuda-se o *site Mix Brasil*, e sua escolha deve-se a dois fatores: a) sua relevância na história do segmento voltado para o público “GLS” e b) por aparentemente não se dirigir exclusivamente para homens gays.

O *Mix Brasil* foi o primeiro portal brasileiro do gênero, e desempenhou um importante papel no estabelecimento e consolidação da sigla GLS para designar o incipiente mercado *gay-friendly* no País, em meados da década de 90 do século passado. A veia política do

veículo está expressa na missão do grupo, “ampliar o conceito de identidade, criar um mercado e formar profissionais para difundir cultura e produzir entretenimento sob o ponto de vista gay” -, em sua visão, que cita a intenção de ser “referência nas informações e ações culturais de interesse GLS”, e nos valores, que incluem o “apoio à comunidade LGBT”². O portal conta com uma seção específica para lésbicas, já destinou no passado uma editoria exclusiva para trans, e de fato atuou de forma pioneira na construção e disseminação de uma “cultura gay”, através da promoção de festivais de cinema e de pesquisas junto a sua audiência visando à produção de estatísticas sobre o mercado GLS. Além disso, a presença de conteúdo erótico no *site* permite analisar as relações entre esses materiais (voltados para homens) e os conteúdos noticiosos (que, a julgar pelo discurso da direção editorial do veículo e pela presença das seções específicas citadas, não devem restringir seu foco a homossexuais masculinos).

Na autodefinição expressa na seção supracitada de Missão, Visão e Valores, verifica-se a utilização de diferentes terminologias – gay, LGBT, GLS – para definir o nicho de atuação. Cada uma delas expressa uma visão do segmento, apontando respectivamente para um direcionamento aos homossexuais masculinos (ou, ao menos, uma indicação de que a palavra “gay” teria um uso ambivalente, servindo para designar tanto a comunidade não heterossexual como um todo quanto para designar os homens homossexuais, em específico), para a adoção e reforço das identidades reivindicadas pelo movimento LGBT enquanto ator político, e para a consolidação de um mercado que se dirija aos homossexuais, sem contudo restringir-se a eles. Dadas as implicações políticas dessa concepção da audiência, esta pesquisa investiga também as expressões adotadas para denominar o conjunto das populações não heterossexuais presentes no conteúdo jornalístico do *Mix Brasil*.

Visando esclarecer qual (ou quais) dessas concepções são efetivamente postas em prática na produção de conteúdo do portal, este estudo se propõe a buscar respostas para o seguinte problema de pesquisa: como são representadas as diferentes identidades sexuais e de gênero nos conteúdos jornalísticos veiculados no portal *Mix Brasil*?

Com isso, pretende-se atingir o objetivo geral de analisar a correspondência entre as identidades sexuais que o veículo, em sua seção de Missão, Visão e Valores, diz representar, e aquelas efetivamente presentes em seus conteúdos jornalísticos.

Para a consecução desse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos:

1) apresentar gênero como construção social que incide sobre a percepção dos corpos

2 MIX BRASIL. **Quem somos**. São Paulo, s.d. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/institucional/quem-somos>> Acesso em 01 nov. 2011.

sexuados e como categoria analítica relacionando concepções de masculino e feminino a uma hierarquia de valores ligados ao poder;

2) discutir a concepção de identidade e o estabelecimento de categorias relativas à identidade sexual e de gênero, notadamente no Brasil contemporâneo;

3) refletir sobre o papel do jornalismo na veiculação de categorias identitárias, efetuando uma revisão bibliográfica para verificar como essa circulação se deu na imprensa homossexual brasileira; e

4) analisar as matérias jornalísticas destacadas na *homepage* do veículo, de forma a verificar se ocorre a predominância de determinadas identidades sexuais e de gênero.

Para alcançá-los, os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa bibliográfica, para a revisão da literatura contemporânea sobre identidade, gênero e sexualidade e sobre o jornalismo enquanto prática social em que se reproduzem e naturalizam concepções de mundo; e análise de conteúdo. Esse último procedimento envolveu o levantamento diário, ao longo de três semanas, das chamadas da página inicial do *site*, onde são exibidos conteúdos oriundos de todas as suas seções, evidenciando o que é considerado mais importante de acordo com sua linha editorial. Para a análise, são estabelecidas categorias que permitem a identificação das identidades coletivas referentes a gênero e sexualidade, com a posterior comparação quanti e qualitativa de suas aparições e o destaque conferido a elas.

O estudo se estrutura em quatro capítulos. No primeiro, efetua-se uma distinção entre sexo, gênero e sexualidade, conceituando gênero como uma categoria analítica. As noções de “masculino” e “feminino” são apresentadas como construções sociais, dissociando-as das visões ligadas ao determinismo biológico, que defendem que haja um caráter inato nas características e comportamentos comumente associados a homens e mulheres. A utilização do gênero como categoria analítica coloca “masculino” e “feminino” como polos inter-relacionados e vinculados a uma hierarquia de valor, de forma que os valores associados ao masculino correspondem aos valores tidos como superiores ou parâmetros e estão mais próximos das concepções e do exercício do poder.

O segundo capítulo se dedica à discussão teórica sobre a temática da identidade. Inicialmente, são abordadas as dinâmicas identitárias na pós-modernidade ou modernidade tardia, a partir de uma perspectiva que rejeita a unicidade e a fixidez das identidades, definindo-as como sendo discursivamente construídas e próprias de locais e momentos históricos específicos. Relaciona-se a produção da identidade à produção da diferença, ressaltando o caráter comparativo da identidade, bem como as hierarquias de valor implicadas nesse processo. Em seguida, analisa-se a produção de identidades coletivas referentes ao

gênero e à sexualidade, discutindo a influência do discurso biomédico e o caráter político do estabelecimento dessas identidades no Brasil.

O terceiro capítulo discute o papel do jornalismo na construção da realidade e na veiculação dos conceitos e significados associados às categorias identitárias. Partindo de uma reflexão geral sobre a atuação do jornalismo, filiando esta pesquisa às teorias construcionistas da notícia, são abordadas as características da atividade jornalística que fazem com que o discurso jornalístico não seja mero reflexo da realidade, mas uma construção social acerca desta, limitada por fatores ligados à produção das notícias e pela própria subjetividade do jornalista. Em um segundo momento, procede-se a uma revisão bibliográfica, visando a caracterizar a história do segmento em que o veículo estudado se insere, a imprensa homossexual brasileira.

O quarto e último capítulo traz a análise dos dados. Primeiramente, apresenta-se um breve histórico do *Mix Brasil*, caracterizando sua apresentação atual. A seguir, descrevem-se os procedimentos de pesquisa e apresentam-se os pressupostos teóricos que os embasam; e, por fim, procede-se à discussão dos resultados encontrados.

1 MASCULINO, FEMININO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Ao longo dos dois últimos séculos, profundas mudanças atingiram as concepções e práticas referentes a gênero e sexualidade na sociedade ocidental de maneira geral e também no Brasil. Paralelamente ao desenvolvimento do feminismo, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, conquistaram o direito à participação política, buscaram e seguem buscando mais igualdade nas relações conjugais, familiares, de estudo e trabalho. O surgimento de métodos anticoncepcionais também permitiu que a atividade sexual fosse desvinculada da reprodução, emancipando o prazer sexual das mulheres e oportunizando a emergência de uma sexualidade vivida de forma menos rígida, não necessariamente dentro do casamento e/ou voltada para a reprodução, mais relacionada à busca do prazer do que interessada na manutenção do relacionamento (GIDDENS, 1993). Surgiu, dentro da ciência, o campo da sexologia, que se propôs a estudar, compreender e tornar saudável a sexualidade humana. Nessa atmosfera de mudanças, diferentes formas de manifestação da sexualidade que não correspondiam à norma heterossexual reprodutiva passaram a ser vistas, reconhecidas, classificadas. Mais recentemente, algumas delas – graças tanto ao impacto de pesquisas científicas quanto à atuação de movimentos sociais envolvidos no questionamento dos padrões tradicionais de comportamento sexual – ganharam uma visibilidade até então inédita, e sua legitimidade passou a ser reivindicada (e, num movimento de reação, também negada e contestada) por instituições e indivíduos.

Assim como ocorreu com as mulheres, as disputas envolvendo os direitos das populações não heterossexuais não aconteceram sem polêmicas e conflitos. Na realidade, tais processos estão longe de ser encerrados, e as mudanças nas concepções e práticas envolvendo sexualidades diferentes do “padrão” esperado não acontecem de forma linear. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil viu surgir e ascender iniciativas culturais e políticas visando à veiculação de identidades homossexuais “positivas” e, a partir disso, à reivindicação de direitos sociais e de reconhecimento simbólico. Desenvolvendo-se a partir dos contextos da abertura política, no final dos anos 1970, do início da epidemia de AIDS, ao longo dos 1980, e florescendo a partir das relações com o Estado oportunizadas pela atuação através do modelo das organizações não-governamentais (ONGs) a partir dos 1990 (FACCHINI, 2005), o movimento social e político pelos direitos dos homossexuais no Brasil diversificou-se, institucionalizou-se e ampliou suas áreas de atuação, agindo tanto através de ações de saúde voltadas para o combate e a prevenção da AIDS quanto nas esferas culturais e

políticas. Suas demandas incluem a busca por direitos iguais aos concedidos a casais formados por pessoas de sexos diferentes, por proteção estatal no combate à violência (física, psicológica e simbólica) contra indivíduos e grupos não heterossexuais e, de maneira mais ampla, por um reconhecimento por parte da sociedade de que suas práticas e identidades sexuais são legítimas.

Nesse contexto, como se verá, a identidade desempenha um papel central. No Brasil, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nomeiam o movimento social que os representa. A atual denominação LGBT³, cunhada a partir das iniciais das identidades sexuais e de gênero supracitadas, delimita precisamente o campo de atuação desse movimento. Sua definição é recente e marcada por inclusões, exclusões e alterações que explicitam suas tensões políticas internas. Além dessas categorias, cunhadas a partir das necessidades políticas do movimento, é criada na década de 90 a sigla GLS, que passa a denominar um mercado em constante expansão e sofisticação, voltado para *gays*, lésbicas e simpatizantes. As categorias HSH (homens que fazem sexo com homens) e MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres) surgem das práticas de saúde, buscando atingir indivíduos que não necessariamente veem suas práticas sexuais como definidoras de suas identidades.

A proliferação de classificações envolvendo identidades sexuais e de gênero, longe de expressar a aparente falta de sentido denunciada pela ideia de que há aí uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005), oferece importantes indícios para uma discussão do papel político dessas identidades. Essas dinâmicas apontam tanto para uma possível hierarquia entre tais identidades, à medida que são incluídas ou excluídas, quanto para um questionamento de sua validade, já que existem indivíduos que se recusam a ser classificados a partir delas.

Ao compreender o caráter cultural e histórico das identidades, assume-se que elas não são dadas, mas construídas a partir de um determinado contexto. Para uma compreensão de suas implicações políticas, que se traduzem em desigualdades sociais e simbólicas,

é crucial a adoção de uma teoria que descreva e explique o processo de *produção* da identidade e da diferença. Uma estratégia que simplesmente admita e reconheça o fato da diversidade torna-se incapaz de fornecer os instrumentos para questionar precisamente os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais e que as separam por meio da diferença cultural. Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida (SILVA, T., 2008, pp. 99-100).

3 A denominação anterior, GLBT, havia sido adotada a partir de sua utilização pelo coletivo que organiza a Parada do Orgulho GLBT, em São Paulo (FACCHINI, 2005). A decisão de inverter as letras, levando à denominação “LGBT” foi tomada pelos grupos e ONGs que formaram o movimento em 2008, na I Conferência Nacional GLBT (OLIVEIRA, 2009). As tensões e implicações políticas dessa decisão serão discutidas posteriormente neste trabalho.

Esta pesquisa parte de uma perspectiva teórica que sustenta que as diferenças – entre homens e mulheres, entre as formas de viver a sexualidade – são interpretadas e explicadas em termos culturais, o que orienta a própria percepção dessas diferenças. O conceito de “gênero” será utilizado aqui como categoria analítica, problematizando-o de forma a distingui-lo do que se entende por “sexo”, e de forma a estender sua aplicação para além do que se convencionou como adequado para homens e mulheres. Tal leitura permitirá identificar como as concepções de masculino e feminino, forjadas a partir de um discurso que as naturaliza como sendo originárias das diferenças sexuais, estão hierarquizadas numa escala de valores perpassada por relações de poder, gerando desigualdades tanto simbólicas quanto sociais. Compreender esta dinâmica de diferenciação e hierarquização permitirá refletir não apenas sobre como surgem e se comportam as diferentes identidades de gênero, mas sobre a própria formação das identidades sexuais, a partir também de diferenciações e hierarquias – e como, no interior da população não-heterossexual, se dão as relações entre essas diferentes identidades.

Na seção a seguir, faz-se um breve resgate da história de algumas concepções médicas acerca das diferenças sexuais, que permitem constatar como essas diferenças são construídas discursivamente. A partir disso, é possível problematizar as noções que veem o comportamento de homens e mulheres como sendo ditados pela biologia, colocando como contraponto teórico a concepção, adotada nesta pesquisa, de que as distinções masculino/feminino são construídas socialmente. Posteriormente, discute-se os processos através dos quais tais distinções são construídas a partir de relações de poder, conferindo uma posição de maior prestígio ao que se define como masculino. Assim, a utilização do gênero como uma categoria analítica permite pensar como as diferenças sexuais são significadas de forma a justificar desigualdades e, mais que isso, como as concepções do que se considera feminino e masculino ultrapassam a relação entre homens e mulheres e passam a organizar outros discursos baseados no poder e em hierarquias de valor.

1.1 Corpo e discurso, do sexo ao gênero

Guacira Lopes Louro (2004a) identifica no senso comum a expectativa de uma continuidade entre sexo, gênero e identidade sexual. Dessa forma, um indivíduo nascido com genitais masculinos deveria obrigatoriamente identificar-se como homem e envolver-se sexual e afetivamente com mulheres, o que a filósofa norte-americana Judith Butler define como “heterossexualidade compulsória” (BUTLER apud VEIGA, 2010). Essa perspectiva foi

construída a partir de essencializações que veem nas diferenças físicas entre os sexos a origem das diferenças socialmente atribuídas a eles. Para desconstruir essa ideia, é preciso analisar separadamente cada eixo envolvido nessa continuidade, visando compreender como essa articulação foi construída historicamente.

Nessa perspectiva, utilizaremos o conceito de “gênero”, conforme proposto por Scott (1995), para analisar a construção social da distinção entre masculino e feminino e da associação de determinadas características a um e ao outro sexo, refletindo sobre como os discursos que produzem tais diferenças expressam concepções e posições relativas ao poder. A análise pelo viés do gênero, contrariamente ao que se possa pensar, não isola as diferenças sexuais no campo da biologia. Conforme Weeks (1999, p. 37), “o corpo não tem um significado intrínseco” - pelo contrário, a percepção das diferenças físicas entre corpos de homens e mulheres foi construída historicamente na sociedade ocidental pelo discurso médico, refletindo as relações de gênero preexistentes e impactando essas mesmas relações. Dessa forma, não se pode pensar o gênero como situado na cultura e o sexo como dado pela natureza, pois é no interior da cultura que o que se convencionou como “diferenças sexuais” é designado, significado, interpretado. Nesse sentido, cabe ressaltar que mesmo essa oposição entre natureza e cultura também é bastante problemática, já que a própria definição de “natureza” é construída culturalmente e, como veremos, também envolve concepções de gênero.

A partir do século XVIII, período em que a razão e a ciência passam a ganhar legitimidade enquanto discursos capazes de explicar o mundo e a sociedade, as ciências médicas também se constituem enquanto campo de conhecimento produtor de verdades acerca do que se convencionou como normal/anormal, patológico/sadio nos comportamentos humanos, definindo a base do que muitos estudiosos chamam de heteronormatividade (BUTLER apud VEIGA, 2010). Nesse cenário, a obra de Darwin exerce grande influência: “o sujeito humano foi 'biologizado' – a razão tinha uma base na Natureza e a mente um 'fundamento' no desenvolvimento físico do cérebro humano” (HALL, 2005, p. 30). A ciência ocidental passa a buscar na natureza e no corpo explicações para o comportamento humano. O chamado determinismo biológico, que funda estes pressupostos, apoia-se na biologia para estabelecer que determinadas características e comportamentos são idiossincráticos de um ou outro sexo. Assim, a capacidade biológica da gestação faria com que as mulheres fossem naturalmente cuidadosas e protetoras, dadas as atenções demandadas para sobrevivência de seus descendentes; por outro lado, sua constituição “frágil” as tornaria menos aptas ao mundo do trabalho, tanto braçal quanto intelectual. Tal proposição envolve a noção oposta para os

homens: que eles seriam naturalmente mais fortes, mais aptos, e por isso lhes caberia o papel de prover e proteger a família e seu grupo. Essas interpretações das diferenças físicas entre os corpos levou, historicamente, à exclusão da mulher da esfera pública:

os médicos – e a grande maioria era de homens – ajudaram a legitimar um código de comportamento sexual baseado em rígidas distinções entre atividade feminina e masculina. Eles avaliaram com sua noção de que as mulheres tinham um sistema nervoso muito delicado, “doença” mental e cérebro menor, além de órgãos reprodutivos também menores; tudo isso fazia com que fosse insalubre para elas votar, trabalhar fora de casa, escrever livros, ir para a universidade, ou participar do debate público (GRONEMAN, 2001, p. 17).

Como o discurso científico é produzido por sujeitos dotados de subjetividade, expressando também valores vigentes em sua sociedade e época, não surpreende que a biologia seja invocada de forma a reforçar interpretações que corroboram o *status quo*. É interessante notar como se pensa o gênero e a sexualidade, em especial a sexualidade masculina, em termos “animais”, buscando explicar comportamentos de nossa cultura como resquícios de uma história humana anterior à cultura, como se fosse possível resgatar uma sexualidade pré-discursiva, portanto “natural” e “verdadeira”. Assim, defende-se que homens, enquanto machos, procuram fecundar o máximo de parceiras possível por motivos de preservação dos seus genes, mas outra proposição igualmente verdadeira em termos da sobrevivência de espécie – a de que, sendo tal argumento verdadeiro, dever-se-ia compreender que as mulheres buscassem, também, um número maior de parceiros para selecionar os melhores genes – não é invocada, de forma a não abalar uma concepção, historicamente recente, de que a mulher é menos sexual que o homem. Na realidade, a visão da mulher como “naturalmente” mais pura e casta é um discurso recente, construído para controlar o comportamento sexual na época vitoriana, atribuindo à mulher a responsabilidade por esse controle (GRONEMAN, 2001). A repetição desse discurso mascara sua construção histórica, dando a essa ideia um caráter de verdade.

As explicações baseadas na biologia também se modificam de acordo com o desenvolvimento científico, ou seja, elas acompanham os significados disponíveis no discurso científico vigente. As justificativas deterministas para comportamentos ditos “femininos” ou “masculinos” já recorreram a diferentes condições ao longo do desenvolvimento fetal, à influência dos hormônios, e, na atualidade, cabem à genética (WEEKS, 1999). Sob a perspectiva determinista, características ou comportamentos considerados (em um determinado local e período histórico) femininos ou masculinos são essencializados⁴, vistos

4 A ideia de “essencialismo” evidencia o caráter de inevitabilidade presente nessa perspectiva: “logo que um objeto ou coisa é classificado, será para sempre esse objeto ou coisa. Terá uma identidade. Adquirirá uma

como parte de uma “natureza” que aparece como universal e imutável, portanto, inquestionável. A noção de que a biologia opera igualmente em todos os grupos e culturas passa a servir para justificar desigualdades baseadas nas diferenças físicas entre homens e mulheres. Entretanto, a interpretação dessa biologia também tem uma história, que permite afirmar que nem mesmo o corpo se comporta de maneira universal: os significados das diferenças físicas também são construídos social e historicamente. No estudo das relações de gênero, o corpo deve ser visto não como fundamento, mas como variável (NICHOLSON, 2000).

De acordo com Laqueur, antes do século XVIII não se pensava que os corpos de mulheres e homens fossem radicalmente diferentes, e sim que exibiam diferentes graus de perfeição enquanto corpos humanos. O masculino representaria o parâmetro, adequadamente desenvolvido, porque o feto teria recebido mais calor e nutrientes durante a gestação; enquanto fetos do sexo feminino receberiam menos calor e energia e resultariam em corpos mais fracos, inferiores. Mesmo os genitais eram vistos similarmente: a vagina seria um pênis voltado para dentro, o útero corresponderia ao escroto, e os ovários eram chamados de testículos femininos. Posteriormente, autópsias de fetos provariam que, de fato, os genitais femininos e masculinos desenvolvem-se diferentemente a partir de estruturas comuns, ainda no útero da mãe (LAQUEUR, 2001). O que chama a atenção nesse ponto de vista é como as características sexuais são interpretadas a partir de uma perspectiva hierárquica. O discurso que interpreta as diferenças físicas entre os corpos, produzido em instâncias consideradas legítimas, às quais as mulheres não tinham acesso, coloca o homem como parâmetro, explicitando uma hierarquia de valores em que o masculino é considerado superior.

A hierarquia de valores presente nessa concepção “unissexuada” da humanidade não diz respeito unicamente aos corpos. Na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, compreende-se que os significados que explicam as diferenças – neste caso, entre os corpos – são produzidos a partir de relações de poder. No caso das relações de gênero, os homens historicamente ocuparam as posições de maior poder e é a partir dessas posições que são produzidos os discursos que colocam o masculino em uma posição mais alta na escala de valores, associando-o a características e atributos considerados mais adequados ao exercício desse poder. Portanto, a noção de que o corpo masculino expressa a perfeição da espécie humana, constituindo-o como superior, mesmo que tenha sido abandonada em termos descritivos da anatomia humana, expressa uma hierarquia de valores que ultrapassa o âmbito

essência particular. Estará sujeito a certas regularidades que serão entendidas como regras, ou leis, da natureza” (CRAPANZANO apud MATTOS, 2003, p. 82).

biológico e que seguirá orientando a leitura das diferenças físicas descobertas empiricamente a partir do século XVIII, no contexto do desenvolvimento das ciências naturais. A partir desse momento, estruturas do corpo feminino que diferiam do masculino passaram a ser identificadas, nomeadas, efetivamente diferenciadas também no plano simbólico. Até mesmo “estruturas antes consideradas comuns a homens e mulheres – o esqueleto e o sistema nervoso – eram diferenciadas, no sentido de *corresponder aos aspectos culturais* do masculino e do feminino” (LAQUEUR apud NICHOLSON, 2000, p. 19, grifo nosso), correspondência essa que fixa o masculino em uma posição superior. Ainda de acordo com Laqueur, isso não quer dizer que antes não houvesse consciência das diferenças físicas entre os corpos: a mudança é que a fisiologia, nesse contexto, deixa de ser vista como uma *expressão* da hierarquia entre os sexos, para ser considerada a sua *causa*.

A partir de Laqueur, pretendeu-se argumentar contrariamente às concepções que fundam nas diferenças sexuais as desigualdades entre os sexos, já que a própria percepção dessa diferença foi construída socialmente a partir de determinados discursos. É no âmbito da cultura que comportamentos racionais ou agressivos, por exemplo, são associados ao comportamento masculino; é socialmente que se produz a noção de que, devido ao “destino biológico” da gestação, mulheres seriam mais sensíveis e cuidadosas com o outro. Principalmente, é preciso levar em conta que as desigualdades “no acesso a bens simbólicos e materiais” de que fala Scott (1995, p. 88) somente se dão no interior de sistemas políticos, econômicos e sociais. Mesmo que apenas corpos femininos tenham a capacidade de gerar descendentes, é a cultura que define que, na sociedade ocidental, a produção de tais descendentes deve dar-se no interior de uma família composta por um homem e uma mulher, em cuja divisão de tarefas caberia ao primeiro o provimento do lar e à segunda a primazia pelo cuidado dos filhos. Da mesma forma, ainda que fosse possível comprovar uma maior aptidão “natural” do homem para atividades intelectuais, instituições como escolas e universidades não existem na natureza – a dificuldade de acesso das mulheres ao letramento, por séculos, se deu por razões de natureza social. Jeffrey Weeks defende que os estudos comparativos de sociedades não ocidentais foram importantes para as discussões sobre os papéis masculinos e femininos justamente por evidenciar, através de seus comportamentos “exóticos” para o gosto europeu, que tais papéis não se comportam de maneira universal através das culturas (WEEKS, 2004).

Contudo, é preciso evitar-se uma proposição oposta, mas de efeitos semelhantes: a de que a cultura crie, através de experiências compartilhadas entre homens e entre mulheres, diferenças análogas às que os deterministas biológicos atribuem à fisiologia. Tal proposta,

embora se assemelhe às leituras construcionistas, diferencia-se delas por um detalhe sutil mas crucial. Ao defender que as experiências compartilhadas entre as mulheres através da vivência dos papéis de gênero fazem com que elas *sejam* diferentes dos homens, a explicação de tais diferenças abandona o campo da biologia, sem deixar de lhes conferir um caráter essencializado. A esse respeito, é interessante resgatar uma constatação da historiadora Linda Nicholson (2000), que sustenta que as essencializações a partir da cultura falham por não conseguir explicar as diferenças entre as mulheres. Se tal argumento fosse verdadeiro, ela provoca, seria impossível a existência do feminismo – em uma sociedade onde a cultura conseguisse *produzir* mulheres que compartilhassem todas os mesmos valores de harmonia e subordinação, considerados “femininos”, o caráter contestador das feministas jamais teria surgido.

Nessa análise, torna-se útil o conceito de *performatividade*, oriundo da linguística e inserido na teoria *queer* através do trabalho da filósofa norte-americana Judith Butler. Na definição original de Austin (apud SILVA, T., 2008, p. 92), performativas são “aquelas proposições que não se limitam a descrever um estado de coisas, mas que fazem com que alguma coisa aconteça”. Uma leitura mais ampla, como a proposta por Butler, atribui performatividade também a enunciações descritivas frequentemente reiteradas. Nessa perspectiva, a linguagem tem o poder de produzir aquilo que nomeia – não no momento da enunciação, mas a partir de sua repetição (SILVA, T., 2008). Assim, declarações que afirmam que um bebê “é um menino” ou “é uma menina” não apenas descrevem o bebê, mas também produzem seu gênero.

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser "neutro" em um "ele ou em uma "ela": nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação⁵ do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 1999, p. 161).

Para a definição que Butler faz da performatividade, o conceito de *citacionalidade* conforme proposto pelo linguista francês Jacques Derrida exerce um papel importante no que diz respeito à reiteração. A partir de Derrida (apud SILVA, T., 2008), define-se que os significados produzidos nesses discursos não são criados no ato de fala, e sim são citados pelo falante. Só pode ser citado o que faz sentido no interior de uma cultura, o que garante que os

5 Interpelação, termo cunhado a partir de Althusser (apud HALL, 2005; 2008) é o recrutamento a uma determinada identidade, como se verá no capítulo 2.

valores e discursos hegemônicos sejam citados – produzindo seus efeitos – com maior frequência: “é de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico [...] tem no processo de produção da identidade” (SILVA, T., 2008, p. 94). É a citacionalidade que garante a eficácia do ato performativo, que não conseguiria produzir seus efeitos caso

não fosse de algum modo identificado como uma repetição, uma citação [...] ao falarmos, já estamos imersos em uma rede citacional iterativa que não apenas nos atravessa, mas também nos conforma. [...] Por outro lado, Derrida nos esclarece que a citação se dá sempre de maneiras diferentes, nunca podendo ser exata e definitivamente enquadrada, já que a cada vez ela pode quebrar o contexto dado, adaptando-se a novos contextos (SALIS, 2007, p. 105).

Compreende-se que as distinções masculino/feminino são construídas através da construção social e simbólica de perfis ideais, essencializados, articulando polarizações ou “dicotomias hierarquizantes” (MATTOS, 2003), como será aprofundado a seguir. Não obstante, ainda que se considere que o gênero é parte constituinte do sujeito, de importância crucial para sua identidade, isso não implica que todos os homens sejam iguais entre si ou que todas as mulheres compartilhem das mesmas experiências e características, como proposto no passado por algumas feministas e criticado por Nicholson, como já foi exposto.

Para a historiadora Joan Scott (1995), a utilização do conceito de gênero em uma perspectiva descritiva indica “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Entretanto, ao utilizar o gênero como uma ferramenta política, uma análise que se debruce unicamente sobre tais papéis

[...] pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 2003, p. 24).

Dessa forma, antes que se passe à discussão sobre como o gênero e a sexualidade se articulam na definição da identidade de indivíduos não heterossexuais (e, principalmente, sobre a atuação do jornalismo na produção dessas identidades, enquanto instituição atravessada por e produtora de concepções de gênero), é oportuno discutir de que forma o gênero opera em nossa sociedade. Tal uso do conceito faz dele não apenas uma ferramenta analítica, mas também lhe dá um caráter político (LOURO, 2003).

1.2 Gênero como categoria analítica

O conceito de gênero surge em um momento de busca de legitimidade para a produção intelectual feminista enquanto campo de conhecimento. Por não usar o sexo das pessoas para dividi-las entre homens e mulheres, tal conceito evita reforçar o caráter biológico das diferenças e, conseqüentemente, a utilização destas para explicar ou justificar desigualdades sociais. Além disso, o uso de “gênero”, na perspectiva aqui adotada, não visa a simplesmente substituir o termo “mulheres” ou a expressão “homens e mulheres”, mas pressupõe que os polos “masculino” e “feminino” estejam relacionados, sendo compreendidos apenas através da comparação com o outro (SCOTT, 1995) e levando em conta as relações de poder e hierarquias nestas imbricadas. Entende-se que uma reflexão que analisasse apenas uma das partes da equação estaria forçosamente incompleta. Por ser uma relação social, o gênero não é dado nem acabado: está continuamente sendo construído e reelaborado (MATTOS, 2003). Ao compreendê-lo dessa forma, o estudo das distinções masculino/feminino precisa situá-las cultural e historicamente, evitando essencializações a partir da cultura do teórico (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000).

Na definição de Scott, duas proposições são centrais para a utilização de gênero como categoria analítica: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Uma pesquisa que analise as relações de gênero em determinada sociedade deve levar em conta a atuação conjunta de quatro elementos, a saber: os símbolos presentes na cultura da sociedade foco da análise; os conceitos normativos que interpretam esses símbolos através de uma oposição binária que reitera a distinção inequívoca entre masculino e feminino; a organização política e social dessa sociedade, já que as desigualdades de gênero não se restringem ao espaço doméstico e familiar, mas são construídas e se expressam em instituições e práticas do campo da política e da economia; e, por fim, a identidade subjetiva dos indivíduos.

A segunda proposição dessa definição defendida por Scott permite refletir sobre a relevância do gênero na estruturação da sociedade. Em uma abordagem mais estreita, que considerasse apenas as distinções entre homens e mulheres sem problematizá-las politicamente numa perspectiva que leve em conta as relações de gênero e poder que se estabelecem, a associação historicamente construída entre mulher e espaço doméstico poderia restringir a análise ao domínio da família e às relações sexuais e amorosas entre homens e mulheres. Sob a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, que se aproxima do feminismo

pós-estruturalista e da teoria queer, compreende-se que as relações de gênero estão presentes em outros locais, contextos e instituições sociais mais comumente associados à esfera dita “pública”. Segundo a filósofa política Susan Okin (2008), a própria definição de “privado” em oposição a “público” foi construída a partir da desigualdade de poder entre homens e mulheres, materializada no espaço doméstico. Definida a partir de posições iluministas, quando se cria a ideia de um sujeito – masculino – de direitos, a noção de “privacidade” visava garantir um espaço para que esse sujeito pudesse exercer, sem o constrangimento da intervenção do Estado, da Igreja ou de outros sujeitos de direito, seu poder em relação a sujeitos que a ele se subordinassem. O fato de o estupro, no interior do casamento, ser reconhecido como violência somente em 1990, na Inglaterra, é uma demonstração dessa lógica de operação de poder (OKIN, 2008). Da mesma forma, podemos citar a necessidade de estabelecer no Brasil, através da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, a noção de que a violência, que em outras situações configuraria crime, como agressão ou tentativa de homicídio, também deve ser compreendida como tal no interior do casamento. Cabe destacar ainda o fato de que a igualdade entre homens e mulheres só aparece no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988.

Na visão de Scott, a percepção das desigualdades entre homens e mulheres como dadas permite que o gênero seja utilizado para compreender, explicar e justificar outras relações baseadas na hierarquia, pela associação entre as posições de poder e o que se convencionou como masculino. É nesse sentido, por exemplo, que a postura do governante em relação a seus súditos foi comparada por teóricos políticos liberais ao papel do marido no comando da esposa e da família (SCOTT, 1995; OKIN, 2008). Para ilustrar mais concretamente essa associação, Joan Scott resgata o ponto de vista do filósofo contrarrevolucionário francês Louis de Bonald, que em 1816 equipara a possibilidade do divórcio à ameaça de sublevação popular contra o poder soberano do rei: “a fim de manter o Estado fora das mãos do povo, é necessário manter a família fora das mãos das esposas e dos filhos” (BONALD apud SCOTT, 1995, p. 90). Dessa forma,

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder (SCOTT, 1995, p. 88).

Esse “controle ou acesso diferencial” repercute na construção do poder a partir da produção de conhecimento. A esse respeito, parece interessante resgatar uma história narrada

pela romancista inglesa Virginia Woolf em seu ensaio *Um Teto Todo Seu*, originalmente publicado em 1929, em que discorre acerca da escassa produção literária das mulheres. Embora as conclusões de Woolf apontem para um caminho interessante, em que ela conclui que uma maior presença feminina nas artes é impossível sem que a mulher conquiste maior independência pessoal no aspecto financeiro e para suas atividades, a contribuição principal dessa obra para a presente pesquisa se dá através de um relato da própria autora acerca de um episódio ocorrido durante sua pesquisa, tomado aqui como indício histórico:

[...] eu já estava exatamente na porta de entrada da biblioteca. Devo tê-la aberto, pois instantaneamente emergiu, como um anjo da guarda a barrar o caminho com um agitar de túnica negra, e não de asas brancas, um cavalheiro reprovador, grisalho e gentil, que deplorou em voz baixa, e a fazer-me sinais para que saísse, que as damas só são admitidas na biblioteca acompanhadas por um *fellow*⁶ da faculdade ou providas de uma carta de apresentação. Que uma biblioteca famosa tenha sido amaldiçoada por uma mulher é motivo de total indiferença para uma biblioteca famosa. Venerável e calma, com todos os seus tesouros seguramente trancafiados em seu bojo, ela dorme complacientemente e, se depender de mim, há de dormir para sempre. Nunca despertarei esses ecos, nunca buscarei novamente essa hospitalidade, jurei enquanto descia os degraus, enfurecida (WOOLF, 2004, p. 12).

Se na sociedade ocidental moderna o acesso a escolas e universidades priorizou homens brancos e de classes sociais elevadas, os saberes produzidos nessas instituições vão refletir as posições desses sujeitos. Da mesma forma com que o corpo masculino foi definido como superior e parâmetro, a produção intelectual anterior (e mesmo posterior) ao feminismo situa o homem no centro da cultura, inclusive utilizando “o Homem” como sinônimo de “Humanidade”. Nas palavras de Louro (2003, p. 17), a “segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência” e, no que diz respeito a práticas e identidades não heterossexuais, acrescentaríamos ainda, inclusive como objeto de estudo.

A partir do breve histórico traçado por Scott (1995) sobre os estudos de gênero, percebe-se que essa tendência a ver as relações de gênero como pouco importantes para a compreensão geral da História ou da organização social em termos políticos e econômicos permanece mesmo após a emergência do feminismo e se manifesta pela minimização da relevância dos chamados “estudos femininos”. Os primeiros esforços de pesquisa da “história das mulheres”, ela conta, foram reconhecidos por historiadores e historiadoras não feministas, mas relegados a um campo separado. Dessa forma, se mantém a ideia de que a história das

6 Segundo nota de tradução do exemplar citado aqui, “Estudante graduado de uma universidade mantido através de um fundo especial a fim de realizar determinados cursos de pós-graduação; membro de uma faculdade com direito a determinados privilégios” (WOOLF, 2004, p. 10).

mulheres diz respeito unicamente ao espaço doméstico, reproduzindo a noção de que o que diz respeito às mulheres é pouco relevante para o curso da história, algo que não necessita ser integrado a outras questões levantadas no estudo do passado. Sob a perspectiva feminista, “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante” (GORDON, BUHLE & DYE apud SCOTT, 1995, p. 73), ao visitar o ponto de vista que define como relevantes unicamente a atuação masculina, definindo, como em outras áreas do conhecimento, o masculino como universal. O próprio surgimento de uma ciência médica voltada para o estudo “do feminino” demonstra essa centralidade do masculino na ciência:

É a partir desse quadro que a ginecologia se constitui não apenas como o desprezioso estudo e tratamento das doenças das mulheres, mas como uma ciência da feminidade e da diferença sexual. Trata-se de um conhecimento elaborado a partir das mulheres, da percepção de como são distintas em relação aos homens. Não há, porém, uma ciência do homem tendo como ponto de partida a sua diferença da mulher. Ou melhor, a ciência do homem é a ciência da humanidade, aquela que permite a instauração da diferença e a comparação entre outras unidades: as raças, os povos, as civilizações. A ciência da mulher é a que descreve e justifica a diferença sexual. O interessante é que ambas têm em comum o recurso a supostos dados biológicos que legitimam visões de mundo e hierarquias sociais (ROHDEN, 2002, p. 122).

Esse universalismo do masculino se expressa também na linguagem, com o exemplo já citado do Homem como igual à humanidade. Esse efeito universalizante do masculino se dá também, no caso da língua portuguesa, devido a uma determinação da gramática que determina que, havendo elementos masculinos e femininos num dado conjunto que se necessite nomear, a forma plural que indica a inclusão de todos os elementos tomará a forma masculina. Na interpretação de Guacira Lopes Louro,

uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina, na escola, consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, ela deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala? Provavelmente é impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ela é, quase sempre, muito duradoura. É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: “eu, como pesquisador...”. Afinal, muitos comentariam, isso é “normal”. Como também será normal que um/a orador/a, ao se dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na platéia (pois essa é a norma, já que aprendemos e internalizamos regras gramaticais que indicam ou exigem o masculino) (LOURO, 2003, pp. 65-66).

Pela linguagem, as mulheres aprendem a se sentir incluídas em discursos construídos a partir do masculino (e que podem incluí-las de fato ou não), o que não é verdade no que diz respeito aos homens. Na ciência, ocorre a mesma coisa: o conhecimento é construído a partir

do poder, que está associado ao masculino, construído como universal. Constrói-se a noção de que tudo que for diferente desse “universal” é vivência “específica”, produzindo a noção, como ocorreu com os “estudos femininos”, de que tais “diferenças” precisam também de espaços específicos para sua discussão, o que se configura uma questão interessante também para a análise do processo de segmentação de veículos jornalísticos.

Na análise das diferenças e desigualdades sociais produzidas a partir de dicotomias que organizam diferenças, é bastante útil a contribuição de Jacques Derrida. Ele propõe oposições binárias, em que um elemento é determinado como contrário e inferior ao outro, este definido como parâmetro, normal, superior. Definido a partir de uma posição de poder, que corresponde “à identidade”, tal polo superior estará, também, mais próximo do poder e a ele serão “atribuídas todas as características positivas possíveis” (DERRIDA apud SILVA, 2008, p. 83); em oposição a este polo, constitui-se a “diferença”, expressa em termos negativos. Assim, são construídas oposições como homem/mulher e heterossexual/homossexual, em que homens e heterossexuais constituirão a referência e estarão associados a valores considerados mais positivos ou simplesmente “normais”. A partir dessa noção de dicotomias hierarquizantes, a psicanalista feminista Hélène Cixous (1980) elenca pares de oposição em que o que se associa ao masculino aparece na posição primeira, expressando um valor maior: atividade/passividade, sol/lua, cultura/natureza, dia/noite, pai/mãe, cabeça/coração, inteligência/sensibilidade, *logos/pathos*. “A hierarquização sujeita toda a organização conceitual ao homem. Um privilégio masculino, que pode ser visto na oposição com que se sustenta, entre *atividade e passividade*” (CIXOUS, 1980, p. 91, tradução nossa, grifo do original). Para ela, toda organização em hierarquias cria pares que correspondem ao par homem/mulher, indicando a possibilidade de ação masculina sobre um feminino definido como passivo, o que se expressa também na visão da natureza como mais próxima do feminino, em contraposição à história, à arte ou mesmo à mente. Assim,

A economia (política) do masculino e do feminino é organizada por diferentes exigências e restrições que, quando socializadas e metaforizadas, produzem signos, relações de poder, relações de produção e reprodução, todo um imenso sistema de inscrição cultural legível como masculino ou feminino. Estou tendo o cuidado, aqui, de usar os *qualificadores* da diferença sexual, a fim de evitar a confusão homem/masculino e mulher/feminino: já que existem homens que não reprimem sua feminilidade, mulheres que inscrevem sua masculinidade mais ou menos vigorosamente. A diferença não é, evidentemente, distribuída de acordo com os “sexos” socialmente determinados (CIXOUS, 1980, p. 93, tradução nossa).

Sendo esses os valores associados ao masculino e ao feminino que, em nossa cultura, estão disponíveis para a citação de que falam Derrida e Butler, a maneira “correta” ou

normativa de generificação é a que produz um homem com características vistas como masculinas e uma mulher com características vistas como femininas, a partir de uma perspectiva que coloca a heterossexualidade reprodutiva como norma, ou seja, definindo uma heteronormatividade. Ainda assim, como observa Derrida (apud SILVA, T., 2008), o significado não está fixo, compreendendo mudanças nos outros significados de que ele depende para se definir. Mesmo o questionamento da adequação de tais valores para homens e mulheres pode se dar de forma a manter a associação entre a masculinidade e as posições de maior poder.

Sócrates Nolasco observa que algumas mulheres de grandes centros urbanos associam diretamente símbolos de ascensão social, profissional e de status, como carros, prestígio e poder, à expressão de seu lado masculino. Da mesma forma os homens identificam suas necessidades afetivas referindo-se ao seu suposto lado feminino. Alguns comportamentos são definidos pela cultura como sendo pertencentes a um ou outro sexo, aos quais o homem e a mulher “devem recalcar para serem reconhecidos como homem e mulher”.[...] Daí um discurso confuso e equivocado de feministas, e de alguns homens, principalmente médicos, de que as mulheres devem se emancipar sem perder a ternura jamais, sem abandonar suas características intrinsecamente femininas, sem o risco de virarem homens. Da mesma forma se tranquilizam os homens que se dedicar aos seus afetos ou à sua aparência não os transformará – Deus nos livre! – em mulheres. Este discurso não só cria uma essência do que é ser homem e mulher, uma identidade à qual mulheres e homens não são convidados a interferir, mas mantém intactos todos os preconceitos que diz eliminar (TORRÃO FILHO, 2005, pp. 140-141).

Esse discurso feminista citado por Torrão Filho se faz necessário para combater o que Butler (apud LOURO, 2003) denomina “temor da perda do gênero”, para demarcar características que garantam que o indivíduo não veja questionada a noção, necessária para sua definição enquanto sujeito, de (e do) que significa ser homem ou mulher. Assim, para delimitar o marco da normalidade, são discriminadas expressões de gênero não heteronormativas:

a masculinidade é interdita à mulher, pois a mulher no lugar do homem é o “mundo às avessas”, a ordem corrompida, a natureza ultrajada. Portanto, homens homossexuais rebaixam seu sexo escolhendo estar abaixo de outros homens; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpam um poder que não lhes pertence, e ao qual sequer podem usar, já que são desprovidas dos meios da consumação da masculinidade (TORRÃO FILHO, 2005, p. 143).

O uso do termo “rebaixar” para referir-se à feminização do homem nos remete a uma consideração de Scott (1995), para quem o status inferior concedido à mulher permite que o feminino seja utilizado para inferiorizar e desvalorizar o outro, numa dinâmica em que é quase impossível desvincular misoginia e condenação da homossexualidade masculina. Como nessa pesquisa pretende-se analisar a formação das identidades sexuais, é interessante notar

como, a partir de um ponto de vista que associa gênero e sexualidade, a associação com o “feminino” presente no comportamento homossexual entre homens de certa forma “macula” sua masculinidade. Como o masculino, em nossa cultura, esteve historicamente relacionado ao poder, tal possibilidade de associação com características “inferiorizantes” mostrava-se mais preocupante, à medida que desqualificaria tais homens para as posições de maior prestígio. Mais regulada e estudada, a homossexualidade masculina tornou-se mais estigmatizada e, assim, visível, o que, de certa forma, permitiu também que fosse defendida com maior afinco (WEEKS, 1999). Tal preocupação, associada à construção, na era vitoriana, da ideia de que as mulheres são menos sexuais (GRONEMAN, 2001), permitiu uma visibilidade maior para a homossexualidade masculina, que se estabelece também na ciência como parâmetro para estudo da homossexualidade⁷. Passemos, portanto, a uma discussão mais detalhada acerca da construção das identidades sexuais e de gênero, foco da análise desta pesquisa.

⁷ Na introdução de *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, Simões e Facchini (2009) ressaltam que a homossexualidade masculina foi objeto de estudo das ciências médicas e humanas com maior frequência do que outras práticas e identidades sexuais. Dessa forma, as menções aos gays são mais frequente nesse livro e, como se vê também na presente pesquisa, tal predominância tende a se repetir devido à dificuldade em encontrar maior diversidade nas fontes de pesquisa.

2 IDENTIDADES: CRIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE CATEGORIAS

Na perspectiva teórica adotada na presente pesquisa, não se compreende a identidade como sendo monolítica – portanto, a própria noção de uma “identidade homossexual” (e também bissexual, transexual ou qualquer outra categoria emergente das práticas sexuais) precisa ser relativizada. Aqui, portanto, ao se falar nessas categorias, é preciso ter sempre em mente que estamos tratando de “rótulos” criados no interior de discursos médicos e movimentos sociais, e que, pela perspectiva adotada, isso não implica em uma adoção homogênea por parte dos sujeitos. Assim, primeiramente serão discutidas, a partir de contribuições dos Estudos Culturais sobre o tema, as noções de identidade e diferença, compreendendo ambas como formações discursivas criadas em sistemas classificatórios que expressam relações de poder. Em seguida, será realizada uma leitura da construção das categorias identitárias relativas à sexualidade e ao gênero disponíveis na cultura brasileira, a partir de uma perspectiva que leve em conta as relações de poder que as produzem e que geram desigualdades a partir de uma hierarquização de valores e legitimidades. Em virtude do escopo desta pesquisa, infelizmente não serão pesquisadas interseções com outras identidades relevantes enquanto marcadores sociais, tais como raça e classe.

2.1 Identidade e diferença na perspectiva contemporânea

A identidade, enquanto conceito, também passa por definições cambiantes ao longo da história. Outrora vista como atributo imutável, essencial e único do ser humano, a concepção da identidade em termos teóricos passa por discussões que questionam sua estabilidade e unicidade (mesmo para os sujeitos), explicitam sua conexão com os sistemas simbólicos existentes, situam-na no tempo e no espaço, e propõem tensões e contradições em seu interior. Na interpretação de Stuart Hall (2008, p. 104), o conceito de identidade opera sob rasura: é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chaves não podem sequer ser pensadas”. Na perspectiva teórica adotada pela presente pesquisa, “esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história” (HALL, 2008, p. 108), e sim indica

o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os

processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2008, pp 111-112).

A problematização de Stuart Hall indica caminhos importantes para a discussão que será feita aqui. Em primeiro lugar, pela centralidade que dá ao discurso. Como se verá, as identidades são produzidas discursivamente e só fazem sentido dentro de sistemas de significação, o que as limita a contextos e períodos históricos em que estão situadas. Em segundo lugar, a leitura de Hall reconhece os aspectos subjetivos da identidade, estabelecendo que esta não é imposta, e sim envolve um investimento do indivíduo na posição adotada. Nesse sentido, a ideia de *identificação* remete às teorias psicanalíticas, que abalam as concepções que retratam os sujeitos como sendo estáveis, unos e racionais. A descoberta do inconsciente por Freud implica o reconhecimento de que há, no interior do sujeito, elementos sobre os quais ele não detém controle ou sequer conhecimento. Além disso, na leitura de Lacan, a identidade aparece não como uma essência que emerge do interior da criança, e sim negociada com dificuldade a partir da interação com os pais na transição edípica e da descoberta de sua existência como sendo distinta da da mãe. A partir dessas teorias, a ideia de uma identidade fixa e estável cede espaço para um sujeito dividido e incompleto, que depende da presença de um Outro para se definir (HALL, 2005; LOURO, 2004; WOODWARD, 2008). Assim, o indivíduo deixa de ser definido por alguma essência inata para ser o resultado de uma trajetória; e o engajamento do indivíduo em relação a uma determinada identidade, a partir do seu recrutamento ou *interpelação*, conforme definido por Althusser (apud HALL, 2005; 2008), corresponde também a motivações inconscientes.

Um último ponto a ser destacado da citação de Hall diz respeito às posições de onde os sujeitos falam. Se a psicanálise mina a ideia de coesão do indivíduo, mudanças sociais e políticas ocorridas na modernidade tardia pulverizam as possibilidades identitárias que darão sentido às experiências individuais. Tanto Hall (2005) como Woodward (2008) utilizam o conceito de *deslocamento* presente em Laclau para explicar a produção de identidades a partir de diferentes lugares.

As sociedades modernas [...] não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas em vez disso, uma pluralidade de centros. [...] Laclau argumenta que não existe mais uma única força, determinante e totalizante, tal como a classe no paradigma marxista, que molde todas as relações sociais, mas em vez disso, uma multiplicidade de centros [...] há muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar (LACLAU apud WOODWARD, 2008, p. 29).

Nesse contexto, Woodward prossegue, surgem “outras arenas de conflito social, tais

como as baseadas no gênero, na 'raça', na etnia ou na sexualidade” (LACLAU apud WOODWARD, 2008, p. 29). Cada uma dessas arenas produz diferentes identidades ou posições de sujeito que serão adotadas pelos indivíduos, interagindo com as outras dimensões de suas identidades. É nesse sentido que se fala em fragmentação e multiplicidade das identidades: na ausência de um centro único de produção de identidades fixas, como diz Laclau, diferentes posicionamentos se articulam no interior do sujeito. E embora os exemplos citados acima envolvam, todos, a emergência de identidades políticas, não é apenas nessas arenas que emergem posições de sujeito. Como lembra Woodward (2008), as diferentes instituições por onde as pessoas circulam em sua vida cotidiana – família, trabalho, escola, etc. – possuem contextos e recursos simbólicos próprios, impondo diferentes expectativas e restrições sociais aos indivíduos e exigindo, portanto, diferentes posicionamentos. Considerando-se que o indivíduo tem uma trajetória que não necessariamente se comporta de forma linear e progressiva, a adoção desses posicionamentos se mostra instável e provisória, e mesmo pertencimentos ligados a dimensões comumente vistas como estáveis – tais como gênero, raça, nacionalidade – podem ser ressignificados ao longo da vida do sujeito, impactando na forma com que a identidade se manifestará.

A relação entre as diferentes identidades, entretanto, não ocorre de forma previsível e não obedece a regras definidas. Também é enganoso supor que esses posicionamentos simplesmente se sobreponham ou se somem no interior do sujeito. As identidades interagem, se modificam e até se contradizem, de forma que não se fala em adição, mas em uma multiplicidade de identidades disponíveis. “A análise aditiva”, diz Spelman, ao analisar as opressões sofridas diferentemente por mulheres negras e brancas, “sugere ainda que a identidade racial de uma mulher pode ser subtraída de sua identidade simultaneamente sexual e racial” (SPELMAN apud NICHOLSON, 2000, p. 14). Assim, uma mesma situação pode ser vivida diferentemente de acordo com as articulações produzidas entre as diferentes dimensões da identidade do indivíduo. Hall (2005) cita o caso Anita Hill, em que Clarence Thomas, um juiz negro conservador, indicado pelo presidente para uma vaga na Suprema Corte norte-americana, foi acusado de assédio sexual por uma ex-funcionária, também negra. As opiniões das pessoas acerca do caso variavam de acordo com seus diferentes posicionamentos: se eram homens ou mulheres, negros ou brancos, liberais ou conservadores, feministas ou não. Assim, a defesa ou não da indicação desse juiz para a vaga dependia de uma negociação, no interior dos sujeitos, entre posições que poderiam estar em conflito, como por exemplo, no caso de um negro liberal – que poderia defender a presença de Thomas na Suprema Corte em virtude de sua raça, mas se opor a ele devido ao seu conservadorismo e sexismo.

As contradições também podem aparecer no interior do indivíduo, conforme são articuladas identidades que contrariam as expectativas e normas sociais. Woodward cita como exemplo o caso da poetisa Audre Lorde, que ao se identificar como negra, socialista, lésbica e mãe de dois filhos, vivendo em um relacionamento inter-racial, frequentemente se sentia “como pertencendo a um grupo definido como estranho, desviante, inferior ou simplesmente errado” (LORDE apud WOODWARD, 2008, p. 32). Nesse caso, a identidade lésbica de Lorde poderia estar em contradição, por exemplo, com as expectativas sociais relacionadas à maternidade, um papel associado às mulheres heterossexuais. Assim, a articulação das diferentes posições de sujeito frequentemente envolve conflitos, negociações e contradições. No dizer de Hall,

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Na perspectiva teórica adotada aqui, as identidades são construídas socialmente, a partir dos discursos disponíveis em uma dada cultura em determinado período, estando sujeitas a variações históricas e a diferentes interpretações por parte dos sujeitos. Essa concepção se contrapõe radicalmente a visões que compreendem a identidade a partir de uma perspectiva essencialista, que pressuponha que a adoção de determinada posição de sujeito implique em sua vivência de forma homogênea para todos os indivíduos que se posicionam a partir dela, independente das tensões, contradições e escolhas citadas anteriormente – implicando em identidades coesas, unificadas, estanques, permanentes. Conforme já discutimos anteriormente, na perspectiva essencialista determinados atributos são invocados para conferir legitimidade às identidades. Esses atributos podem estar vinculados à biologia, como é frequente no caso das identidades sexuais e de gênero, ou mesmo à cultura e à história, como ocorre com identidades nacionais e étnicas. Essas duas formas de essencialismo, argumenta Woodward (2008, p. 37), “têm em comum uma concepção *unificada* de identidade”. Tomaz Tadeu da Silva faz um comentário interessante ao essencialismo biológico, ao defender que

As chamadas interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, interpretações, isto é, elas não são mais do que a imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado. Todos os essencialismos são, assim, culturais. Todos os essencialismos nascem do movimento de fixação que caracteriza o processo de produção da identidade e da

diferença (SILVA, T., 2008, p. 86).

Ainda de acordo com esse autor, uma das interpretações possíveis para a compreensão da identidade é vê-la como referente a algo que um sujeito *é*. Essa compreensão do conceito evoca estabilidade e autossuficiência da categoria adotada, definida a partir de atributos próprios do que está sendo caracterizado. Essa leitura ocultaria o fato de que a afirmação de algo que um indivíduo *é* oculta outras afirmações acerca do que ele *não é*. Dessa forma, a identidade *depende* da diferença para ser definida. No entender de Guacira Lopes Louro, ao discutir identidades sexuais e de gênero que fogem às normas que estipulam uma continuidade entre sexo, gênero e orientação heterossexual do desejo, a figura dos “desviantes” é importante justamente por demarcar o que essa norma inclui ou exclui: “marcar a fronteira e o limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado [...] na resistência e na subversão das 'normas regulatórias', eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas” (LOURO, 2004b, p. 18).

Silva propõe, então, “considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas” (SILVA, T., 2008, p. 76, grifos do original). Essa produção se dá discursivamente, por meio da linguagem, através de sistemas classificatórios que estão intimamente ligados com as relações de poder presentes nas sociedades em que se situam. Se, como propõe, “a identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido” (SILVA, T., 2008, p. 78), ganha destaque o conceito de representação proposto por Stuart Hall.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (HALL apud WOODWARD, 2008, p. 17)

Dessa forma, os significados em circulação no interior de uma cultura também determinam quais identidades estarão disponíveis para os indivíduos, permitindo que eles sejam interpelados ou recrutados e passem a adotar determinada posição de sujeito. Guacira Lopes Louro, seguindo a ideia de “normas de inteligibilidade” proposta pela filósofa Judith Butler, defende que

Há coisas e sujeitos que podem ser pensados no interior de uma cultura e outros que são impensáveis, e o são porque não se enquadram numa lógica ou num quadro admissíveis àquela cultura, naquele momento [...] essas práticas e esses sujeitos transgridem toda a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e, então, são recusados e ignorados (LOURO, 2004b, p. 70).

É através das representações e dos significados que o poder se inscreve nos sistemas classificatórios – através da possibilidade de incluir ou excluir. A marcação social e simbólica da identidade e da diferença separa o que está dentro do que está fora, “nós” e “eles”, refletindo preocupações relativas à manutenção do acesso privilegiado a bens e recursos materiais e simbólicos. Dessa forma, todo processo de diferenciação envolve poder (SILVA, T., 2008), e as exclusões geradas a partir dos sistemas classificatórios se manifestam simbólica e socialmente. Na concepção do autor em referência, as classificações são produzidas a partir da identidade de quem detém o privilégio do poder de classificar, definindo outras identidades como secundárias, minoritárias ou desviantes. Assim, a definição das identidades envolve também a hierarquização, a partir do poder: “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, T., 2008, p. 82). Dessa forma, as identidades mais próximas do poder são definidas como a norma, sendo associadas a atributos mais positivos ou de maior prestígio, correspondendo à identidade. Nessa escala de hierarquização, outras identidades correspondem a valores menos importantes, caracterizando a *diferença*.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. [...] A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, “étnica” é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é “sexualizada”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, T., 2008, p. 83).

Os exemplos citados acima explicitam a construção discursiva da diferença e sua ligação com os sistemas de relações de poder. Através do discurso, as diferenças são percebidas e retratadas a partir de uma hierarquia. No dizer de Woodward (2008, p. 39), “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*”. Retomando o exemplo de Audre Lorde, a constituição de sua identidade a partir de posicionamentos como mãe, lésbica, socialista e vivendo em um relacionamento inter-racial trazia a sensação de estranheza, desvio, não pertencimento. Ou seja, simbolicamente sua identidade estava sendo negada, por não corresponder à “matriz heterossexual [que] delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões” (LOURO, 2004b, p. 17). A essa

ausência no plano simbólico, corresponde uma exclusão social – no caso, a mesma “matriz heterossexual” que não reconhece a identidade de Lorde nega o direito à adoção para casais formados por pessoas do mesmo sexo.

Assim, se toda prática social carrega marcas simbólicas (WOODWARD, 2008), podemos dizer que os significados e discursos que operam no campo simbólico, à medida que dão sentido às identidades e práticas sociais, também exercem um efeito *produtivo* sobre a realidade ao delimitar identidades e diferenças, normas e desvios, ao definir valores mais altos e mais baixos na hierarquia. Retomamos, aqui, o conceito de *performatividade* como proposto por Butler, que sustenta que discursos performativos produzem o que enunciam. Assim, “o performativo é o domínio no qual o poder age *como* um discurso” (BUTLER apud SALIS, 2007, p. 105, grifo do original). Butler compreende que, a partir dessa performatividade, os significados produzidos culturalmente acerca das identidades sexuais e de gênero se materializam nos sujeitos – é a inscrição do discurso nos corpos.

Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999, p. 54); daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (BUTLER apud LOURO, 2004, pp. 43-44).

Nessa necessidade de reiteração das normas regulatórias reside, também, a possibilidade de seu questionamento e mudança. Ainda de acordo com a autora, “a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas” (BUTLER apud SILVA, T., 2008, p. 92). Embora anteriores a essas proposições, é com esse caráter contestador que surgem movimentos sociais que se organizam para se contrapor a essas concepções e reivindicar maior igualdade. O feminismo, tanto enquanto movimento social quanto através de sua posterior sistematização em teorias acadêmicas, questionou e questiona a centralidade do masculino, denunciando concepções de gênero que, de acordo com a perspectiva utilizada neste trabalho, conforme será aprofundado, atravessam também as identidades sexuais e as dinâmicas políticas que as definem. A interdição social às práticas e identidades não heterossexuais também são alvo de contestação, constituindo no Brasil, a partir do final dos anos 1970, um movimento baseado na política de identidades. Na definição de Woodward, “a política de identidades concentra-se em afirmar a

identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2008, p. 34).

A afirmação das identidades oprimidas frequentemente recorre, como já exposto, a características essencialistas para legitimar-se. No caso das identidades sexuais e de gênero, como será abordado mais profundamente em uma seção específica, há uma invocação da biologia que busca por origens inatas da sexualidade, tentando negar o caráter de “perversão” comumente associado a práticas e identidades não heterossexuais. Tal política, se por um lado ofereceu subsídios para a construção de uma imagem mais “positiva” dos homossexuais, também parte de distinções ou “fechamentos” para se legitimar. Na busca por inclusão social e simbólica, a invocação da natureza acaba servindo tanto para construir uma identidade – homossexual – representada como “igual mas diferente” da heterossexual, quanto para definir uma maneira “correta” de se viver a não-heterossexualidade. Da subversão, portanto, emerge um discurso normalizador.

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. Nesse discurso, é a escolha do objeto amoroso que define a identidade sexual e, sendo assim, a identidade gay ou lésbica assenta-se na preferência em manter relações sexuais com alguém do mesmo sexo (LOURO, 2004, p. 33).

Sob essa perspectiva, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros se constituem no “outro” da homossexualidade. Assim, como será discutido em seção específica neste capítulo, a produção de identidades coletivas a partir do movimento LGBT também recorre a estratégias de diferenciação externa (através do dualismo heterossexual/homossexual) e interna (como essas identidades são construídas, relacionadas e valoradas no interior do movimento), o que gera hierarquias baseadas no gênero e na identidade sexual.

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende, portanto, abordar não somente os limites das identidades sexuais e de gênero (a partir de como elas definem o que *são* e *não são*), mas também analisá-las levando em conta as relações de poder que as produzem, a partir de oposições que as hierarquizam e de inclusões/exclusões que definem seus limites. Nesse sentido, passamos agora a uma discussão sobre as dinâmicas que levam ao surgimento de um movimento pela emancipação homossexual, bem como sua sofisticação em um sistema classificatório complexo, marcado por tensões internas relativas às identidades definidas na “sopa de letrinhas”, e também atravessado por concepções de gênero.

2.2 Identidades sexuais e de gênero

Como referido anteriormente, existe uma expectativa de continuidade entre sexo, gênero e identidade sexual, que pressupõe a adoção de identidades de gênero “condizentes” com o sexo do corpo e com uma identidade heterossexual, preferencialmente voltada para a vida reprodutiva em um relacionamento monogâmico, o que configura uma “matriz heterossexual reprodutiva” (BUTLER apud VEIGA, 2010). Tendo procedido à crítica da associação entre os conceitos de gênero e sexo, compreendendo o primeiro como um construto social que, definido a partir de relações de poder, interpreta, significa e mesmo produz o que se entende por “sexo” enquanto sinônimo de diferenças físicas entre os corpos de homens e mulheres, resta ainda a necessidade de discutir e historicizar as identidades sexuais e de gênero, situando-as nos contextos que lhes dão sentido.

Em primeiro lugar, cabe destacar que “identidade de gênero” e “identidade sexual” não são expressões intercambiáveis. Nesta pesquisa, “identidade de gênero” será compreendida como a posição-de-sujeito que o indivíduo adota a partir do gênero que lhe é socialmente atribuído a partir (ou mesmo antes) do nascimento, ou a partir de uma negação desta primeira atribuição. Define-se por “transgênero” o indivíduo que rejeita o gênero associado ao sexo biológico de nascença, optando ou não pela readequação genital cirúrgica. Esta categoria abarca (mas não se limita) os transexuais e as travestis, embora isso seja contestado politicamente por indivíduos que se autoidentificam a partir destas duas categorias⁸. Em termos binários, ao “transgênero” contrastaria a figura do “cisgênero”, indivíduo que se identifica a partir do gênero associado ao sexo de seu corpo – uma categoria significativamente pouco conhecida, provavelmente por designar a identidade normativa de gênero. Outras identidades, notadamente em países de língua inglesa, buscam questionar essa classificação binária, propondo categorias como “bigênero” ou mesmo “sem gênero”.

A identidade sexual, por sua vez, tem a ver com comportamentos e práticas sexuais adotadas pelo sujeito e por ele utilizadas em sua autodefinição. A sexualidade⁹ oferece diferentes lugares a partir dos quais os indivíduos poderiam construir posições-de-sujeito. Neste trabalho, serão pesquisadas aquelas relacionadas ao sexo e/ou gênero do indivíduo e

8 De acordo com Facchini (2005), por mais que essa palavra indique a adoção de papéis de gênero não normativos para o sexo biológico do indivíduo, o que é verdade em ambos os casos, esses indivíduos não se reconhecem nessa categoria, que tem origem na academia e é pouco conhecida. Assim, ela é pouco utilizada, o que a esvazia politicamente.

9 Aqui, a “sexualidade” será compreendida nos termos propostos por Jeffrey Weeks: “como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Michel Foucault denominou “o corpo e seus prazeres” (Foucault, 1993)” (WEEKS, 1999, p. 43)

seus parceiros sexuais, mas a identidade pode ser definida também a partir de preferências sexuais, como é o caso de adeptos do sadomasoquismo ou de práticas fetichistas, por exemplo. Como já indicado, pode haver interseções entre tais identidades, compreendendo a direção do desejo e as práticas e preferências sexuais.

A menção, no parágrafo anterior, a preferências sexuais também aponta para a necessidade de situar historicamente outra noção cara à defesa das populações não heterossexuais: a de “orientação sexual”. Essa expressão, defendida pelo movimento homossexual brasileiro a partir de meados dos anos 1980, busca substituir “opção sexual”, mais utilizada na década anterior, numa tentativa de combater as associações entre homossexualidade e perversão ou patologia (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

Em princípio, a noção refere-se de forma bastante genérica ao sexo (ou, para alguns, ao gênero) que constitui o objeto de desejo de uma pessoa. A expressão não implica consciência nem intenção, tampouco descreve necessariamente uma "condição". Por conta disso, ela se presta a vários usos e interpretações. Boa parte do ativismo GLBT acredita que a orientação sexual é uma "condição da pessoa", uma propriedade da personalidade, algo que faz parte irremediavelmente do que ela "é"— e, assim, tende a vê-la como fixa e imutável. Essa concepção é dotada de um sentido político e estratégico preciso, dentro da lógica da política de identidades, e encontra guarida no modo como muitas pessoas relatam sua experiência. Mas há muitas gradações em relação a esse argumento, que dependem também das conjunturas políticas (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 29).

É interessante notar, nessa transição, a passagem de um critério identitário que pressupõe alguma possibilidade de decisão por parte do indivíduo (como sugere a palavra “opção”) para um conceito que aponta para uma *essência*, uma característica imutável que, por isso mesmo, se configura como legítima de ser assumida e reivindicada. Se “opção” se opõe à “patologia”, a ideia de uma “orientação” involuntária, ao negar a possibilidade de agência do indivíduo, rejeita também sua responsabilidade por ela – e, assim, a associação entre homossexualidade e subversão intencional da normatividade sexual vigente. Portanto, a emergência dessa nova expressão não se limita à nomenclatura, e sim propõe uma nova forma de se olhar para a sexualidade e para algumas identidades produzidas a partir dela. Acima de tudo, essa mudança aponta para a historicidade das identidades, à medida que elas podem ser reinterpretadas.

2.2.1 *Sexualidade como identidade individual*

Não se pretende aqui fornecer respostas acerca da origem da direção do desejo sexual dos indivíduos. Simões e Facchini (2009) ressaltam o fato de que, na realidade, não existem

ainda respostas conclusivas a este respeito, e que embora haja pesquisas empíricas que defendam uma orientação sexual inata, definida biologicamente, tais estudos frequentemente tendem a reproduzir estereótipos, notadamente o de gênero. Carole Vance (1995) sustenta que as posições construcionistas são bastante heterogêneas a esse respeito. No interior do construcionismo, explica ela, convivem diferentes opiniões a esse respeito, que podem tanto defender a ideia de uma direção fixa do desejo cujo significado é construído a partir da cultura quanto a possibilidade de que o próprio “impulso” sexual seja social e culturalmente construído. A esse respeito, Weeks sustenta que o propósito principal dos argumentos construcionistas

não é oferecer explicações dogmáticas sobre como os sentidos sexuais individuais são adquiridos. O construcionismo é, num certo sentido, agnóstico relativamente a essa questão. Não estamos preocupados com a questão do que causa a heterossexualidade ou a homossexualidade nos indivíduos, mas, ao invés disso, com o problema de por que e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza — quando não discrimina — a outra. (WEEKS, 1999, p. 49)

A invocação de uma essência na política de identidades, como já exposto, pode recorrer tanto à biologia como à história na defesa de uma identidade específica. No caso do movimento homossexual, isso pode envolver explicações que definem a sexualidade como inata, ou então o recurso ao passado numa tentativa de provar a “naturalidade” das práticas homossexuais, seja resgatando personalidades do passado cuja biografia envolva alegações de relacionamentos de caráter sexual ou afetivo com parceiros do mesmo sexo, seja remontando a sociedades do passado que aceitavam – ou mesmo recomendavam e instituíam – práticas homossexuais, como no caso grego. Assim como outros conceitos que já foram problematizados aqui, as noções de homo e heterossexualidade também foram *criadas* como categorias classificatórias, ou seja, têm uma história e uma série de significados associados – e, por isso mesmo, as identidades que decorrem dessa classificação não podem ser simplesmente transpostas para um momento anterior à sua emergência, sob risco de a-historicidade na leitura. Desta forma, uma recapitulação da história desses dois termos é importante para entender como, segundo provoca Weeks, “antes do século XIX a 'homossexualidade' existia, mas o/a 'homossexual' não” (WEEKS, 1999, p. 65).

O caso da Grécia clássica exemplifica bem a proposição de Weeks. Nessa sociedade, relações sexuais entre homens eram aceitas e integradas à vida social – desde que atendendo a certos critérios. Uma hierarquia clara delimitava os papéis entre esses homens, com o mais velho desempenhando obrigatoriamente o papel “ativo” (sob pena de estigmatização, caso ocorresse o contrário), marcando nitidamente sua posição de poder em relação ao mais jovem,

passivo. Segundo Weeks (1999), o chamado “modelo grego” estava presente ainda na Europa medieval e perdurou até o século XX. O engajamento em tais práticas, porém, não se refletia em uma categoria identitária, e mesmo a virilidade dos envolvidos não sofria danos – desde que o garoto, na fase adulta, assumisse a posição de ativo. A prática sexual, portanto, não implicava uma identidade sexual correspondente, embora toda a sexualidade sem fins procriativos fosse vista como pecaminosa. A prática da “sodomia”, pecado atribuído tanto a homens quanto a mulheres que se relacionassem com pessoas do mesmo sexo, era vista “não como a atividade de um tipo particular de pessoa, mas como um potencial em toda natureza pecadora” (WEEKS, 1999, p. 62). Futuramente, a religião cederia espaço para a ciência médica na compreensão e classificação da sexualidade das pessoas.

A percepção da sexualidade como algo que se *tem* e da direção do desejo como constituinte do sujeito remonta ao século XIX, quando emerge – primeiramente através de outras nomenclaturas – a noção da homossexualidade como “natural” e diferente da heterossexualidade. Na segunda metade desse século, Ulrichs criou o termo “uranista” para se referir a quem sentia atração por pessoas de seu mesmo sexo, defendendo que tais indivíduos constituíam “um 'terceiro sexo', o que expressou na famosa figura da 'alma de mulher aprisionada num corpo de homem', e vice-versa” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 38). Posteriormente, mais perto da virada do século, essa concepção de um terceiro sexo seria utilizada politicamente no sentido de pleitear por igualdade de direitos em relação a homens e mulheres. Foi em 1869 que Karl-Maria Benkert, posteriormente conhecido como Károli Maria Kertbeny, cunhou as expressões “heterossexualidade” e “homossexualidade” para designar o que ele via como duas manifestações legítimas do desejo humano. Em meio às pressões por uma reforma sexual na Alemanha, onde práticas homossexuais eram proibidas por lei, tal iniciativa buscava desestigmatizá-las (WEEKS, 1999; SIMÕES & FACCHINI, 2009). Weeks (1999) enfatiza a profundidade das mudanças tornadas possíveis através dessas construções, afetando estruturas básicas da sociedade ocidental daquela época. Futuramente tais categorias teriam também um efeito secundário, servindo como sujeitos políticos para os movimentos (BUTLER apud FACCHINI, 2005), ocasionando mudanças ainda mais profundas. Por outro lado, tais categorias foram apropriadas também por outro discurso, o das ciências médicas, uma área em desenvolvimento e legitimação no período.

O desenvolvimento desses termos deve ser visto, por conseguinte, como parte de um grande esforço, no final do século XIX e começo do XX, para definir mais estreitamente os tipos e as formas do comportamento e da identidade sexuais; e é nesse esforço que a homossexualidade e a heterossexualidade se tornaram termos cruciais e opostos. Durante esse processo, entretanto, as implicações das palavras

mudaram de forma sutil. A homossexualidade, ao invés de descrever uma variante benigna da normalidade, como, originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever a norma até então pouco teorizada, passou, lentamente, a ser usada ao longo do século XX — mais lentamente, devemos notar, do que a palavra que era seu par. Uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna o quadro de referência que é tomado como dado para o modo como pensamos; ela é parte do ar que respiramos (WEEKS, 1999, p. 62).

Assim, como já indicado no tópico que tratou da definição da identidade a partir de seu contraste com a diferença, a moderna noção de heterossexualidade surge juntamente com a definição de seu “oposto”, a homossexualidade. Assim, a normatividade sexual deixa de ser invisível: ganha um nome e uma definição e, ao defender que a orientação do desejo é uma “condição do indivíduo”, a sexualidade passa a ser considerada parte do que caracteriza o sujeito. Através de diferentes tempos e espaços, a passagem da avaliação das práticas sexuais simplesmente como tais à concepção de que elas são ditadas por características intrínsecas do indivíduo têm também implicações morais, admitindo uma menor culpabilidade do indivíduo sobre seus atos sexuais “desviantes”. Tal mudança não se dá de forma linear, homogênea ou mesmo completa, e o incipiente campo da sexologia preocupa-se em distinguir variações mais e menos aceitáveis do comportamento sexual humano. Simões e Facchini resgatam uma dessas distinções a partir da obra de Krafft-Ebing (que classificou diferentes “perversões” em seu *Psychopathia sexualis*), que explicita preocupações científicas, legais e morais de seu tempo acerca do assunto.

Preocupado em oferecer subsídios científicos para orientar as cortes que julgavam supostos criminosos sexuais, Krafft-Ebing estabeleceu um ponto de vista bastante influente acerca da homossexualidade, distinguindo os invertidos “verdadeiros” (que não poderiam ser culpados por algo que estava inscrito em sua própria natureza) daqueles que praticavam atos homossexuais por “simples perversão” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 38).

Essa distinção proposta por Krafft-Ebing traz à tona uma preocupação importante da sexologia da época: a busca por uma *verdade* imanente do corpo. Nesse cenário, as explicações propostas pelo discurso médico começam a adquirir credibilidade frente a outros discursos organizadores da realidade social, como os religiosos. Assim, a sexologia surge como forma de classificar comportamentos (e, conseqüentemente, identidades) sexuais, delimitando um padrão normal e saudável para a experiência da sexualidade humana a partir da definição do que se considerava patológico (ou seja, levando em conta também o que era considerado normal e aceitável pela cultura da época). Tais preocupações científicas, entretanto, não se limitam à sexualidade enquanto prática: elas passam a definir, também, o

“sexo correto” a partir da “verdade” expressa no corpo, numa leitura cada vez mais binária (FOUCAULT apud NICHOLSON, 2000).

Como já se viu no capítulo que trata do conceito de gênero, o desenvolvimento das ciências médicas a partir do século XVIII funda nas diferenças sexuais as características e comportamentos associados ao masculino e ao feminino. Ao compreender o gênero como um sistema simbólico que ordena características e comportamentos e, a partir daí, disponibiliza posições-de-sujeito possíveis, este trabalho não pretende refletir sobre como se dá a *aquisição* do gênero. Para os objetivos desta pesquisa, é mais pertinente discutir como as identidades vinculadas a um ou outro gênero são socialmente construídas e normativamente impostas sobre os indivíduos. Nesse sentido, a obra de Judith Butler oferece teorizações importantes acerca de como os discursos sobre gênero são incorporados pelo indivíduo, num processo que o constitui enquanto sujeito.

Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o "eu" não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações. [...] Afirmar que o sujeito é ele próprio produzido em — e como — uma matriz generificada de relações não significa descartar o sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de sua emergência e operação. A "atividade" dessa generificação não pode, estritamente falando, ser um ato ou uma expressão humana, uma apropriação intencional, e não é, certamente, uma questão de se vestir uma máscara; trata-se da matriz através da qual toda intenção torna-se inicialmente possível, sua condição cultural possibilitadora (BUTLER, 1999, pp. 160-161).

Para Butler (1999), a performatividade dos discursos sobre gênero produz seus efeitos a partir da nomeação do sexo do bebê. Mais que isso, essa “interpelação fundante” é reiterada constantemente por outros sujeitos e instituições, que a reforçam ou contestam. A partir da citacionalidade, compreende-se como são (re)produzidos os significados que darão sentido a um ser mulher ou ser homem. Assim, a filósofa defende, os discursos se materializam no corpo, produzindo o sexo que nomeiam. Dessa forma, os seres que não foram “apropriadamente generificados” constituem “corpos abjetos”, “ininteligíveis”, que não são compreensíveis dentro da sua cultura – e, por isso mesmo, constituem o “exterior”, o “oposto” que simultaneamente se afasta da norma e define seus limites (BUTLER, 1999, p. 161). Para Berenice Bento, essa ininteligibilidade do corpo é o que transexuais buscam reverter com a transgenitalização.

“E se você não sentir prazer depois da cirurgia?” Quase todos/as respondem: “Tanto faz. O que quero é que se alguém me negar um emprego porque sou diferente, eu possa dizer: mas eu tenho vagina, sou uma mulher”. Os/as transexuais que reivindicam as cirurgias não são motivados, principalmente, pela sexualidade, mas para que as mudanças nos seus corpos lhes garanta a inteligibilidade social, ou

seja, se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano (BENTO, 2003, online)

Ao defender que não está na sexualidade a motivação para as cirurgias transgenitalizadoras, a autora sustenta, mais uma vez, a separação entre sexo biológico e sexualidade: “quando uma pessoa afirma: 'Eu tenho um corpo equivocado, sou um/a homem/mulher aprisionada em corpo de homem/mulher', não significa que 'ser mulher/homem' é igual a ser heterossexual” (BENTO, 2003, online). A identidade transgênera não pressupõe, portanto, a heterossexualidade, o que reafirma a necessidade de analisar-se gênero e sexualidade separadamente – sem, contudo, perder de vista o fato de que o gênero atravessa todos os indivíduos, independente de sua identidade sexual. Mais do que isso, no mesmo movimento que espera que o gênero e a identidade sexual correspondam ao sexo do corpo, o reconhecimento da homossexualidade frequentemente implica, a partir da associação entre gênero e orientação sexual, em uma expectativa de que o homossexual assuma valores associados ao gênero oposto ao seu, atribuindo-lhes “um gênero falho ou mesmo abjeto” (BUTLER apud LOURO, 2003, p. 28).

Esta não é a única forma pela qual as concepções de gênero interferem na definição das identidades sexuais. Subjetivados a partir de relações de gênero, os sujeitos incorporam valores que são associados a masculino ou a feminino, reforçando ou negando tais valores; sua trajetória é marcada por diferentes expectativas sociais em relação ao seu comportamento generificado. O pertencimento a um gênero (e sua temida “falha”) pode garantir ou negar acesso a bens, práticas, instituições e posições de poder. Além disso, a não identificação com a heterossexualidade também é diferente para homens e mulheres. A seção a seguir explora as tensões que emergem da definição das identidades coletivas sustentadas pelo movimento homossexual brasileiro, relacionando concepções de gênero a outras hierarquias baseadas na sexualidade.

2.2.2 Identidades coletivas e política de identidades sexuais e de gênero no Brasil

Para Simões e Facchini (2009), a ideia de “identidade sexual” aponta para a percepção do desejo por parte do indivíduo e também para a forma como ele decide publicizar ou não tal aspecto de sua sexualidade. A existência de categorias ligadas ao desejo sexual para definir o que se é, portanto, não é suficiente para enquadrar o sujeito em uma identidade sexual específica. A perspectiva construcionista, de acordo com Carole Vance (1995, p. 16), sustenta

que “atos sexuais fisicamente idênticos podem ter importância social e significado subjetivo variáveis, dependendo de como são definidos e compreendidos em diferentes culturas e períodos históricos”. Tais significados são também interpretados pelos sujeitos, que em sua trajetória de vida irão ajustá-los, modificá-los e mesmo criar contradições acerca deles. Assim, é possível que uma determinada prática ou comportamento sexual (e o mesmo vale para o desejo), mesmo que frequente, não implique necessariamente a adoção de uma categoria identitária “condizente” (por exemplo, um admirador de travestis ver-se como hétero e não como “*T-lover*”¹⁰). Da mesma forma, é possível sustentar uma identidade sem que ocorram os contatos sexuais que a definem (como, por exemplo, no caso de uma mulher autoidentificada como bissexual que esteja envolvida numa relação monogâmica com outra mulher). Simões e Facchini (2009) ressaltam o fato de que

as pessoas dispõem de alguma margem de manobra para decidir *se e como* darão vazão aos desejos que sentem. Dessa forma, escolher e nomear intencionalmente uma identidade sexual pode ser um ato político. Dizer “eu sou gay”, ou “eu sou lésbica”, ou “eu sou bissexual” pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual. O sentido político e estratégico dessas afirmações da identidade sexual como “condição” fica evidente diante das inúmeras situações cotidianas de intolerância, injustiça, discriminação e violência vividas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, para não falar das tentativas espúrias de promover sua “cura” ou sua “reabilitação”. Essas categorias de identidade podem ter o poder de organizar e descrever a experiência de sexualidade vivida por muitas pessoas e serem instrumentais para que tal vivência possa ser fruída e defendida como legítima e digna de respeito (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 33).

Assim, independentemente da posição – mais ou menos radicalmente construcionista, como propôs Vance (1995) – acerca da origem inata ou construída do desejo, pode-se compreender que a adoção de determinada identidade marca uma busca do indivíduo por inscrição no plano simbólico, a partir da atribuição de sentido às suas próprias características e práticas. Tal afirmação não pressupõe que esses componentes da identidade do indivíduo não existam antes da adoção de uma categoria, mas sim que eles ganham sentido a partir dela. Tomemos como exemplo uma questão vinculada à negritude no Brasil. De acordo com dados dos últimos censos demográficos, o número de pretos e pardos está em crescimento. Isso não quer dizer que haja, de fato, um processo de mudança na composição racial do país. O que ocorre é que mais pessoas se autodeclaram pretas e pardas nestas pesquisas, o que indica que a autoaceitação desses termos é mais possível e confortável para os indivíduos, o que aponta para uma redução do estigma imposto às populações não brancas. A maior visibilidade dessa

10 Categoria de autoidentificação das pessoas que manifestam atração por travestis.

categoria, neste caso, é tanto reflexo quanto produção da legitimidade dessa identidade. Ao fornecer uma posição de sujeito a partir da qual os indivíduos possam falar (Hall, 2005), a identidade apresenta seu caráter político.

Vance defende que “as culturas fornecem categorias, esquemas e rótulos muito diferentes para enquadrar experiências sexuais e afetivas” (VANCE, 1995, p. 17). A vinculação a um determinado sistema simbólico circunscreve a ação dessas categorias aos limites das culturas em que tais significados fazem sentido e ao período histórico que as torna possíveis. Nesse sentido, a experiência transexual fornece um bom exemplo para avaliarmos tanto a historicidade quanto a variação transcultural das classificações. Por ser definida a partir de um ato determinado – a cirurgia de transgenitalização –, a identidade transexual não faria sentido antes da possibilidade de tal procedimento. A comparação com a execução de tal procedimento no Irã permite, por sua vez, relativizar a posição da cultura ocidental moderna em relação a tal categoria. Enquanto em nossa sociedade a transexualidade é vista como uma transgressão radical do gênero, no Irã atual essa é a única forma considerada legítima de experiência afetiva e sexual com pessoas do mesmo sexo de nascimento do indivíduo. Nesse país, homossexuais são condenados à forca, mas as operações de “mudança de sexo” – custeadas pelo governo – garantem a reinserção do indivíduo nas práticas consideradas legítimas no que tange aos relacionamentos amorosos e à sexualidade: o comportamento heterossexual no interior de um casamento institucionalizado (ESHAGHIAN & JORG, 2008; BARFORD, 2008).

Ao assumir a identidade como “provisória”, a perspectiva teórica adotada nesta pesquisa aceita que as posições-de-sujeito adotadas e elaboradas pelos indivíduos estão sujeitas a mudanças ao longo de sua vida. A história de Alexandre Peixe dos Santos, 38 anos, primeiro transexual masculino¹¹ a passar por uma cirurgia de retirada de órgãos reprodutores realizada pelo SUS, ilustra bem essa proposição. A partir de uma reportagem que conta sua história, seu relato apresenta as mudanças sofridas em sua identidade, a partir dos significados culturalmente disponíveis para que Alexandre adotasse diferentes posições-de-sujeito.

Apesar de ter nascido Alexandra, ele diz que se sente um homem em um corpo de mulher desde pequeno – e faz questão de ser chamado pelo gênero masculino. “Eu

11 Defende-se, aqui, a definição das identidades transexuais a partir do gênero adotado pelo indivíduo, não a partir de seu sexo biológico. Assim, os “homens transexuais” ou “transexuais masculinos” (ou FTMs, sigla para o termo inglês *female-to-male*, literalmente “de-mulher-para-homem”) são as pessoas que nascem mulheres e adotam uma identidade masculina; “transexuais femininas” ou “mulheres transexuais” (ou MTFs, *male-to-female* ou “de-homem-para-mulher”) nascem homens, mas se identificam como mulheres. Da mesma forma, sustenta-se que as travestis devem ser tratadas no feminino, gênero adotado socialmente por elas.

sempre quis e curti coisas de menino. Sempre me identifiquei assim, desde criança”, conta. [...]

O período mais difícil, no entanto, foi a adolescência. “Na mudança do corpo, as coisas ficam mais complicadas. Os meninos começam a ter outros gostos, a arrumar namorada, e você fica isolado. E, quando você conhece *alguém que gosta, é do mesmo sexo, biologicamente falando*. Por isso, durante um tempo *eu me identificava como lésbica, que era o mais próximo que eu conhecia*”, afirmou. Muitos anos mais tarde, no entanto, durante uma reunião na Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, se descobriu um transexual masculino. “*Eu nunca me identifiquei como mulher*. Então, foi um alívio.”

Gravidez

Há 19 anos, Alexandre viveu a experiência de gerar um bebê. Ele vivia com uma companheira que tinha câncer e não podia ser mãe. Porém, queria muito ter um filho. A gravidez aconteceu após um acordo com um amigo homossexual. “Em nenhum momento fui uma grávida. *Fui um grávido, um pai*. Eu não tinha essa questão materna, era um corpo mudando”, afirma. Mesmo se sentindo um homem, ele se rende à emoção de ter dado à luz uma criança. “É um momento indescritível, acho que não tem emoção que dá para comparar. *Eu sou um homem que teve a sorte de ver o quanto é lindo aquilo*”, lembra (BONADIO, 2011, online, grifos meus).

A provisoriidade das identidades é o primeiro dado a se destacar na trajetória de Alexandre: de menina (uma identidade imposta) a lésbica e a homem transexual. Seu relato também evidencia tensões e contradições entre as identidades adotadas. A afirmação de que era simultaneamente pai e grávido, “sem essa questão materna”, por exemplo, explicita a necessidade de negociar conflitos entre as posições-de-sujeito que o definiram em diferentes momentos da sua vida. O fato de ter passado anos de sua vida identificando-se como lésbica mostra como as pessoas partem de significados disponíveis em sua cultura para construir uma identidade, podendo posteriormente reavaliar sua posição a partir de significados novos. Após entrar em contato com a categoria transexual, Alexandre deixa de se ver como lésbica. A força com que ele é interpelado pela nova identidade é tamanha que permite que ele ressignifique mesmo experiências anteriores a essa identificação. Não estamos defendendo, com isso, que tais sentimentos de pertencimento em relação ao gênero masculino não existissem anteriormente, apenas que eles são interpretados e descritos diferentemente. É a partir da nova posição-de-sujeito que Alexandre fala, e é a partir dela que ele considera que foi um “homem grávido” (considerando-se o relato, tal identidade seria cronologicamente impossível para ele: a gravidez foi há 19 anos, e as Paradas do Orgulho de São Paulo – em cuja Associação ele veio a descobrir a transexualidade – só acontecem a partir do final dos anos 1990). Nesse sentido, a expressão “descobrir-se” evidencia uma exclusão prévia do sujeito no plano simbólico. Heterossexuais não “se descobrem” porque não é preciso adotar uma identidade nova para dar sentido à sua sexualidade: “uma norma que não precisa de definição explícita, parte do ar que respiramos” (WEEKS, 1999, p. 62) já é explicada pelos significados que circulam hegemonicamente em nossa sociedade.

A partir dessa história, podemos inferir a importância, para os indivíduos, da circulação de valores e significados acerca das posições-de-sujeito que eles podem vir a adotar – circulação essa em que, como se verá, o jornalismo desempenha um papel fundamental. No caso do Mix Brasil, veículo analisado por esta pesquisa, algumas categorias e sistemas identitários organizam o discurso sobre sexualidade. Assim como a noção de homossexualidade, tais categorias também são resultado de processos classificatórios situados historicamente, e sua discussão pode oferecer importantes subsídios para a compreensão das relações de poder no interior da sigla LGBT.

Segundo Peter Fry (apud FACCHINI, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2009), o estabelecimento de uma política de identidades no Brasil é problemática devido a uma resistência cultural a classificações que envolvam fronteiras muito claramente delimitadas. Este autor cita (FRY apud FACCHINI, 2005) o exemplo das categorias ligadas a cor e raça, em que a oposição branco/negro é relativizada pela presença de quase-brancos e quase-negros, o que diferencia as dinâmicas raciais brasileira das norte-americanas, por exemplo. O historiador James Green (apud TORRÃO FILHO, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2009), em sua análise sobre a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, faz uma constatação semelhante em relação aos comportamentos sexuais dos brasileiros, constatando aqui uma maior mobilidade em relação aos papéis de ativo e passivo na relação sexual. Tal característica chama a atenção pelo fato de que a distinção entre “penetrador” e “penetrado” está associada a comportamentos vinculados ao masculino e ao feminino, respectivamente, vinculando tais papéis à hierarquia de gênero. A partir dessa visão, conforme o pensamento médico europeu manifestou-se no País, inicialmente os homens passivos seriam os “verdadeiros” homossexuais; posteriormente, o discurso médico-psicológico aceitaria que tanto o penetrador como o penetrado compartilhavam da “condição” homossexual (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Esse ponto de vista possibilita a emergência de uma nova forma, mais igualitária, de caracterizar tanto os indivíduos como seus relacionamentos.

Assim, em lugar de "bichas" e "homens" (ou "bofes"), ou de "sapatões" e "mulheres" (ou "ladies"), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como "entendido", "entendida", "homossexual", "gay" e "lésbica", de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculino/feminino, nem a atividade/passividade sexual. "Entendidos", "entendidas", "homossexuais", "gays" e "lésbicas" passaram a designar pessoas que "transam" outras do mesmo sexo, independentemente de serem afeminadas ou masculinizadas, "passivas" ou "ativas" (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 57).

Ainda de acordo com Simões e Facchini (2009), a partir da metade do século XX

passa a circular entre os homossexuais brasileiros o termo “entendido”, que não evoca a hierarquia de gênero. Nesse sentido, tanto os parceiros quanto a relação entre eles são considerados homossexuais. No final dos anos 70, a partir do contato da incipiente imprensa homossexual brasileira com ideias provindas do movimento de libertação homossexual nos Estados Unidos, é importado para o Brasil o termo *gay*, que curiosamente muda de classe e ganha um gênero quando utilizada no Brasil: em vez de adjetivo, usado para homens e mulheres (e, em inglês, exigindo a presença das palavras *men* ou *women* para indicar os sujeitos a que se refere), passa a ser um substantivo, utilizado primeiramente no masculino (embora hoje algumas lésbicas se identifiquem utilizando o mesmo termo). Surgidos no contexto da abertura, os grupos da “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro (notadamente o grupo Somos, surgido em 1978 na capital paulista, que além de primeiro é o que teve sua atuação mais documentada e é, também por isso, o mais estudado) inserem a liberação homossexual no contexto de lutas “mais amplas” e associam homossexualidade a subversão. Ao identificar o machismo como inimigo principal a ser combatido, os militantes da época buscavam combater a hierarquia de gênero não apenas entre homossexuais, mas também nas relações entre homens e mulheres. Ao recusar as distinções baseadas numa hierarquia de gênero, a atuação desses grupos baseava-se em uma distinção entre homo e heterossexualidade para legitimar sua identidade.

Inicialmente definido simplesmente como “homossexual”, esse movimento logo passa a compreender diferenciações internas que explicitam tensões relacionadas a acessos diferentes ao poder (político e simbólico) em seu interior. A primeira delas é a necessidade de distinguir *gays* e lésbicas, devido à “especificidade” da homossexualidade feminina, compreendendo as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres. Ao sair definitivamente do Somos, as ativistas lésbicas que o integravam fundam o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) em 1980, veiculando no jornal *Lampião da Esquina* um comunicado que julgamos digno de nota.

Não cabíamos no Somos enquanto mulheres... Temos que nos organizar separadamente para atender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas [...] Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas nos acrescentou novas frentes de luta... Enquanto estivemos ilhadas em um grupo masculino, nossas atenções foram repartidas em função do inimigo comum: o machismo. Com nossa autonomia, concomitante ao crescimento do grupo, as diferenças entre nós se acirraram, já que passamos a nos preocupar com uma série de diferenças que antes não tínhamos nem condições de aprofundar [...] por falta, inclusive, de um espaço específico. (GALF apud SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 107)

É interessante que, em um grupo que se tem como inimigo principal “o machismo”, a desigualdade no tratamento a homens e mulheres seja compreendida como uma “especificidade” destas últimas. A fala das ativistas do GALF evidencia relações de poder baseadas no gênero no interior do movimento. Composto majoritariamente por homens desde seu início (quando, na realidade, era constituído *apenas* por homens), não surpreende que no Somos as lésbicas se sentissem “ilhadas”. Da mesma forma, a compreensão das suas questões como sendo “específicas” das mulheres homossexuais leva à “falta de um espaço específico” para sua discussão e descoberta das divergências. É bastante significativo que o reconhecimento de “questões específicas” dos homens *gays*, relacionadas principalmente a preocupações em relação à saúde sexual, só propicie o surgimento de um grupo voltado exclusivamente para eles 25 anos depois, com a criação da Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY) no 12º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), em 2005 (OLIVEIRA, 2009).

A sofisticação do sistema classificatório que organiza as identidades sexuais não heterossexuais no Brasil e culmina em sua atual definição preferencial, LGBT¹², deve-se principalmente à institucionalização do movimento devido ao envolvimento de seus grupos e ONGs no combate à AIDS a partir da década de 90 (FACCHINI, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2009; PARKER, 1999). O financiamento de projetos sob a forma de edital, a partir da interface com o Estado e com agências internacionais de combate à epidemia, exigiu uma definição clara do público-alvo das ações de prevenção. É essa necessidade que possibilita, por exemplo, a organização de travestis e transexuais em grupos voltados para o atendimento dessas populações. A relação do movimento brasileiro com instituições internacionais também oportuniza a integração dos bissexuais, ao menos no plano simbólico. Segundo conta a antropóloga Regina Facchini (2005), a sigla GLBT é “importada” pelo grupo paulista Corsa a partir da participação em um evento da organização internacional InterPride, que defendia esta denominação. Posteriormente, em 2008, a ordem das duas primeiras letras é modificada para dar maior visibilidade às lésbicas. A integração de diversas identidades sob um movimento relativamente unificado, contudo, não é suficiente para mitigar as tensões entre elas, conforme indicam conflitos ocorridos no IX Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis, em 1997.

Pulularam acusações de “misoginia gay” e de “androfobia lésbica”. Gays foram

12 Essa sigla foi definida como nomenclatura preferencial do movimento na I Conferência Nacional GLBT, em 2008. Contudo, outras siglas (tais como LGBTI, incluindo intersexuais, ou LGBTQ, incluindo *queers*, ou LGBTTT para conferir visibilidade a transexuais e travestis) também costumam ocorrer (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

acusados de promiscuidade e desrespeito ao espaço e ao ambiente do evento, enquanto lésbicas foram acusadas de reprimir a liberdade de expressão. Algumas ativistas lésbicas se posicionaram como "mulheres" e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, eram "homens", o que provocou uma discussão bastante acalorada (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 146).

O movimento que se convencionou chamar de LGBT é, portanto, atravessado por tensões relativas ao gênero e à identidade sexual, conferindo mais poder às identidades mais próximas da normatividade e, por conseguinte, do poder. A demarcação precisa dessas identidades fixa com clareza os “tipos” de indivíduo cuja legitimidade é aceita e defendida pelo movimento. Assim, a própria sigla é política. Isso se mostra verdadeiro especialmente ao considerarmos que a categoria “lésbicas” foi movida ao início para conferir maior visibilidade, ao passo que travestis, transexuais e (outros) transgêneros são representados por um único T, contrariamente ao que consideram adequado politicamente¹³ – como se indicasse que suas experiências de transgeneridade seriam iguais, independente da forma com que fossem vividas. Ao mesmo tempo, a inclusão dos bissexuais na sigla a partir de uma influência de um modelo internacionalmente aceito mascara o fato de que, na realidade, os bissexuais dificilmente conseguem se estabelecer politicamente no interior do movimento.

Mesmo a inserção de bissexuais na denominação do sujeito político do movimento, onde esta se deu, não acompanhou o seu reconhecimento efetivo como integrantes deste sujeito político, da mesma forma que não houve muito empenho no sentido de transformar a imagem negativa muitas vezes atribuída a bissexuais, dentro e fora do movimento. Por isso, recentemente, vemos militantes bissexuais se deparar com uma situação um tanto esquizofrênica: como se houvesse um espaço destinado a eles no movimento, mas que tem de ser conquistado mediante a comprovação de uma ação política organizada (FRANÇA apud SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 147).

Tal dificuldade, motivada pelo não reconhecimento da legitimidade da bissexualidade, é um reflexo de uma hierarquização das identidades e práticas sexuais, ideia defendida pela antropóloga feminista Gayle Rubin (1992), que defende que quanto mais uma prática estiver próxima da heterossexualidade reprodutiva e monogamicamente institucionalizada, mais próxima ela estará do “normal” e socialmente aceito. A bissexualidade, frequentemente associada ao comportamento promíscuo, seria valorada negativamente em relação à homossexualidade enquanto característica vista como “inata” e, portanto, defendida como tendo um valor equivalente ao da heterossexualidade pelo movimento que reivindica para os casais de pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos concedidos aos casais heterossexuais. Bissexuais também são vistos como “enrustidos” que minariam a credibilidade do movimento

13 Cf. nota de rodapé nº 8, na página 44.

ao não assumir sua identidade; além disso, a admissão da possibilidade de desejo por pessoas de ambos os sexos “caminha para questionar a contraposição hetero/homo e tornar as fronteiras mais fluidas, o que, por sua vez, esbarra em outras resistências decorrentes de certa demanda de estabilização de identidades” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 147). As travestis e transexuais, por sua vez, conseguiram se organizar politicamente graças aos investimentos estatais e privados no combate à AIDS, que necessitavam acessar essas populações (PARKER, 1999). Entretanto, isso não garante que sejam vistas positivamente por indivíduos homossexuais. Como defende Rubin (1992) em relação às graduações de comportamentos mais ou menos aceitos, a grande questão é os limites de “até onde se pode ir” - assim, a transgressão radical do gênero faz com que travestis e transexuais sejam o “exterior constitutivo”, como diria Butler (1999), da identidade homossexual. Além disso, diferentemente do que acontece com a homossexualidade, em relação às outras identidades não se dá destaque às desigualdades ligadas ao gênero, ainda que tais identidades sejam vivenciadas diferentemente por homens e mulheres: por exemplo, bissexuais masculinos são mais desacreditados que as mulheres bissexuais, dado o fato de que a masculinidade se “macula” com mais facilidade ao ser questionada, provocando uma associação mais imediata com a homossexualidade; pelo mesmo motivo, a maior visibilidade social das transexuais femininas obscurece a experiência dos homens transexuais.

Se, de acordo com Butler (apud FACCHINI, 2005), toda identidade é normativa, a busca por uma delimitação cada vez mais clara das identidades sexuais e de gênero envolve um risco de definição muito estrita das possibilidades e, pela postura essencialista, de minimizar a importância de outras posições-de-sujeito adotadas concomitantemente pelos indivíduos. Para Rosa Maria de Oliveira,

a polêmica identitária propiciaria um efeito duplo ao movimento “LGBTTTTI”, (para lembrar novamente d@s intersexuais): de um lado, o aprofundamento das relações com o Estado, e de outro, o engendramento de novas exclusões, expressadas pelas disputas entre pares e díspares, criando um paradoxo no seu argumento mais caro – a aptidão de subverter a lógica heterossexista (OLIVEIRA, 2009, pp. 168-169).

Ainda assim, nem sempre o questionamento à compulsoriedade da heterossexualidade implica a adoção de identidades tão demarcadas. Assim, paralelamente ao movimento, surgem categorias de classificação mais abertas. É o caso da sigla GLS, instituído pelo mercado segmentado voltado para homossexuais para marcar espaços em que o gueto está aberto a outros públicos, reivindicando identidades, mas sem perder “ambiguidade classificatória” (mas, sintomaticamente, deixando bissexuais e transgêneros de fora). Graças ao debate mais

franco sobre sexualidade propiciado pelo combate à epidemia da AIDS (PARKER, 1999; TREVISAN apud FACCHINI, 2005; SIMÕES & FACCHINI, 2009), bem como pela necessidade de acessar indivíduos que não adotam identidades a partir de sua sexualidade, surgem as siglas HSH e MSM, referindo-se a homens que fazem sexo com homens e mulheres que fazem sexo com mulheres, respectivamente (curiosamente promovendo um retorno da sexualidade para o terreno da prática, não da identidade). Vale lembrar, também, da categoria *queer*, ainda menos afeita a delimitações a partir da orientação do desejo (SWAIN, 2001).

Considerando, como já exposto, a importância da cultura e do simbólico na construção das identidades, passemos, então, à discussão do papel do jornalismo na circulação dos valores que darão sentido à sexualidade dos indivíduos não heterossexuais, refletindo sobre as formas com que o discurso jornalístico veicula as diferentes posições-de-sujeito apontadas.

3 O JORNALISMO NA PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO

No capítulo anterior, sustentamos que o conceito de *representação* se fazia útil para compreender o processo de produção e adoção de identidades. Hall (1997, p. 16) conceitua brevemente a representação como sendo “a produção de sentido através da linguagem”, permitindo que significados sejam produzidos e compartilhados por integrantes de uma determinada cultura. Afirmamos, também, que as identidades são posições-de-sujeito de onde o indivíduo pode falar, articulando significados que deem sentido à sua vida. Ao considerar, como compreende Benetti (2007, p. 107), que o jornalismo é “um lugar de circulação e produção de sentidos”, as notícias se afiguram como um local adequado para uma análise das representações das identidades sexuais e de gênero.

Antes que se proceda a uma discussão acerca de tais representações, faz-se necessário compreender a própria notícia como um discurso socialmente produzido, inscrito na história e na cultura, articulando valores vigentes na sociedade. A primeira parte desta seção, portanto, dedica-se a discutir o processo de produção das notícias, compreendendo que esta se dá a partir de práticas e rotinas que conformam as narrativas, estabelecem inclusões e exclusões e, assim, ajudam a construir a realidade que aparentam simplesmente retratar. A atuação dos jornalistas no interior desse processo também será alvo de atenção, de forma a compreender os critérios que orientam a seleção do que é considerado jornalisticamente relevante e de quem é visto como apto a opinar acerca das questões levantadas. A subjetividade dos jornalistas, incluindo as identidades adotadas por estes, também entra nessa discussão.

A segunda parte desta seção discute o papel do jornalismo na veiculação de categorias identitárias, iniciando com a defesa de que o efeito de realidade presente no jornalismo lhe confere uma função de explicação desse real, inserindo-o no interior dos “dispositivos pedagógicos da mídia” (FISCHER, R., 2001; 2002; 2004). Discute-se a representação das diferentes identidades sexuais e de gênero no jornalismo, abordando seu caráter político ao expressar demandas ou mesmo hierarquias, e a importância da circulação dessas categorias para a construção das identidades coletivas. Isso dará as bases para que se possa discutir, na terceira seção deste capítulo, a produção e circulação de sentidos sobre as identidades sexuais e de gênero na imprensa homossexual brasileira, a partir de uma revisão bibliográfica que aborda alguns aspectos de sua história.

3.1 A construção social das notícias

Na opinião de Martín Serrano (apud ALSINA, 2009), a comunicação interpessoal já não é suficiente para fornecer os sentidos necessários à compreensão da realidade em uma sociedade cada vez mais complexa. Dessa forma, dependemos de outras falas para entender o que se passa à nossa volta. Em diferentes meios e numa velocidade crescente, discursos jornalísticos oferecem relatos que aproximam realidades distantes, colocam cidadãos em contato com a atuação de seus representantes políticos, dão voz a necessidades de grupos sociais específicos (e, num movimento semelhante, negam essa voz a outros), apresentam novidades culturais e tecnológicas, disponibilizam detalhes sobre a vida íntima de pessoas famosas ou nem tanto, descrevem e explicam fenômenos da natureza e acontecimentos da sociedade e da cultura, interpretam mudanças recentes em nossa sociedade e fazem previsões acerca de alterações futuras. E mesmo quem não se informa diretamente pelas notícias acaba sendo atingido pelos discursos que nelas circulam, através de conversas com amigos, vizinhos, parentes que tenham acesso a tais informações. A compreensão da realidade vivida na atualidade depende em grande parte, portanto, das interpretações veiculadas através das notícias.

Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Portanto, podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante (ALSINA, 2009, pp. 46-47).

Ao recusar-se a admitir que a realidade social seja constituída unicamente pelo discurso jornalístico, Alsina leva em conta o papel desempenhado pela audiência, bem como um “contrato” estabelecido entre os jornalistas e seu público que credenciam os primeiros a buscar informações na realidade e apresentá-las de forma organizada e reconhecida como verdadeira, numa função de retrato da realidade social frequentemente legitimada pela própria mídia (ALSINA, 2009). Gaye Tuchman (apud PONTE, 2005, p. 151) defende que a apresentação da notícia como uma “análise ponderada, convincente e definitiva”, ilude o leitor e ajuda a legitimar o *status quo*. Como se verá, a estrutura através das quais as notícias são produzidas determina a forma com que as informações serão repassadas ao público. Contudo, o fato de tais estruturas e constrangimentos não estarem visíveis para o público faz com que, como aponta Tuchman, a informação jornalística se apresente como a realidade verdadeira e não uma entre muitas representações possíveis dessa verdade.

Esta pesquisa parte de uma perspectiva teórica – a teoria construcionista – que defende que o jornalismo veicula discursos que, como tal, estão inscritos na história, partindo de significados social e culturalmente determinados (BENETTI, 2007). Ao considerar que esses discursos são produzidos por indivíduos a partir dos significados disponíveis em sua cultura, admite-se que a subjetividade do jornalista não está ausente do produto jornalístico final. Mais do que isso, compreende-se que sua atuação não é completamente autônoma, e sim constrangida por fatores que, como será aprofundado ao longo desta seção, determinam o que será veiculado, quem será consultado para fornecer informações e opiniões acerca dos assuntos noticiados, e mesmo a forma como a notícia será estruturada enquanto narrativa. Os acontecimentos presentes nos discursos jornalísticos não são, portanto, “as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objetiva” (TRAQUINA, 2005, pp. 21-22), mas recortes interpretados dessa realidade, acontecimentos aos quais se deu visibilidade e, portanto, relevância pública, como no dizer de Alsina. Compreendendo a notícia dessa maneira, não há como considerá-la como um “espelho” da realidade. Para Traquina (2005, pp. 60-61), a própria definição da realidade objetiva, separadamente dos discursos que a interpretam, torna-se problemática no interior do construcionismo, à medida que essa teoria

argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os mídia noticiosos, que devem *refletir* essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os mídia noticiosos estruturam *inevitavelmente* a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (Altheide, 1976), as limitações orçamentais (Epstein, 1973), a própria maneira com que a *rede noticiosa* é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (Tuchman, 1978).

Esses fatores, à medida que envolvem a relação entre realidade e discurso, são importantes também para se pensar a veiculação de categorias identitárias, assunto desta pesquisa. A questão da linguagem, importante para a noção de representação proposta por Hall (1997), à medida que permite compartilhar conceitos e significados entre indivíduos, também é digna de nota para essa discussão. A forma com que a realidade é narrada e descrita nas notícias pode ser ligada também aos conceitos de performatividade e citação, discutidos anteriormente neste trabalho. Além disso, relaciona-se também aos recortes efetuados que possibilitam uma determinada interpretação da realidade e ao fato de que a repetição dos discursos os naturaliza (BENETTI, 2007) e dissimula as normatividades neles contidas (BUTLER, 1999).

Benetti (2007, p. 111) observa que o texto “é a parte visível ou material de um

processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Como já referido em relação às desigualdades sociais produzidas a partir da percepção de diferenças, as exclusões vivenciadas no plano simbólico estão intimamente ligadas a discriminações sofridas no âmbito das relações sociais. Para Traquina (2005, p. 32), “a luta política tem como palco central uma luta simbólica em torno dos acontecimentos e das questões”.

Uma linha de pesquisa teórica surgida também nos anos 70, a teoria do agendamento ou *agenda-setting*, articula a produção de notícias e a esfera pública e posiciona o jornalismo no interior das disputas políticas. Essa perspectiva defende uma interação entre as agendas do campo jornalístico, do público e do campo político, cada qual com suas *necessidades de acontecimento*, com uma forte influência do discurso jornalístico sobre as demandas políticas de sua audiência. Assim, as notícias conseguiriam dizer ao seu público *sobre o que pensar e*, através do tratamento dado ao assunto, *como pensar a respeito* – ou, como concluiriam os pioneiros desse campo de investigação, Shaw e McCombs (apud TRAQUINA, 2005), os mídia noticiosos diriam ao público *o que pensar*. Essa influência não seria, contudo, absoluta, admitindo um impacto maior sobre pessoas com maior necessidade de orientação ou de acordo com o grau de experiência no assunto (ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005).

Para Traquina (2005), a relação com o fator tempo orienta a atuação desses profissionais. As práticas jornalísticas se organizam de forma a dar conta dos prazos e horários de fechamento, devido à necessidade dos veículos de produzir informação de forma regular e contínua. Nesse cenário, os jornalistas desenvolvem rotinas que lhes permitem otimizar o tempo empregado na produção das notícias, compartilhando conhecimentos práticos denominados por Ericson, Baranek e Chan (apud TRAQUINA, 2005; PONTE, 2005) de “vocabulário de precedentes”. Tais conhecimentos dizem respeito ao que deve ser considerado notícia (*saberes de reconhecimento*), aos métodos empregados para levantar informações (*saberes de procedimento*) e também formas de estruturar o texto final (*saberes de narração*). A relação com o fator tempo incide inclusive sobre os assuntos tratados pelos jornalistas: “será notícia aquilo que, considerado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas, seja susceptível de *ser trabalhado* sem demasiadas alterações ou subversões do ciclo de produção” (WOLF apud PONTE, 2005, p. 189, grifo no original).

Cabe discutir o que é “considerado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas”. Como já referido, as notícias não correspondem necessariamente ao que de mais importante aconteceu num determinado período de tempo: são acontecimentos e questões da realidade que os jornalistas, a partir de determinados critérios, reconhecem como sendo socialmente

relevantes, a partir do que consideram ser o interesse de sua audiência. Tais critérios do que pode vir a ser notícia operam importantes distinções: ao definir as fronteiras do inusitado, do interessante e do negativo, a seleção do noticiável demarca a norma e o desvio, o corriqueiro e o inesperado, o correto e a violação. Van Dijk (apud PONTE, 2005, p. 214) sustenta que “enquanto a novidade pressupõe a existência de um conhecimento prévio, o desvio e a negatividade exigem conformidade e reconhecimento da positividade, articulando-se assim com atributos de consonância com normas e valores sociais”. O jornalismo, portanto, reconhece os significados circulantes na cultura; sua atuação ao demarcar o “diferente” e o “inusitado” pode contestá-los ou reafirmá-los.

Stuart Hall et. al. referem-se aos valores-notícia como um mapa cultural do mundo social. Se os jornalistas não o tiverem, não podem tornar perceptíveis às suas audiências os acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que formam o conteúdo básico do que é noticiável. Hartley (1982) afirma que os valores-notícia não são nem naturais, nem neutrais. Segundo Hartley, “formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até). Os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (TRAQUINA, 2005, pp. 115-116).

Hall et. al. (apud PONTE, 2005; TRAQUINA, 2005) defendem que os jornalistas trabalham a partir de suposições acerca do funcionamento da sociedade – uma “estrutura profunda” cujo funcionamento é invisível mesmo para os que selecionam os tópicos considerados relevantes (TRAQUINA, 2005, p. 116). Na perspectiva estruturalista, à qual se filiam estes autores, a definição do que é inusitado a ponto de se tornar noticiável envolve, também, o que é considerado consensual nessa sociedade – e a construção de notícias a partir desse consenso não só o reconhece como também o reforça ao reproduzi-lo. De acordo com Ponte (2005), essa perspectiva teórica sustenta que, nas sociedades capitalistas modernas, o jornalismo exerce uma função central na construção (e legitimação) de sentidos acerca das realidades que não podem ser conhecidas através da experiência direta, oferecendo não apenas relatos mas também interpretações para os acontecimentos. Assim, tanto a seleção do que será veiculado quanto o próprio enquadramento dado ao assunto têm impactos políticos e ideológicos. Para John Hartley (apud PONTE, 2005, p. 154), a seleção dos assuntos, bem como seu tratamento e a visibilidade a eles conferida, são aspectos políticos da construção da notícia. O autor defende que “o discurso das notícias desempenha um importante papel na batalha pela afirmação de um valor singular e unidimensional”, negando espaço a divergências e posições não hegemônicas e situando “como desviantes ou marginais [os] grupos que se situem fora do centro” (HARTLEY apud PONTE, 2005, p. 156).

A tensão entre o centro e o desvio, entre *nós* e *os outros*, crucial para os objetivos desta

pesquisa, será oportunamente aprofundada, levando em conta especialmente as proposições de Van Dijk (apud PONTE, 2005), que sustenta que as chances de determinado grupo ou acontecimento figurar nas notícias são menores quanto mais clara for sua inadequação em relação às normas vigentes (excetuando-se os casos em que tal inadequação seja utilizada na narrativa jornalística justamente para demarcar uma posição negativa). Neste ponto, é oportuno retomar uma constatação de Miquel Rodrigo Alsina, quando diz que “a mídia não reflete a sociedade, mas a representa. Nessa representação nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade” (ALSINA, 2009, p. 65).

A relação dos jornalistas com suas fontes de informação também é influenciada pela necessidade de organizar o tempo, de forma que esses profissionais buscam manter relações de longo prazo com seus informantes para ter acesso rápido a interpretações da realidade consideradas úteis e válidas a partir de fontes previamente selecionadas como credíveis e adequadas. Para Hall et. al. (1993), a preferência por fontes oficiais, quando materializada sob a forma de notícia, legitima e reforça a autoridade da fonte; à medida que tais fontes frequentemente expressam valores hegemônicos, as notícias deixam de ceder espaço para opiniões contrárias e para demandas de indivíduos que ocupem posições menos privilegiadas. Dessa forma, vozes dissonantes têm dificuldade em se fazer ouvir.

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver seus acontecimentos transformados em notícias. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento depende, em parte, da capacidade de criar um aparelho de publicização e demonstrar a sua vontade de participar na teia de faticidade que sustenta o trabalho jornalístico (TRAQUINA, 2005, p. 112)

Tal afirmação implica, portanto, assumir que movimentos mais institucionalizados têm acesso mais facilitado à veiculação de suas questões e acontecimentos na mídia. Em seu estudo da cobertura realizada pela imprensa americana em relação às demandas feministas, a socióloga Gaye Tuchman (apud TRAQUINA, 2005) percebeu a importância da sintonia entre as fontes e as rotinas jornalísticas. Suas constatações sobre essa interação permite compreender mais concretamente como os valores e rotinas empregados pelos jornalistas, quando em conflito com a forma de atuação de um movimento, podem acabar por restringir sua visibilidade nas notícias.

O acesso fácil requer contatos regulares, rotinas, números de telefone, horas de abertura, sede. Essa continuidade de contatos não existiu entre os jornalistas e o movimento feminista. É essa continuidade que ajuda a estabelecer a credibilidade da

fonte, um dos critérios fundamentais que os membros da comunidade jornalística utilizam para avaliar as fontes (TRAQUINA, 2005, p. 99).

Essa necessidade de institucionalização dos movimentos de forma a se constituir em fontes se mostra relevante para o assunto tratado nessa pesquisa à medida que o movimento LGBT organiza sua atuação de acordo com uma segmentação do público-alvo de suas ações ou dos sujeitos políticos defendidos (FACCHINI, 2005), havendo disparidades no atendimento das identidades que compõem o movimento. Em primeiro lugar, como já exposto, há uma hierarquização baseada em relações de gênero, com predominância de homossexuais masculinos, levando a uma atuação separada de *gays* e lésbicas. Considerando-se que este movimento se estruturou em grande parte graças a financiamentos públicos e privados para ações de enfrentamento à AIDS, como colocam Facchini (2005) e Parker (1999), tiveram um maior acesso a essa institucionalização, ao menos em um primeiro momento, as entidades destinadas a atender as populações mais diretamente afetadas pela epidemia: homens homo e bissexuais e travestis. É possível que a dificuldade de organização de um movimento bissexual no País, como já referido a partir de Oliveira (2009) e Simões e Facchini (2009), leve também a uma menor presença dessa categoria identitária na mídia. É relevante questionar, também, de que forma são representadas as identidades sexuais e de gênero que *não* são reconhecidas como sujeitos políticos prioritários por esse movimento, tais como os intersexuais, os *queer* e *genderqueer*¹⁴, os assexuais ou mesmo aqueles que se recusam a adotar uma identificação baseada no desejo e nas práticas sexuais.

O tratamento jornalístico dado a essas questões, como defende a perspectiva teórica adotada aqui, será em grande parte responsável pela legitimação dessas categorias e mesmo pelo apagamento de seu caráter histórico e socialmente construído. Nesse sentido, cabe destacar a contribuição de Roger Fowler, que situa a representação em um papel central, estudando a linguagem jornalística como “exemplo do poder de toda a linguagem na representação de realidades” (FOWLER apud PONTE, 2005, p. 222), operando uma “organização lexical por oposições, complementariedades, equivalências, processos de inclusão, um vocabulário que organiza conceitos em categorias estritamente definidas que constituem o recurso básico de apresentação de experiências” (FOWLER apud PONTE, 2005, p. 224). Para o autor,

14 Essa abordagem *queer* em relação ao gênero leva à construção de identidades de gênero fluidas, recusando o binarismo da oposição masculino/feminino e pressupondo comportamentos e atitudes menos estáveis em relação à posição ocupada relativamente ao gênero. Essa categoria identitária, por sua fluidez mesma, não é equivalente à transgeneridade: a transgressão do gênero aqui não se dá pela inversão do socialmente esperado para um determinado sexo biológico, mas possivelmente pela circulação entre e combinação de comportamentos, atitudes e apresentações estéticas.

[...] o estilo conversacional dos jornais contribui para uma ilusão de informalidade, de familiaridade e de aproximação afetiva com o auditório e tem uma decisiva função ideológica na circulação de conhecimento. Para Fowler (1991: 57), essa função ideológica decorre da *naturalização* dos termos de representação da realidade e das categorias com que se apresenta: quando nos dirigimos a alguém num estilo conversacional estamos a assumir (conscientemente ou não) um acordo com base nos princípios da conversação, o da partilha de uma visão comum do mundo, dada como adquirida e que não tem que ser provada (FOWLER apud PONTE, 2005, p. 155).

Se a própria linguagem utilizada nas notícias exerce essa função ideológica de naturalizar os significados, o tratamento dado em termos narrativos e da estruturação das informações veiculadas se prova ainda mais redutor da complexidade da realidade. Traquina (2005) sublinha que, dada a necessidade de estruturar a prática profissional de forma a cumprir os prazos cíclicos que conformam a oferta de informações nos veículos noticiosos, os jornalistas adotam formas industrializadas de narração, dentre as quais se destaca a técnica da pirâmide invertida, como forma de organizar as informações de forma rápida e, ainda mais importante, compreensível para o leitor.

Nesse processo, ocorre uma simplificação que age tanto no nível da linguagem quanto na própria seleção dos conteúdos que serão veiculados, eliminando interpretações divergentes de forma a minimizar a ambiguidade inerente dos fatos. Ponte (2005) recorre a Mouillaud para definir o *enquadramento*, visto como um corte e focalização da realidade que determina o que será narrado e de que forma,, sustentando assim que a “apreensão do acontecimento exige, pois, que este seja fragmentado em cenas parciais que, para serem passíveis de leituras, devem ser monossêmicas, isto é, orientadas numa direção” (PONTE, 2005, p. 114). Dessa forma, é impossível destilar uma verdade unívoca a partir da realidade objetiva: confrontando as verdades oriundas dos discursos dos diferentes envolvidos em um acontecimento ou questão, o jornalista precisa selecionar *uma* dentre essas interpretações para orientar sua narrativa dos fatos. E mesmo na decisão por esse enquadramento ele não é inteiramente autônomo, pois parte da forma que a realidade toma aos seus olhos (MANOFF apud TRAQUINA, 2005), articulando as suas próprias impressões e os valores sociais vigentes.

A perspectiva de Van Dijk, teórico holandês que se dedicou a analisar o discurso do racismo, é particularmente útil para estas reflexões à medida que articula, na produção e interpretação dos textos jornalísticos, uma dimensão pessoal que engloba as experiências diretas ou oriundas do relato dos outros (*memória pessoal*) e uma dimensão social, que consiste dos valores e significados partilhados socialmente no interior de uma cultura (*memória social*). Tal possibilidade de compreensão do texto jornalístico explicita o papel da subjetividade do jornalista em sua produção. Para o autor em referência, informações

negativas acerca de quem são os *outros* ajuda na definição da identidade de um grupo, através da afirmação da diferença.

Assim, tende-se a apresentar de forma favorável o grupo de pertença, enfatizando os seus traços positivos; por outro lado tende-se a apresentar o grupo de não-pertença de forma desfavorável, enfatizando os seus traços negativos e ofuscando os positivos VAN DIJK apud (PONTE, 2005, p. 113, grifos do original).

A partir de depoimentos concedidos à semióloga Edith Modesto (2006), que entrevistou 89 gays e lésbicas de perfis socioeconômicos diversos questionando-os acerca de suas vivência da homossexualidade, é possível obter algumas impressões dos homossexuais acerca de como eles são representados na mídia. A televisão – compreendendo tanto programas jornalísticos quanto de ficção e entretenimento – foi citada pelos entrevistados como o meio que pior os retrata, recorrendo a estereótipos e explorando preconceitos. O jornalismo feito nas mídias impressas, como jornais e revistas, é menos criticado no projeto de Modesto. Ainda assim, há relatos, como os que se seguem, que explicitam a distinção, reconhecida por Van Dijk, entre *nós* e os *outros*, a partir de uma audiência que se vê retratada negativamente como “o outro” na mídia impressa tradicional.

José: As revistas não dirigidas *raramente falam com a isenção necessária* e raramente dão a palavra a gays e lésbicas. Isso que é importante: quem está falando por quem. São muito comuns reportagens sobre gays. Principalmente em junho, que é o mês da Parada do Orgulho Gay, em que os repórteres não identificam a sua própria sexualidade. *Quem não identifica é, em princípio, heterossexual*. Então, quem é que está falando e por quem? [...] Elas [essas revistas] *defendem o discurso heterossexual por excelência*. Então, *elas estão sempre falando do outro* (MODESTO, 2006, pp.195-196, grifos nossos).

Raquel: eu andei lendo ultimamente umas revistas de massa... acho que, se eles querem escrever como é a visão de um repórter hétero num lugar gay, que avisem: “*nós queremos mostrar a visão de um hétero*”, ou então, se eles querem mostrar mesmo e querem falar dos códigos dos homossexuais, que *peguem um repórter gay*, que aí, pelo menos, ele vai falar alguma coisa... (MODESTO, 2006, p. 362, grifos nossos).

É curioso notar, no primeiro relato, como a ideia de “isenção necessária” é contraposta às publicações não dirigidas aos homossexuais, como se as segmentadas pudessem ser *isentas*, como se estas, parafraseando a declaração do entrevistado, não *defendessem um discurso homossexual por excelência*. Também se destaca a percepção, apontada como implícita nos textos, de que tais matérias veiculadas em revistas de circulação geral seriam escritas por heterossexuais, bem como de que há um ocultamento da subjetividade do jornalista.

A partir dos objetivos desta pesquisa, é relevante perguntar: e quando a identidade dos jornalistas coincide com a das “minorias” retratadas, ou ao menos com parte delas, de que

forma o discurso jornalístico retrata as identidades sexuais e de gênero? Antes que se passe à análise do conteúdo que emerge das notícias veiculadas pelo objeto de estudo deste trabalho, cabe refletir como o jornalismo fornece subsídios para a construção de uma identidade individual e política, verificando posteriormente como outros veículos brasileiros voltados para o mesmo público abordaram as identidades sexuais e de gênero.

3.2 Jornalismo e identidade

Consideramos, como propõe Felippi (2008) a partir de Foucault, que o sujeito é constituído a partir de discursos, discursos esses que lhe são anteriores e exteriores – um sistema que faz parte do sujeito e sobre o qual ele não detém controle, posição criticada por Thompson (2008), autor frequentemente citado em estudos em Comunicação que se dedicam a analisar a construção da identidade individual a partir dos significados veiculados pela mídia. Ainda assim, mesmo que discordando deste autor no que tange ao nível de consciência e voluntariedade na apropriação desses discursos, consideramos oportuna sua contribuição quando sustenta que os meios de comunicação são uma importante fonte de material simbólico para a construção das identidades individuais (THOMPSON, 2008).

Outro ponto de distanciamento deste trabalho em relação a outros na área da Comunicação se dá pela proposta de analisar, de forma mais focalizada, o discurso jornalístico em relação às categorias identitárias. É frequente encontrarmos uma equivalência entre diferentes discursos (da ficção, da publicidade, do jornalismo) e/ou suportes (jornais, revistas, TV) midiáticos, tal como nos trabalhos de Fischer (FISCHER, R., 2002; 2004) e Azevedo (2010). Em se tratando de publicações segmentadas para o público homossexual masculino, as análises frequentemente combinam jornalismo e fotografias dos ensaios (SILVA, F., FIGUEIREDO JR. & ELIEZER JR., 2007; AZEVEDO, 2007; SILVA, F., 2010; MONTEIRO, 2000) e mesmo o design das publicações (RODRIGUES, 2007). Ao tratar do jornalismo, sem, contudo, pretender estabelecer distinções valorativas entre os diferentes discursos, reconhecemos algumas características particulares da circulação de significados através das notícias.

Nesse processo de construção da realidade, o jornalismo também pode trabalhar na criação ou reelaboração de identidades culturais. Como as notícias não são um espelho da realidade e sim uma construção discursiva, ao noticiar, a mídia produz sentidos, mobiliza a memória discursiva, podendo provocar o assujeitamento e a identificação dos receptores. As notícias têm efeito (ideológico) de evidência, mas são uma narração possível do acontecimento, constituindo o que representam, produzindo significados. E, nesse movimento, contribuem para a constituição do imaginário social, cristalização da memória do passado e construção da memória do

futuro. Esse entendimento dá conta de que os discursos são "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam" (FOUCAULT apud FELIPPI, 2008, p. 10).

O discurso jornalístico se caracteriza, portanto, por uma estreita dependência da realidade, rechaçando qualquer ficcionalização do real (TRAQUINA, 2005). Reconhecidas como verdadeiras pelo seu público, as notícias fornecem importantes subsídios para que este elabore sua visão acerca de como o mundo é e como a sociedade funciona. Para Eduardo Meditsch (1997), mais do que mera veiculação de sentidos, o jornalismo promove uma forma particular de produção de conhecimento que, ao dar visibilidade ao singular, alcança até mesmo realidades inacessíveis ao conhecimento científico, pautado pela busca de explicações gerais. Contudo, o jornalismo não é capaz de explicar por si só a realidade que busca retratar, restando-lhe recorrer a interpretações oriundas de outros discursos, tal como o científico, de forma que ele produz e reproduz conhecimentos. No que diz respeito ao tema e objeto desta pesquisa, ganham importância dois discursos em particular: o do movimento LGBT, pelo reconhecimento de sua autoridade e legitimidade política na definição de um discurso em prol das populações cuja sigla este movimento abarca, e também do proveniente das ciências médicas e psicológicas, numa interessante reviravolta: passando da patologização inicial do comportamento homossexual para, a partir da retirada da homossexualidade da lista de distúrbios mentais, justificar a *normalidade* de tais comportamentos ou, no caso da transexualidade, para reafirmar o caráter de inevitabilidade e distúrbio, estabelecendo a necessidade de intervenção médica. Nesse ponto, cabe retomar a visão de Fowler (apud PONTE, 2005), para quem o tom conversacional do discurso jornalístico ajuda a naturalizar os termos que descrevem a realidade a partir de categorias restritas. Considerando-se esse ponto de vista, uma imprensa que se dedique a comunicar de e para LGBTs não estará simplesmente veiculando acontecimentos e questões considerados de interesse para essas populações, e sim auxiliando na definição do que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros *são* ou mesmo como eles *devem ser*.

Outro ponto importante quanto ao papel do jornalismo na definição das identidades sexuais e de gênero não heterossexuais diz respeito ao caráter político da seleção do que é considerado noticiável e dos enquadramentos dados. Como sustenta a teoria do agendamento, as questões levantadas pelo jornalismo podem interferir na agenda pública e na agenda política, tendo portanto um importante papel social na luta dos LGBTs. É importante salientar que, embora haja demandas políticas comuns a praticamente todos os públicos abarcados por essa sigla – tais como a criminalização da homofobia, ou o estendimento dos direitos

concedidos aos casais formados por pessoas de sexos diferentes – cada uma dessas identidades envolve lutas simbólicas específicas, ainda que semelhantes. Os gays, por exemplo, são estigmatizados mais visível e violentamente do que as lésbicas devido à transgressão da normatividade de gênero que os “diminuiria” e ameaçaria a masculinidade¹⁵ dominante (o que, paradoxalmente, também lhes confere uma visibilidade maior), discriminação essa ainda mais cruel e violenta no caso das travestis. Travestis, transexuais e outros transgêneros, por sua vez, sofrem policiamentos e constrangimentos no que diz respeito às expressões normativas, vistas como “corretas”, do gênero, necessitando recorrer a expressões mais “coerentes” de forma a se tornarem “inteligíveis”, como diria Butler (1999). Em uma sociedade que valoriza mais o masculino, as lésbicas enfrentam uma combinação de sexismo e homofobia, tendo um menor acesso à representação política e simbólica, que se alia a um processo que simultaneamente afirma e nega sua sexualidade¹⁶ ao colocá-las como objeto de desejo masculino. O caso dos (e das) bissexuais é ainda mais emblemático, à medida que tal identidade é negada enquanto orientação sexual “verdadeira” e inclusive enquanto categoria identitária, já que há ativistas bissexuais que rejeitam esse rótulo – preferindo se definir como “pessoas atraídas por *indivíduos*, mais do que por pessoas de determinado gênero ou sexo” (BISEXUALITY, 1998, p. 88, tradução nossa).

Esse reconhecimento de diferentes posicionamentos e demandas se faz necessário à medida que assumimos, como proposto por Van Dijk (apud PONTE, 2005), que os jornalistas também têm um pertencimento identitário e tendem a se posicionar mais favoravelmente em relação ao seu grupo de pertença. Em suas pesquisas acerca das minorias étnicas, Van Dijk revela uma preocupação acerca dos problemas sociais enfrentados por tais populações, dado que tais fatos não constituíam pauta relevante para os jornalistas. Levando em conta tais considerações, é interessante questionar se e como se manifesta, no conteúdo jornalístico do Mix Brasil, semelhante distinção *nós/outros* entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Tal possibilidade implicaria não somente o reconhecimento de uma hierarquia entre identidades mais ou menos legítimas, como sustentado anteriormente,

15 Não à toa, a homossexualidade masculina foi estudada e repreendida com mais frequência. É possível que essa repressão maior tenha levado, também, a um maior reconhecimento e fortalecimento da homossexualidade masculina: o ativismo homossexual, na figura de nomes como Kertbeny e Hirschfeld, surge primeiramente em países em que as relações sexuais entre homens eram criminalizadas, o que não ocorria com as relações entre mulheres. Na Inglaterra, tal discrepância levou à elaboração do chamado “mito da impunidade lésbica”, defendendo que tal expressão da sexualidade era frequentemente ignorada pelos juristas (LAW, 1998, p. 347).

16 Outro fator, ainda que mais recente e provavelmente de menor impacto simbólico, contribuiu para uma visão da homossexualidade feminina como menos “sexual”: uma vertente do feminismo radical no final dos anos 70 que colocava a lesbianidade como atitude política de resistência ao patriarcado. “Uma dimensão erótica ou experiência sexual real com outra mulher *não* era um pré-requisito: qualquer mulher poderia ser uma lésbica 'política'” (LESBIAN SEX WARS, 1998, p. 503, grifo do original, tradução nossa).

como também teria consequências políticas na defesa das demandas específicas de cada um desses grupos identitários, à medida que dispensasse tratamentos desiguais a uns e outros.

O jornalismo dos grandes veículos de massa, segundo apontam os depoimentos colhidos por Modesto (2006), dificilmente trata as identidades sexuais e de gênero diferentes da heterossexual de forma positiva. Problematizando essa questão, Darde (2008), a partir da leitura de uma matéria televisiva retratando um casal homossexual com filhos, conclui que esse *outro* pode, sim, ser alçado à igualdade com o que define o *nós*, delimitado como parâmetro – desde que prove sua legitimidade em uma normatividade que estabelece a distinção entre masculino e feminino como padrão e a parentalidade (ou ao menos sua intenção) como necessária para constituição da família. Em relação a essa heteronormatividade que orienta a narrativa jornalística dos veículos de referência, Veiga (2010) tece um comentário sobre o que é considerado legítimo e quem detém a autoridade para falar a respeito.

As fontes às quais os jornalistas normalmente recorrem para produzir suas matérias são oriundas, preferencialmente, das áreas da psicologia e biomedicina. Estas fontes, muitas vezes, explicam os comportamentos humanos em termos de essências biológicas, tomando um padrão específico como universal, em detrimento de outras possibilidades de leitura [...]. Também os discursos jurídicos e provenientes do Estado, via de regra, servem para explicar à sociedade os padrões de “certo” e “errado”. [...] Esses campos são instâncias de poder legitimadas socialmente e pela mídia como aqueles que possuem os “verdadeiros” conhecimentos, em especial no que diz respeito às relações e comportamentos sociais (VEIGA, 2010, p. 18).

Outro trabalho da mesma autora (VEIGA, 2009) permite vislumbrar uma relação entre autoridade da fonte e baixa credibilidade de uma categoria social específica, a partir do *frisson* midiático causado pelo envolvimento do atacante Ronaldo Nazário com travestis, contratadas por ele e acusadas de chantagear o jogador ao final do programa. Analisando uma das primeiras notícias televisivas sobre o caso, a autora observa uma significativa associação entre a opinião pública acerca do caso, as perguntas do repórter (que explicitavam a *estranheza* do envolvimento sexual de semelhante celebridade, oriunda de um meio tão masculino como o futebol, com uma travesti) e as falas da fonte tida como legítima para interpretar a história (uma autoridade oficial, o delegado responsável pelo acompanhamento do caso), que coincidem na delimitação das fronteiras entre o normal e a aberração.

Cabe destacar que tanto o repórter quanto o delegado constroem um discurso que parece indicar que o jogador havia se confundido, pensando que a travesti seria uma mulher. Por último, quando o delegado invoca Deus e diz “que aquilo dali é travesti”, ele demonstra uma “coisificação” da travesti, indicando uma não humanidade (VEIGA, 2009, p. 13-14).

Ilustrando o viés teórico defendido na seção anterior, o enquadramento dado ao caso é estabelecido a partir de uma posição consensual, baseada em suposições acerca do funcionamento da sociedade (o envolvimento sexual com travestis é estranho e inadequado; um homem “de verdade” deve estar enganado quando se sente atraído por uma; se essa relação envolver uma situação de prostituição contendo chantagem, provavelmente esse homem será a vítima) que são reforçadas por uma fonte considerada legítima a partir dos critérios de autoridade e credibilidade compartilhados entre os jornalistas. Mais que isso, tal episódio permite constatar – tanto pelo tratamento dado, quanto pela própria raridade de uma exposição tão prolongada na mídia de personagens tão estigmatizados como as travestis – a relevância da análise de Gayle Rubin (1992) acerca da hierarquização de comportamentos e práticas sexuais. Em sua ilustração que situa práticas e relações sexuais em uma escala valorativa, “travestis” e “sexo por dinheiro” estão alinhados no ponto do “pior”, que define o “sexo 'ruim': anormal, antinatural, doente, pecaminoso, 'bizarro” (RUBIN, 1992, p. 282, tradução nossa).

A concessão de espaço para a discussão das diferentes manifestações da sexualidade que não a heterossexualidade reprodutiva nos grandes veículos noticiosos mantém a discussão nos termos propostos por Rubin: os poucos veículos nacionais a incluir colaboradores que falem da diversidade sexual, quando o fazem, convidam homossexuais – a mais palatável dentre as identidades não heterossexuais, pelos motivos já expostos – para integrar seus quadros de colunistas. Foi assim com o jornal Última Hora, que em 1976 foi pioneiro ao veicular uma coluna em que o crítico teatral Celso Curi oferecia seu “olhar gay sobre a cidade” (PÉRET, no prelo). São homossexuais, também, os colunistas que escreviam sobre causas LGBT na Revista da Folha, suplemento da Folha de São Paulo, até sua remodelação em 2010: André Fischer, editor da revista *Júnior* e diretor do grupo Mix Brasil, e Vange Leonel, que abriu espaço para discussão da causa lésbica em outros veículos dedicados aos homossexuais, incluindo o próprio Mix Brasil. Depoimentos de homossexuais concedidos a Modesto (2006) salientam a importância desses discursos voltados a aproximar a população geral das causas LGBT, buscando veicular uma imagem positiva das sexualidades não heterossexuais. É interessante notar que nesses depoimentos, apesar da autoproclamada missão de falar para quem conhece e não conhece bem a homossexualidade, Fischer é criticado por algumas lésbicas por escrever somente para os gays, ao passo que Vange Leonel é citada por elas como alguém que fala “para todo mundo”, “para os heterossexuais e para os homossexuais de forma geral” (MODESTO, 2006, p. 361). Sem entrar no mérito do conteúdo veiculado por um e outro colunista, até porque isso demandaria uma pesquisa com este fim

específico, consideramos significativos tanto o fato de que os gays não citam a coluna da escritora, quanto a ideia das mulheres consultadas por Modesto, a partir de sua posição de sujeito, de que a fala da ativista lésbica incluía “todo mundo”.

Frente a essa perspectiva universalizante em relação às identidades sexuais e de gênero, que pressupõe um lugar de fala considerado legítimo a “falar por todos”, questionamos a visibilidade concedida prioritariamente a determinadas formas de ser não heterossexual. Nesse sentido, consideramos oportuna a fala de Rocha (2010), que faz referência a uma “homonormatividade” criada a partir de uma atuação assimilacionista em relação à heteronormatividade. É nesses termos que Rocha (2010, p. 29) questiona a homossexualidade enquanto “parte dum processo minoritário com ambições universalizantes em curso”, enfatizando a necessidade de uma política que questione a hegemonia dos valores heteronormativos.

Uma referência a Monique Wittig no trabalho em referência permite aliar a vocação política das identidades e o sentido pessoal que elas adquirem para o indivíduo: “Não há luta possível para alguém privado duma identidade, nenhuma motivação interna para lutar, pois que, embora possa lutar apenas com outros, em primeiro lugar luto por mim” (WITTIG apud ROCHA, 2010, p. 29). Admitir tal importância das identidades reforça o caráter político da circulação de categorias identitárias a partir do jornalismo, à medida que o discurso das notícias permitiria reconhecer sua legitimidade (ainda que fechando seu significado, como propõe Fowler) e possibilidade de adoção por parte dos sujeitos. O jornalismo adquire, assim, um importante papel de reconhecimento da concretude das identidades, à medida que apresenta indivíduos *reais* que as adotam.

A importância da circulação dos significados se comprova ao relembrarmos a já citada história de Alexandre, que não conhecia a identidade transexual. Novamente, o conceito de representação (HALL, 1997) entra em cena: Alexandre não poderia se identificar como transexual sem ter acesso ao conceito de “transexual”. A circulação desses sentidos é necessária para que as categorias identitárias (e mesmo a possibilidade de se identificar através de categorias não restritas, como o *queer*) passem a integrar o rol de representações mentais conhecidas pelo indivíduo. Nesse sentido, é relevante a visão de Fischer (FISCHER, R., 2001; 2002; 2004), que defende que a mídia exerce uma função *pedagógica* em relação às posturas que os indivíduos devem ter em relação à sexualidade e aos comportamentos adequados por seu gênero. A autora trata mais especificamente da influência da mídia (especialmente a televisão) para a subjetividade da mulher (2001) e dos adolescentes (2004), mas podemos estender a análise às mídias voltadas para as populações não heterossexuais,

que também oferecem “através de inúmeras narrativas [...] exemplos de como agir sobre si mesmos, de modificar-se, de 'formar' a si próprios de uma certa maneira” (FISCHER, R., 2004, p. 140), agindo como dispositivos pedagógicos que “produz[em] imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à 'educação' das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem” (FISCHER, R., 2002, p. 153).

Essa vocação pedagógica, em que o discurso jornalístico exerce um papel particular enquanto produtor de conhecimento reconhecidamente ligado ao real, é explicitada pelo depoimento de um consumidor dessas revistas que vê uma necessidade de *esclarecimento* dos homossexuais a partir da imprensa gay.

Rivelino: Quando você tem um meio impresso gay, por exemplo, a G Magazine é uma revista que só é comprada pelo público gay, nenhum heterossexual vai comprar, se bem que as mulheres eu acho que compram... Isso já é responsabilidade, porque você já está atingindo *um público que, por mais que ele seja gay, ele nem sempre é esclarecido*. Então *você deve a eles uma posição de esclarecimento*. Há pouquíssimos lugares que a gente tem, fora das publicações gays, que você pode estar falando sobre o assunto. (MODESTO, 2006, p.196, grifos nossos).

Dessa forma, reconhece-se a importância do discurso jornalístico na criação e divulgação de “modos de ser” específicos, cuja definição mais ou menos estrita cabe discutir aqui. Considerando, face ao exposto, que formas de expressão do gênero e da sexualidade que não reproduzam o padrão heteronormativo ainda são bastante condenadas em nossa sociedade, a veiculação de discursos que questionem essa normatividade se mostram fundamentais para a construção da identidade das pessoas que dela divirjam. Nesse sentido, a emergência de uma imprensa voltada especificamente para homossexuais é um marco, à medida que passa a oferecer uma referência a partir da qual estas pessoas podem encontrar novos sentidos para suas experiências de vida, identificar-se com projetos de vida semelhantes e, como bem ressaltado por Thompson (2008), consumir materiais simbólicos que passem a compor sua identidade. Ao mesmo tempo, a veiculação desses sentidos, quando muito homogênea, possibilita também o estabelecimento de formas mais e menos socialmente aceitas de se viver essas identidades. Retomando a análise proposta por Butler (1999), podemos inserir as representações da expressão de gênero contidas nessas revistas em um ciclo de performatividade em citação, em que determinados perfis da homossexualidade (notadamente a masculina) são reconhecidos como mais desejáveis e, portanto, mais citados (tanto nessas mídias quanto pelos indivíduos que a consomem), num reforço e dissimulação das expressões vistas como mais adequadas. Antes que se proceda a uma análise mais minuciosa dessas representações nas publicações disponíveis no mercado atualmente, cabe

realizar um breve resgate de como se estruturou esse mercado jornalístico no Brasil das últimas décadas.

3.3 Imprensa homossexual brasileira e identidades coletivas sexuais e de gênero

A menção a uma “imprensa homossexual”, e não a uma expressão que incluísse outras identidades, não se dá por acaso. O mercado jornalístico com conteúdo concebido por e para pessoas não heterossexuais se consolidou prioritariamente pela oferta de títulos dirigidos prioritária, se não exclusivamente, para homossexuais masculinos. Cabe aqui destacar uma questão de linguagem que se manifesta em trabalhos relacionados tanto a essa imprensa homossexual como ao estudo da homossexualidade em si: frequentemente o “homossexual” no título dos trabalhos (e, também, na imprensa/sociedade que analisam) na realidade é “homossexual masculino”¹⁷. É interessante notar que, se por um lado o masculino universalizante invisibiliza o feminino, frequentemente o próprio masculino se torna invisível nessa denominação, talvez justamente porque se suponha que sua descrição seja, de fato, universalmente aplicável a outras sexualidades (enquanto a “homossexualidade feminina” precisaria ser expressa para ser identificada e diferenciada neste “universal”). No que diz respeito à história da imprensa homossexual, boa parte da literatura sobre o tema se ancora na obra de James Green, historiador brasileiro que estudou a homossexualidade masculina no Rio de Janeiro. Provavelmente devido à escassez de fontes documentais organizadas, outras mídias voltadas para públicos não heterossexuais que não o homossexual masculino são pouco estudadas, o que contribui para seu desconhecimento por parte da academia e do público.

Segundo James Green (apud SIMÕES & FACCHINI, 2009), o surgimento de uma “imprensa gay” no Brasil está ligada ao surgimento de comunidades de homossexuais masculinos nos grandes centros urbanos brasileiros por volta dos anos 50. Este autor relata o desenvolvimento, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, de locais de “pegação” e convívio. O primeiro estudo sociológico conhecido sobre a homossexualidade

17 Nesse sentido, podemos destacar o histórico *O homossexualismo na cidade de São Paulo*, escrito na década de 50 por José Fábio Barbosa da Silva e redescoberto por James Green, que o publicou em 2005; o mais atual *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*, publicado em 2003 por Adriana Nunan; e mesmo um artigo importante para o tema debatido aqui, *De alternativa a grande mídia: uma historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil*, de Marcus Antônio Assis Lima (2007), que chega a mencionar a existência de “periódicos voltados para drags, travestis e lésbicas (LIMA, 2007, p. 8) sem mencionar sequer seus títulos, ao passo que cita e nomeia revistas voltadas para mulheres que foram inspiradas no modelo de revistas *gays* como a G Magazine. Pelo motivo contrário, cabe destacar os trabalhos de James Green, cujos títulos costumam explicitar que a homossexualidade em análise é a masculina.

(masculina) no Brasil, de autoria de José Fábio Barbosa da Silva, é publicado já em 1959 e reconhece a existência de comunidades de homossexuais em São Paulo, baseadas no estabelecimento de laços afetivos, sexuais e de amizade, em que “padrões de homossexualismo são aprendidos, discute-se sobre modas, carnaval, festas homossexuais, etc” (SILVA, 1959, p. 360). Organizados em grupos chamados de “turmas”, estes homossexuais se reuniam em ambientes domésticos, de forma a preservar sua autonomia e privacidade em relação a uma sociedade que os desaprovava. É numa dessas turmas que surge aquele que é provavelmente o mais significativo título do primeiro estágio da imprensa homossexual brasileira: *O Snob*.

Marcando uma era de publicações produzidas artesanalmente, *O Snob* foi criado por Agildo Guimarães, que publicou uma primeira edição – uma folha de ofício datilografada – em 1963, para protestar contra o resultado de um concurso de Miss Traje Típico de uma dessas turmas cariocas (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Posteriormente, o jornal ganharia a forma de mini-revista, com mais de 30 páginas, contendo anúncios e ilustrações coloridas (PÉRET, no prelo). Seu conteúdo, trazendo assuntos como fofoca, moda e coluna social, era produzido por colaboradores que assinavam com pseudônimos. O nome adotado por seu editor, Gilka Dantas, deixa claro que o jornal era escrito sob o ponto de vista de um homossexual bastante identificado com o feminino, permitindo entrever também alguns significados associados às categorias identitárias veiculadas pel'*O Snob*.

James Green mostra que as pessoas que giravam em torno da produção do jornal organizavam sua visão da homossexualidade a partir da oposição entre "bonecas" e "bofes", o já referido modelo da hierarquia de gênero, sendo a "boneca" representada idealmente como uma *femme fatale* ou uma *vamp* de Hollywood [...]. A "boneca" idealizada aqui não era a que se submetia ao "bofe", mas a que usava os atributos da feminilidade em seu favor [...] Chamamos a atenção para o "nono mandamento" [da lista com os “Dez Mandamentos da Bicha”], que expressa a aversão à ideia de duas "bichas" - e por extensão, dois "bofes" - se relacionarem sexualmente (SIMÕES & FACCHINI, 2009, pp. 69-70).

A partir de 1966, essa compreensão da homossexualidade baseada na adoção de categorias identitárias fixas passaria a ser questionada no jornal. Nesse período, um de seus colaboradores, Hélio Fonseca, passa a questionar a associação automática entre gays e o comportamento feminino, mudando inclusive seu pseudônimo, passando de Pantera Cor de Rosa para Hélio Gato Preto. A partir de 68, o jornal passa a abordar pautas mais políticas, tais como o Maio de 68, o movimento hippie e a Guerra do Vietnã (PÉRET, no prelo). O jornal fecha em 1969, já sob a vigência do AI-5, em um momento em que publicações criadas artesanalmente e distribuídas informalmente passavam a despertar a desconfiança do regime.

O Snob não foi o primeiro, tampouco o único jornal gay publicado no Brasil a partir da década de 1960. James Green (apud PÉRET, no prelo) aponta mais de 30 diferentes títulos semelhantes em circulação no País naquela época, alguns deles inclusive inspirados pelo modelo d'*O Snob*. Este periódico marca a história por sua longevidade e alcance, já que sua distribuição, feita através do contato entre grupos de homossexuais, alcançava outras metrópoles para além do Rio de Janeiro, onde o jornal era produzido. Além disso, chama atenção a forma como o jornal se apropria da linguagem utilizada nos guetos homossexuais, passando a divulgar uma “gíria gay.” Como consideram Hall *et al.* (apud PONTE, 2005), os meios de comunicação utilizam a linguagem de forma a gerar uma identificação por parte de seu público.

A linguagem usada por cada jornal será então *a sua própria versão da linguagem do público que constitui o seu principal auditório*: a sua versão da retórica, do imaginário e do subjacente acervo comum de conhecimento que considera que esse auditório partilha e que forma a base da troca entre produtores e leitores. Por esse motivo designamos esta forma de interpelação o *idioma público* dos media (PONTE, 2005, p. 154, grifos do original).

A crescente circulação de termos como “entendido”, que se torna conhecido no País a partir da década de 1940, e mesmo “gay”, palavra que é incorporada a títulos de jornais artesanais como o *Gente Gay*, surgido em 1976 e considerado “a primeira de uma onda de novas publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país” (MACRAE apud SILVA *et al.*, 2007, p. 34), aponta para um maior questionamento da classificação hierárquica dos papéis homossexuais, em uma aposta no modelo igualitário (SIMÕES & FACCHINI, 2009). No *Lampião da Esquina*, publicado a partir de abril de 1978 e considerado uma referência no tratamento da homossexualidade como questão política, a linguagem ganharia um papel questionador. N'*O Snob* (e possivelmente nos jornais que nele se inspiravam) havia um uso da gíria gay a partir de uma posição de fala que não apenas aceitava como endossava os papéis hierárquicos e a distinção entre homossexuais e heterossexuais. No *Lampião*, por sua vez, essa linguagem ganha um sentido fortemente político: suas matérias reivindicam a utilização de um vocabulário, composto de autodenominações como “bicha, “boneca” e “veado”, antes associado à discriminação daqueles que desviavam da normatividade heterossexual (SIMÕES & FACCHINI, 2009). A esse respeito, um dos idealizadores e principais editores do jornal, Aguinaldo Silva, diria que era necessário poder usar as palavras para perder o medo delas: “O uso de tais palavras em *Lampião*, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para, em seguida, desmistificá-las” (SILVA, A. apud SIMÕES & FACCHINI, 2009,

p. 89).

Surgido em 1978, em meio a uma “explosão discursiva” (SIMÕES & FACCHINI, 2009) em torno da homossexualidade, o *Lampião da Esquina* é uma manifestação do que se convencionou chamar de imprensa alternativa ou nanica. Sua tendência à valorização da subversão e da necessidade de conjugação entre diversas lutas políticas colocaria o jornal na lista das publicações que sofreram, no final do regime, com medidas coercitivas destinadas a enfraquecer a imprensa alternativa, como inquéritos policiais motivados por ofensa à moral e aos bons costumes (processo sofrido também por Celso Curi devido à sua colaboração no *Última Hora*) e auditorias financeiras. Em sua linha editorial, a ideia de “subversão”, associada por alguns colaboradores à homossexualidade enquanto possibilidade de desestabilização da normatividade sexual, inseria a luta por direitos sexuais em uma agenda mais ampla de questionamento da moral vigente.

Lampião se diferenciava também no modo como abordava a homossexualidade. O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentrar-se exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz. O jornal se propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 85-86).

Simões e Facchini (2009, p. 89) sustentam que “[h]avia desacordos e divergências entre editores e colaboradores do *Lampião* a respeito de quase tudo”. Essas divergências, que não se restringiam a discussões de pauta e sim eram expressas nas páginas do jornal, levavam a uma pluralidade de opiniões acerca das manifestações da sexualidade e das expressões do gênero desviantes da normatividade conhecida. Essa diversidade de visões e preocupações também existia no grupo ativista *Somos*, surgido em São Paulo e considerado o primeiro no Brasil a “tratar da homossexualidade como questão social e política” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 91), de que muitos colaboradores do *Lampião* também faziam parte. A lista de tópicos acerca dos quais os militantes do *Somos* não construíam consensos permite compreender melhor as tensões que acabavam explicitadas no conteúdo do jornal.

Pode-se compreender, assim, que o grupo tivesse concepções divergentes em relação a uma série de temas: a natureza da homossexualidade, o significado da bissexualidade, a conduta das travestis, das “bichas pintosas” e das lésbicas masculinizadas. Se, de um lado, o “bissexualismo” era deplorado como identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, em outros momentos a prática bissexual era elevada ao patamar da subversão suprema de todas as regras. Se travestis, “pintosas”, “fanchas” e “sapatões” eram desvalorizadas como foco de interesse erótico e criticadas por reproduzirem padrões de dominação macho/fêmea,

eram também prezadas por sua ousadia e autenticidade (SIMÕES & FACCHINI, 2009, pp. 102-103).

Simões e Facchini (2009, p. 92) sustentam que o *Lampião* “publicou ao menos duas matérias relevantes sobre transexualidade”. Em uma delas, cuja chamada de capa provocantemente anunciava trazer a história da “bicha que virou mulher” (edição nº 35, de abril de 1981), travestis e transexuais operadas davam seu testemunho e opiniões acerca da modificação do corpo. Consideramos relevante destacar também como a pluralidade de opiniões permitia uma narrativa questionadora dos próprios termos e categorias relacionadas à sexualidade nas matérias do jornal. A primeira das “matérias relevantes” citadas por Simões e Facchini, em julho de 1978 (edição nº 5), fazia referência ao caso do cirurgião Roberto Farina, condenado por crime de lesões corporais graves ao realizar uma cirurgia de “reversão sexual” - crime de que fora acusado não pela paciente, mas por um promotor público. Vale destacar, no artigo de Aguinaldo Silva (apud SIMÕES & FACCHINI, 2009, pp. 92-93) que abre a matéria, o questionamento tanto à moral que levou à condenação do cirurgião, quanto ao próprio papel da medicina na criação de identidades.

O que se julgou — e a condenação, me permitam dizer, já existia antes mesmo da sentença do juiz — portanto, foi a ousadia de Valdir, que tentou mudar seu próprio destino, transformando-se em Valdirene. Tanto que não se utilizou do processo para levantar a única discussão realmente válida sobre o tema, que é a seguinte: o transexualismo... é um fato científico ou apenas uma figura criada pela medicina para justificar esse tipo de operação? Afinal, só se começou a falar em transexuais depois que os médicos descobriram que podiam operá-los. Não teria essa operação o objetivo de conseguir lucros à custa de homossexuais que, tendo aprendido desde cedo que em matéria de sexo só existem duas opções, e rejeitando aquela que a natureza supostamente lhes destinou, procurariam na outra uma saída para sua insatisfação? (SILVA, A. apud SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 92-93)

Outra categoria identitária é questionada no *Lampião* de forma mais dura em uma discussão pública entre Antônio Calmon e Darcy Penteado (na edição nº 35, de abril de 1981), em que chamam a atenção tanto o fato de transparecerem formas de deslegitimar a bissexualidade quanto a possibilidade de que cada um dos interlocutores veja no outro, simultaneamente, a possibilidade de adoção de uma argumentação conservadora. Em ambos, seja pelo ocultamento de práticas heterossexuais, seja pela condenação destas como “enrustimento”, é possível entrever uma associação entre a adoção de uma identidade homossexual e uma postura política de questionamento à moral sexual vigente (no caso de Penteado, apostando em um futuro utópico em que tais distinções seriam inexistentes).

Calmon: Nem todo bissexual, como afirma o senhor Penteado, usa a relação

heterossexual como defesa diante da sociedade. Existem pessoas que simplesmente gostam das duas coisas. [...] Alguém andou escrevendo no *Lampião* que bissexualismo é coisa de esquizofrênico. [...] É uma posição idêntica a de certas esquerdas que combatem a ditadura para instalar um governo tão repressivo ou mais. Darcy: Meu ataque (que você não quis entender) é ao bissexualismo que vem sendo usado como escudo por conhecidos homossexuais de nome ou imagens públicas, imaginando que este pega melhor que o homossexualismo declarado, perante o seu público consumidor. Ora, isso não deixa de ser enrustimento! Essa é a tal bandeira careta que citei, apesar de que, para mim, o bi é e será antes de tudo um homossexual, até que as denominações desapareçam, substituídas por um conceito genérico de sexualidade múltipla (SIMÕES & FACCHINI, 2009, pp. 93-94).

A visão pejorativa da bissexualidade sustentada por Penteado, que a associa ao “enrustimento”, permite vislumbrar a importância concedida ao assumir-se, que viria a ser sustentada pelas revistas voltadas para *gays* e destinadas a criar uma identidade positiva da homossexualidade. Cabe destacar ainda a publicação de duas formas opostas de se definir (e mesmo de se viver) a bissexualidade, o que dificilmente seria possível em uma publicação que não tivesse em sua linha editorial a proposta de trazer opiniões dissidentes e estimular um diálogo politizado que incluísse outras identidades além da homossexual masculina, ainda que de forma episódica. Apesar de não haver mulheres interessadas em compor a diretoria do jornal, várias colaboravam esporadicamente, e o *Lampião* fez matérias específicas sobre a vivência lésbica e mesmo coberturas de eventos feministas, buscando aliar a pauta da homossexualidade a uma luta mais geral de combate ao machismo.

Essa pluralidade de opiniões oportunizaria também, o surgimento de dissidências internas que futuramente levariam ao fim do veículo, em colaboração com outros fatores, relativos tanto à organização interna do *Lampião* quanto à conjuntura da imprensa alternativa, em um momento em que a menor pressão exercida pelo regime sobre os veículos tradicionais permitiu que estes voltassem a se posicionar de forma crítica, levando a um enfraquecimento dos nanicos. Com o abrandamento da censura, diversas publicações pornográficas, incluindo algumas voltadas para homossexuais, passam a circular. Para fazer frente a essa concorrência, o *Lampião* acaba diversificando suas pautas e mesmo investindo em fotos de rapazes nus (SIMÕES & FACCHINI, 2005, p. 109). Assim, no dizer de Bernardo Kucinski (apud LIMA, 2007, p. 5), o *Lampião* começou “elegante e terminou pornográfico”. O fim do *Lampião*, em junho de 1981, marca o início de uma lacuna na história da imprensa homossexual. Com uma tiragem que chegou aos 15 mil exemplares por edição, sendo vendido não apenas por militantes, mas também nas bancas de grandes cidades do País, esse jornal seria por muito tempo a iniciativa jornalística de maior alcance editorial já conhecido por uma publicação voltada para homossexuais.

Além da ausência do *Lampião da Esquina*, outro fantasma marcaria a década de 1980:

a epidemia de AIDS. Em função dela, a exaltação da homossexualidade arrefeceria, e a atuação dos grupos que se mantivessem ativos seria menos questionadora do *status quo* do que a exercida pelo *Somos* e divulgada através do *Lampião*, abandonando a vinculação a uma ideologia subversiva e oportunizando a emergência de um perfil mais institucionalizado e formal, voltado mais para a garantia de direitos do que para a desestabilização do sistema (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Segundo Lima (2007), as únicas publicações disponíveis na época a tratar da homossexualidade seriam, por um bom tempo, os boletins distribuídos pelos grupos empenhados no combate à AIDS (LIMA, 2007). Essa observação do autor, possivelmente por fechar o sentido de “homossexualidade” à homossexualidade masculina, ignora a contribuição de um periódico lançado na época do fim do *Lampião* e que duraria até o final da década: o *ChanacomChana*, criado pelas ativistas do Grupo de Ação Lésbico-Feminista, o GALF. Criado no interior de um movimento lésbico ainda incipiente, o *ChanacomChana* foi produzido de forma artesanal, com “uma cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta *punk* da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical”, no dizer de Miriam Martinho (apud CARDOSO, 2004, p. 99), uma das criadoras do jornal. Tendo uma tiragem de em média 200 exemplares e com periodicidade e tamanho instáveis, o jornal era distribuído por suas colaboradoras em bares e boates. Chegando às mãos de contatos do movimento lésbico em outras cidades, o *ChanacomChana* era então copiado e redistribuído, num processo condicionado pela disponibilidade financeira de suas colaboradoras (CARDOSO, 2004; PÉRET, no prelo).

Se é possível vincular o *Lampião da Esquina* a tendências gerais da imprensa alternativa dos anos 70, o surgimento do *ChanacomChana* estaria ligado à emergência de uma imprensa feminista na segunda metade dos anos 1970 – ainda que as lésbicas não encontrassem facilmente seu lugar no interior do feminismo. Em entrevista a Elisabeth Cardoso, Miriam Martinho ironiza: “[e]ngraçado porque para fora, para a sociedade, o movimento feminista era coisa de sapatão, mas internamente elas não nos aceitavam” (CARDOSO, 2004, p. 101). Da mesma forma que havia provocado uma necessidade de separação dos homossexuais masculinos no interior do *Somos* devido às divergências e necessidade para tratar de seus “temas específicos”, as colaboradoras do *ChanacomChana* viram na segmentação uma forma de dar vazão a demandas ligadas ao feminismo e à sexualidade que não viam expressas em nenhum outro lugar. Cardoso resgata um trecho de artigo publicado por Martinho no número 12 do jornal, de fevereiro e maio de 1987:

Em outras palavras, as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale

diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a ideia de que o feminismo não lhes diz respeito. [...] Ou seja, elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc. [...] devem ficar no terreno do privado, numa flagrante contradição com um dos grandes ‘slogans’ do feminismo que diz que o privado é político (MARTINHO apud CARDOSO, 2004, pp.100-101).

Com a institucionalização do GALF através da criação da ONG lésbica *Um Outro Olhar*, em 1987, o *ChanacomChana* deixaria de circular e seu conteúdo passaria a ser veiculado pelo boletim homônimo ao grupo. Em 1995, o boletim *Um Outro Olhar (UOO)* se transformaria numa revista de mesmo nome, passando a ser impresso em papel *couché* numa tiragem de 5 mil exemplares. Produzida por uma equipe pequena, capitaneada pela mesma Míriam Martinho que havia estado à frente do *ChanacomChana* em colaboração com Rosely Roth e outras, a revista *Um Outro Olhar* passou por dificuldades de produção, capitalização e distribuição, sendo extinta em meio impresso em 2002, embora tenha sido mantida na versão *online*. Ainda assim, foi a mais longeva publicação brasileira voltada para o público lésbico. O depoimento de Martinho explicita também uma mudança tanto no perfil da publicação quanto de suas leitoras ao longo de sua história, mas mais marcadamente no processo de mudança do formato boletim para o formato revista, em 1995:

O título *ChanacomChana* foi dado por uma mulher do MLF [movimento lésbico-feminista], e ele tinha esse aspecto de fanzine, de impacto e até engraçado, mas era muito explícito. Esse tipo de postura se dilui com o passar dos anos. Um Outro Olhar já nasce com outra perspectiva, é uma revista diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e baladas (MARTINHO apud CARDOSO, 2004, p. 103).

O ano de 1995 é um marco também para o ressurgimento da imprensa voltada para os homossexuais masculinos, dessa vez em um formato que, diferentemente do ocorrido no final do *Lampião*, teve êxito em congregar a militância a um comportamento mais voltado para o consumo. Em janeiro desse ano, é lançada a revista *Sui Generis*, inspirada na fórmula de publicações estrangeiras como a americana OUT. Com uma tiragem mensal que rondava os 30 mil exemplares, essa revista provou a viabilidade de um mercado editorial jornalístico voltado para os homossexuais. Em uma entrevista a essa publicação, Aguinaldo Silva, um dos principais nomes do *Lampião*, sustentou que este “era um jornal alternativo, *Sui Generis*, por exemplo, não é uma revista alternativa. Hoje em dia pode-se chamar isso de imprensa” (SILVA, A., apud LIMA, 2007, p. 7). A menção ao *Lampião* não serve apenas de contraste no que diz respeito ao perfil alternativo ou mercadológico dessas revistas. Ainda que a atuação da *Sui Generis* fosse menos iconoclasta e mais comportamental, pode-se dizer que esta

constitui a principal publicação pós-*Lampião* no que diz respeito à politização da questão homossexual.

A revista inicia um novo processo no mercado editorial de revistas segmentadas direcionadas para o público gay. Ela foge dos nus e da pornografia, que tomava conta das outras publicações gays. A *SuiGeneris* procurou falar de assuntos que fossem de interesse da comunidade gay, e sempre de forma positiva. Ela abordava temas tendo sempre como preocupação o ponto de vista do leitor gay. [...] Com muito trabalho e muita dedicação, ela cobriu, em 55 edições, os interesses de grande parte do universo gay do qual seu principal editor fazia parte: a classe média alta (RODRIGUES, 2007, p. 169).

Rodrigues (2007) chama a atenção para o fato de que a pretensão “elegante” e “positiva” da revista excluiu, ao menos num primeiro momento, pautas mais ligadas à violência e discriminação sofrida pelos homossexuais, investindo mais na defesa da extensão de direitos concedidos a casais heterossexuais e de um orgulho homossexual do que na discussão dos preconceitos associados à homossexualidade. Dessa forma, a revista procurou dar visibilidade a *gays* cuja trajetória pudesse ser considerada de sucesso, bem como retratar celebridades dispostas a assumir sua homossexualidade. É interessante notar como essa defesa de uma homossexualidade positiva e integrada ao contexto da sociedade de maneira geral não implica conservadorismo nem exclusão de perfis menos normativos no que diz respeito à constituição de relacionamentos e famílias: na mesma edição que traz a parentalidade homossexual como chamada de capa,

o diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa assume sua união a três e apresenta seus dois companheiros. Não é um casamento, instituição que Zé considera falida. Marcelo, um dos namorados, define a relação da seguinte maneira: “Somos parceiros. A gente convive 24 horas por dia, trepa a hora que quer, é muito além de um casal” (SG, n. 15: 30) (RODRIGUES, 2007, p. 174).

A diversidade de assuntos e propostas fica evidente já a partir da capa. Diferentemente das revistas em circulação hoje no mercado, cujas capas costumam ostentar algum famoso ou modelo que personalize a concepção de virilidade considerada desejada pelos gays brasileiros, como será retomado, a *Sui Generis* frequentemente trazia capas ilustradas por personalidades da cultura associadas ao mundo homossexual, como a cantora Cássia Eller. A presença de uma capa contendo um casal de lésbicas, bem como a inclusão de matérias tratando da transexualidade (fosse a partir de uma transexual famosa como Roberta Close ou pela história de uma “lady do sertão”) e mesmo de expressões menos normativas da sexualidade, como no retrato de um casal formado por uma “uma lésbica assumida e moderna, que vive com Gaby, um transexual 'femininamente estereotipado” (RODRIGUES, 2007, p. 174). Essas

características nos permitem considerar que a *Sui Generis* configura uma publicação voltada mas não restrita aos homossexuais masculinos. A partir do número 19, contudo, as capas da revista passam a ser ilustradas por homens musculosos e, no entender de Rodrigues (2007), passa a se dirigir à comunidade *barbie*¹⁸, retratando o estilo de vida desses homossexuais musculosos, para quem a aparência física é fundamental.

Em 1997 surgia a *G Magazine*, inicialmente publicada sob o sugestivo título *Bananaloca*, que traz para as bancas de revista um novo conteúdo editorial para o público gay: as fotos de nu frontal masculino, exibindo em sua capa a promessa de ensaios mostrando ereções de “artistas de segundo escalão, jogadores medianos de futebol, modelos famosos e profissionais do mercado cor-de-rosa” (LIMA, 2007, p. 8). É possível, inclusive, que o sucesso editorial da *G Magazine* – conquistado a duras penas, uma vez que de início a revista teve dificuldades para chegar às bancas, sendo vendida em lugares como bares, boates e saunas gays (CARVALHO, 2010) –, ao atender parte da demanda antes suprida pela *Sui Generis*, explique as dificuldades financeiras enfrentadas por esta revista, que levariam ao seu fechamento em 2000. A editora SG Press, responsável por sua publicação, lançaria em 1998 a revista *Homens*, buscando se inserir no mesmo nicho aberto pela *G Magazine*: a oferta de pornografia homoerótica retratando uma masculinidade hiperviril como objeto de desejo. Marko Monteiro faz uma observação interessante sobre as diferentes concepções das práticas sexuais que emergem das duas revistas editadas pela SG Press, contrapondo a adoção de uma identidade militante e politicamente correta ao exercício da sexualidade de uma forma que não só não questionava a normatividade vigente, como a utilizava como combustível para a fantasia homoerótica masculina pautada pelo desejo de um homem que encarnasse uma virilidade normativa.

Na *Sui Generis*, um dos fatores mais importantes no seu perfil editorial é a sua perspectiva do que significa ser gay, a sua postura com relação ao preconceito, à necessidade de "assumir-se gay", ou de "sair do armário", assim como em relação à dinâmica do desejo homoerótico. A revista é muito mais militante no tocante à autoestima do que a *Homens*, assumindo uma postura bem próxima aos movimentos gays norte-americanos de busca de uma identidade unívoca e coesa. *Homens* trata do desejo de forma muito mais fluida [...]. Nesta revista não existe, de forma clara, a divisão entre homo e heterossexuais. A cada momento, um "heterossexual" pode sentir o desejo por outro homem, seja nos contos, nas fotos, nos quadrinhos ou nas cartas de leitores. (MONTEIRO, 2000, *online*).

A respeito dessa masculinidade retratada e comercializada nas revistas homoeróticas voltadas para *gays*, consideramos pertinente a leitura que Silva, Eliézer Júnior e Figueiredo

18 Rótulo atribuído aos homossexuais masculinos que se apresentam a partir de uma estética que valoriza corpos musculosos e depilados.

Júnior fazem a partir das capas da *G Magazine*.

O fato de desejar ser e de querer conquistar um homem viril tem a ver com o desejo de aceder à suposta “normalidade”. A construção do ethos de um homem potente e másculo corresponde à antítese do homossexual afeminado. Esse ethos valorizado e incorporado pelos modelos fotografados reforça a imagem do homem considerado “normal”, isto é, o heterossexual, recusando-se, assim, os personagens mais visíveis e os que, muitas vezes, são rejeitados pelos próprios homossexuais, os efeminados e escandalosos (SILVA, F., *et al.*, 2007, p. 64).

Nesse ponto, cabe destacar algumas constatações de Mira (1997; 2003) acerca da segmentação de publicações por gênero. Esta autora sustenta que, enquanto as publicações voltadas especificamente para mulheres surgiram no País ainda no século XIX, movidas pela necessidade de produzir conteúdo “adequado” para mulheres e moças, uma imprensa caracterizada como estritamente masculina estaria vinculada à oferta de pornografia, o que pode explicar uma maior facilidade de inserção de títulos como *G Magazine* e *Homens* no mercado, ao passo que a única publicação conhecida para lésbicas, no mesmo estilo, como será retomado adiante, foi um desastre editorial. A autora também relaciona o surgimento e consolidação de uma imprensa feminina paralelamente à conquista de uma maior liberdade e direitos civis: a “mulher emerge como segmento de mercado ao mesmo tempo em que aparece como sujeito de sua própria história” (MIRA, 2003, p. 15). A própria autora relaciona esse processo ao vivido pelo emergente mercado GLS. A prática de uma “militância de mercado”, termo proposto por Monteiro (2000), permite sustentar que há aí uma construção da identidade a partir do consumo.

É com este perfil de “militância de mercado”, sem a presença do nu, que surgem ao final da década de 2000 duas publicações *gays* de caráter muito semelhante: a *DOM* (De Outro Modo) e a *Júnior*, sendo esta última editada por André Fischer, idealizador do MixBrasil. Sobre a primeira, que circulou entre dezembro de 2007 e encerrou suas atividades em agosto de 2009, provavelmente porque o mercado não comportava duas publicações com a mesma fórmula, cabe destacar a proposta assimilacionista, aparentemente mais focada no consumo do que em uma política de identidades baseada no dualismo hetero/homo (PÉRET, no prelo; COLETTO & AMARAL, 2009). Tanto a *DOM* quanto a *Júnior* se propõem a retratar e atingir um público jovem. De ambas, emerge uma masculinidade vinculada a uma aparência viril e ao cuidado do corpo, que deve corresponder a um padrão de beleza caracterizado por músculos delineados e pela ausência de pelos, numa exibição de imagens que supõe que “a adesão a um corpo ideal acenasse com uma possibilidade promissora: a de alcançar aceitação social plena” (AZEVEDO, 2010, p. 19). Em relação à *Júnior*, a autora em

referência destaca também outras idealizações relativas à classe, à idade e à raça: os rapazes que ilustram a revista são brancos, jovens, viris, e seus corpos musculosos indicam possuir dinheiro não só para adquirir as roupas de marca que os vestem, mas também para arcar com o tempo que a academia e outros cuidados demandam. Não obstante, a autora destaca o fato de tal revista incluir entre suas editorias uma seção chamada *Dossiê*, mais profunda e crítica do que o restante da revista, abordando inclusive minorias no interior da comunidade gay, tais como os idosos, os cegos e os moradores de rua. Contudo, ela não considera que tais matérias sejam suficientes para dar um tom verdadeiramente questionador ao conteúdo da revista.

O perfil da homossexualidade masculina que emerge da revista *Júnior* pode ser tomado, frente ao exposto nesse capítulo, como representativo das representações que as demais publicações para o mesmo público veiculam. Infelizmente, a falta de expressividade de um mercado editorial jornalístico voltado para outras identidades sexuais e de gênero inviabiliza que se insiram nessa discussão a construção dessas identidades. A revisão bibliográfica efetuada no âmbito desta pesquisa encontrou poucos dados sobre iniciativas jornalísticas para lésbicas e nenhuma para outras identidades, tais como bissexuais ou transgêneros, na literatura acadêmica da área. Os dados disponíveis apontam para uma baixa profissionalização do segmento voltado para as mulheres: além do *Chanacomchana/Um Outro Olhar*, que circulava com periodicidade irregular, são conhecidas as seguintes publicações de cunho mercadológico: uma revista criada pela jornalista lésbica Nina Lopes, a *Sobre Elas*, cujas duas edições foram distribuídas gratuitamente em lugares de frequência lésbica em 2006 (PÉRET, no prelo); a *Entre Ellass*, revista de cunho erótico/pornográfico criada em 2008 pelo ex-cinegrafista do SBT Francisco Coutinho, considerada muito semelhante às revistas masculinas e rechaçada pelo público (VENCESLAU, 2007; DYKERAMA, 2008; PÉRET, no prelo); já a *Revista Lés*, editada em 2005 pela jornalista Ana Azevedo (ATHOSGLS, 2005) não é citada sequer na única bibliografia encontrada que insere essa incipiente imprensa lésbica na história da imprensa homossexual brasileira, a pesquisa da jornalista Flávia Péret (no prelo). Face à inviabilidade de comentários mais profundos acerca de que experiências e identidades lésbicas emergem de tais publicações, cabe destacar apenas a baixa duração dessas iniciativas editoriais, com a exceção da *Um Outro Olhar*. Assim, diferentemente do que propõe Lima (2007, p. 9) em sua importante historiografia da imprensa homossexual, não há atualmente o atendimento de um “amplo leque de possibilidades identitárias homoeróticas”, e sim o estabelecimento de um mercado destinado a produzir conteúdo prioritariamente para os homossexuais masculinos, em revistas que sustentam uma determinada forma de se viver a homossexualidade, baseada em uma identidade “positiva” e

preocupada com o corpo.

Cabe questionar, aqui, de que forma não há acentuação de diferenças e negação de espaço, nas publicações voltadas para homossexuais, a outras possibilidades identitárias que não a homossexualidade masculina, tema a que esta pesquisa se dedica. Além disso, não se encontrou na literatura acadêmica contribuições relevantes, fora uma breve caracterização do Mix Brasil na pesquisa de Péret (2010), acerca de portais jornalísticos *online* voltados para LGBTs, não podendo, portanto, tecer comentários acerca de como veículos semelhantes (em termos de suporte) tratam diferentes identidades sexuais e de gênero. Esta pesquisa é, por isso, um tímido movimento no sentido de iniciar um debate, a nosso ver pertinente e necessário, acerca das possibilidades abertas pela *web* para um jornalismo segmentado a partir de identidades e práticas sexuais.

4 IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NO *MIX BRASIL*

4.1 O objeto de pesquisa

Criado em 1993, o grupo *Mix Brasil* constitui um dos mais antigos, se não o mais antigo, dentre os grupos de comunicação voltados para produção e difusão de bens simbólicos massivos para o “público GLS” atualmente em atuação no País. Na realidade, como já foi apontado, a própria concepção de um “público GLS” surgiu para designar os frequentadores do Festival de Cinema *Mix Brasil* da Diversidade Sexual e do Mercado Mundo Mix, eventos culturais de que o jornalista André Fischer, criador e diretor do *Mix Brasil*, foi um dos principais idealizadores (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Com isso, pode-se dizer que a atuação do *Mix Brasil* tem um impacto sobre a autopercepção desse público desde seu surgimento.

Segundo Péret (no prelo), o *Mix Brasil* é a primeira iniciativa *online* voltada para o público gay em toda a América Latina, tendo sido lançado em 1994 na forma de BBS, ou *Bulletin Board System*, sistema anterior ao estabelecimento da Internet como a conhecemos hoje e que funcionou conectando de dois a oito computadores por vez, permitindo interações entre os usuários e “acesso a um sistema não-gráfico com listas de lugares gays da cidade, notícias, imagens eróticas e bate-papo” (MIXBRASIL, 2011)¹⁹. No final de 1995, é lançado o primeiro site do *Mix Brasil*; em 1997, seu conteúdo migra para o portal UOL, onde permanece até hoje. Atualmente, além do portal e do festival de cinema, que ainda é realizado, o grupo produz também um programa de rádio veiculado pela CBN, edita a revista *Junior*, voltada para jovens homossexuais masculinos e se prepara para trazer ao mercado a revista *H*, voltada para homens gays “maduros”, ainda sem previsão de data de lançamento (CIA, 2011). Segundo Péret (no prelo), uma equipe de 18 profissionais é responsável pela manutenção de todas as atividades do grupo.

Além de acompanhar o surgimento da Internet no País, o surgimento do *Mix Brasil* nessa época permite relacioná-lo à emergência de um mercado voltado para homossexuais, conforme coloca França:

¹⁹ MIXBRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=MixBrasil&oldid=27317300>>. Acesso em: 01 nov. 2011. O verbete da Wikipédia sobre o *Mix Brasil* é uma das fontes mais completas encontradas sobre a história desse veículo (tais informações não estão disponíveis, ou ao menos não foram localizadas, sequer no próprio portal). A riqueza de detalhes em relação às fases de desenvolvimento do veículo, bem como em relação aos detalhes técnicos das primeiras incursões do grupo no mundo *online*, fazem crer que o verbete tenha sido criado por alguém ligado ao grupo.

Na década de 1990, há a formação de um discurso, fomentado por uma parcela dos empresários do mercado GLS, que aproxima as atividades de atores do mercado das atividades da militância. Tais atores começam a se ver, e a ser vistos, como articuladores de uma ação política, no sentido em que estimulam a “auto-estima dos homossexuais” e a formação de uma “identidade positiva” – através de iniciativas como festivais de cinema, editoras e mesmo espaços de lazer e sociabilidade – e fazem circular informações por esse público – por meio de sites e revistas especializadas (FRANÇA, 2007, p. 299).

Ainda de acordo com a autora, esse emergente mercado GLS se apropria de símbolos utilizados pelo movimento, como a bandeira nas cores do arco-íris, e também de “elementos do discurso ativista do orgulho e da visibilidade, explicitando o seu direcionamento a um público de orientação sexual determinada” (FRANÇA, 2007, p. 299), através de uma postura positiva que evita a vitimização das identidades definidas a partir de práticas não heterossexuais. Dessa forma, os empresários do setor se identificam – pessoalmente, como apontam os depoimentos coletados pela pesquisadora – com o segmento e se propõem a trabalhar, também, por uma maior aceitação dos “GLS” no mercado, promovendo a inclusão através do consumo. Cabe destacar, como a própria autora pontua, que essa aliança entre movimento e mercado se dá através de aproximações e tensões, de forma que nem todas as identidades reivindicadas pelo movimento são prontamente atendidas pelo mercado, como é o caso de bissexuais, travestis e transexuais, excluídos de boa parte desse mercado.

O discurso do *Mix Brasil* acerca de sua própria atuação na seção “Quem Somos” do site (MIX BRASIL, s.d.) explicita pontos de contato entre suas concepções de sexualidade e as que circulam majoritariamente no movimento. Podemos citar, nesse sentido, que um dos valores que orientam a atuação do veículo é o “apoio à comunidade LGBT”, e que a missão a que o portal se propõe inclui “expandir o conceito de identidade”. Em consonância com a perspectiva de França (2007), o veículo adota estratégias presentes no movimento, como a tentativa de disseminar uma “imagem positiva”, evitando tanto a vitimização quanto o desafio escancarado às normas sociais vigentes. No caso do *Mix Brasil*, esse tratamento “positivo” das identidades sexuais e de gênero não normativas vai orientar a “expansão da identidade” através do estabelecimento de valores (ideológicos, estéticos e de consumo) que se pressupõe que sejam compartilhados no interior da comunidade LGBT, moldando uma noção de “cultura GLS”. Dado que a própria noção de “GLS” surge no interior desse grupo, é interessante notar que a “visão” do grupo é consolidar-se como referência desse segmento, produzindo conteúdo “sob o ponto de vista gay”.

Com o uso de tantas expressões e categorias – GLS, LGBT, gay – para determinar os públicos atingidos e retratados pelo veículo, seu escopo de atuação fica um tanto borrado,

ainda que os dados colhidos na revisão bibliográfica apontem para um direcionamento para os homens gays, especialmente pela produção e oferta de material erótico, conteúdo esse que constitui a seção mais acessada do site (FISCHER, A., 2004; FISCHER, A. apud PÉRET, no prelo). Contudo, a presença de uma seção voltada para mulheres – a seção Cio, dedicada à discussão de uma “cultura lésbica”, abordando questões políticas dessa população e divulgando produções artísticas consideradas de seu interesse – leva a crer que esse “ponto de vista gay” possivelmente não seja unicamente o do homossexual masculino, apesar da grande oferta de material erótico para essa população no conteúdo do site. O verbete dedicado ao MixBrasil na Wikipédia indica que a seção Cio teria sido criada nos primeiros anos do portal, em 1997, e informa que houve também uma seção chamada “Trans”, que teria sido criada em 2002 (e que não consta da estrutura atual do site. O verbete da Wikipedia não especifica quando nem por que tal seção deixou de existir).

O *Mix Brasil* está estruturado atualmente²⁰ em 15 seções, que podem ser acessadas através de uma barra horizontal no topo das páginas: Agenda, Blogs, Central, Cio, Cultura GLS, Celebidades, Mr Gay, Mix Encontros, Junior, Lifestyle, Pride, Rádio, TV, XXY, Sexo. A seção “Central” ou “Central de Notícias” abriga a maior parte do conteúdo jornalístico do site, divulgando “notícias de interesse dos grupos GLS, notas sobre ativismo e fatos de interesse geral” (FISCHER, A., 2004, p. 139). Outros conteúdos jornalísticos aparecem também em outras seções, em especial Pride, Lifestyle e Cultura GLS, recebendo um tratamento em geral mais cuidadoso do que na seção Central. Esse tratamento diferenciado fica evidente a partir da página inicial: enquanto as matérias da Central de Notícias aparecem sempre em uma caixa de texto bastante simples, situada no canto superior direito da página, os conteúdos armazenados nas outras seções podem ocupar posições de maior destaque na *homepage*.

Nessa página inicial, há duas formas de apresentação do conteúdo jornalístico sob a forma de chamadas. A posição de maior destaque é a dos *banners*, composta por quatro chamadas com foto e cartola que se alternam sucessivamente e situada na porção superior esquerda da página. Abaixo desses *banners* ficam o que nomeamos de “chamadas centrais”, um painel contendo oito títulos acompanhados de cartola e imagens menores. Uma *box* de cor preta ocupa a porção central da página, convidando o leitor a acessar os conteúdos eróticos. Na porção inferior da *homepage*, fica o que denominamos de “chamadas inferiores”, contendo duas dispostas de forma semelhante às que aparecem na porção central, com a diferença de exibir duas cartolas. Além dessas, a página inicial também traz *links* para os *blogs* dos

20 Em novembro de 2011.

colunistas, para as seções de TV e rádio, e um ranking das matérias mais acessadas do portal. O Anexo A traz um exemplo da disposição desses itens na página inicial.

4.2 A metodologia: Análise de Conteúdo

Considerando a quantidade de identidades coletivas definidas a partir do gênero e da sexualidade conforme propostas pelo movimento LGBT e adotadas pelo veículo estudado, atingir o objetivo geral desta pesquisa exigiria, obrigatoriamente, constituir uma amostra composta por um grande número de textos, de forma a encontrar o maior número possível de identidades retratadas no conteúdo jornalístico do portal. Para trabalhar um *corpus* dessa proporção, a Análise de Conteúdo (AC) se revela uma técnica bastante adequada, uma vez que seus procedimentos – contrariamente ao que aconteceria caso cada notícia fosse interpretada separadamente – reduzem a complexidade dos textos ao transformá-los em dados organizados, sistematizados. Bauer (2008, p. 191) conceitua a AC como sendo “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”, “ligando os pesquisadores a um texto e a um projeto de pesquisa” (BAUER & GASKELL apud BAUER, 2008, p. 200). Na definição de Franks (apud BAUER, 2008, p. 201), a “AC é um sistema de codificação que implica valores teóricos”.

De acordo com autores como Bauer (2008), Bardin (1977) e Herscovitz (2007), a Análise de Conteúdo une a possibilidade de leitura qualitativa à elaboração de dados quantitativos – ou seja, sua utilização não restringe a discussão dos resultados a aspectos puramente estatísticos. No dizer de Bardin, “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a 'outras coisas'” (BARDIN, 1977, p. 38).

A partir da classificação proposta por esta autora, traçamos um conjunto de procedimentos que permitisse uma análise qualitativa dos dados, efetuando inferências a partir da presença ou ausência do índice em cada unidade de texto analisada, não na frequência das ocorrências no interior dos textos. Dessa forma, procedemos ao que Bardin define como análise categorial, construindo um sistema de códigos a partir das suas orientações e, principalmente, a partir dos exemplos fornecidos por Bauer (2008).

4.3 Os procedimentos adotados

Partindo principalmente das definições de Bauer (2008) e Bardin (1977),

estabelecemos que a unidade de registro seria a *notícia*, que permitiria avaliar presenças e ausências de categorias, bem como verificar co-ocorrências entre elas. Optou-se por coletar as matérias presentes na *homepage* do portal, avaliando que tais conteúdos devem constituir, na avaliação dos profissionais do veículo, os mais relevantes e de maior interesse para seu público. Além desse fator operacional, os critérios para seleção do *corpus* foram os seguintes: os textos a serem analisados deveriam ser matérias jornalísticas, cujo conteúdo mencionasse explicitamente alguma das identidades presentes no público que o *Mix Brasil* diz representar e pretender atingir (a saber: LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; GLS – gays, lésbicas e simpatizantes) ou marcadores de outras possíveis identidades (ou mesmo a ausência de categorias identitárias) relacionadas a práticas sexuais e afetivas não exclusivamente heterossexuais. Termos e expressões que fazem referência ao conjunto das pessoas não heterossexuais, como “LGBT”, “GLS”, “diversidade sexual”, “minorias sexuais” e afins também foram considerados como índices válidos para a inclusão das matérias no *corpus*, à medida que permitem discutir a concepção de comunidade adotada e se essa comunidade se baseia em identidades específicas (como no caso das siglas LGBT e GLS) ou pressupõe uma maior diversidade interna (como no caso de “diversidade” e mesmo “minorias”, que não fecham as possibilidades de inclusão de sujeitos). Como o veículo apregoa também a missão de “expandir a cultura gay”, e é um dos interesses desta pesquisa discutir o uso generalizante da palavra “gay” (extensivo a outras identidades que não a homossexualidade masculina, bem como em referência a eventos, demandas e outros), também foram incluídas no *corpus* todas matérias em que esta palavra aparecesse.

Foram coletadas todas as matérias linkadas na *homepage* do veículo ao longo de três semanas (entre 28 de agosto e 17 de setembro de 2011), em acessos diários realizados entre as 19:30 e 20h. Ao longo desse período, o site esteve fora do ar em um dos acessos (em 10 de setembro) e constatou-se que seu conteúdo não sofreu atualizações aos sábados, domingos e feriados. A frequência de atualização mostrou-se ainda mais baixa ao verificar-se que na Central de Notícias – seção da *homepage* que é atualizada automaticamente assim que novas notícias são postadas –, houve momentos em que a produção de novos conteúdos não era suficiente para desbancar as notícias de dias anteriores. A cada dia, foram acessados 20 *links* da página inicial do portal. Após a exclusão das duplicatas, restaram 239 matérias passíveis de análise. Destas, 172 cumpriam todos os requisitos estabelecidos para a consecução dos objetivos da pesquisa e foram analisadas de forma a verificar a presença e a ausência das categorias especificadas. O Quadro 1 identifica as unidades de análise, trazendo seus títulos e informações de publicação.

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa

(continua)

Id.	Unidades de Análise	Data	Seção
1	Simpático e gostoso, Ricky Martin simula orgia e comemora saída do armário durante show em São Paulo	28/08	Cultura GLS
2	Presidiários se lançam em jogos de amor em peça em Salvador	28/08	Cultura GLS
3	Buenos Aires muy barata	28/08	Lifestyle
4	Governo Federal pede veto a lei homofóbica de cidade paulista	28/08	Central
5	Rapaz mata gay e come fígado da vítima em cidade mineira	28/08	Central
6	Ponte no Piauí ganha bandeira gay gigante	28/08	Central
7	Rio Grande do Norte passa a aceitar nome social de transexuais	28/08	Central
8	SC: Balneário Camboriú realiza na segunda sua Conferência LGBT	28/08	Central
9	Militantes gays são malandros oportunistas, dispara Malafaia	28/08	Pride
10	De peruca e vestido, Rodrigo Faro vira Whitney Houston	28/08	Celebridades
11	Cyndi Lauper inaugura abrigo gay em Nova York	28/08	Pride
12	Estrelado por Pierre Baitelli, ópera rock Hedwig chega a São Paulo	28/08	Cultura GLS
13	Fortaleza tem sol o ano todo. Vem conferir nosso roteiro gay	28/08	Lifestyle
14	Lançamento de livro marca Dia da Visibilidade Lésbica em SP	28/08	Cio
15	MTV divulga indicados ao VMB 2011. Confira a lista completa	28/08	Cultura GLS
16	Atração da Spirit Evolution, DJ Kiron conta tudo e libera set exclusivo	28/08	Lifestyle
17	DJ e gato mineiro é o convidado no feriado da Bubu Lounge	29/08	Lifestyle
18	Escritora fala ao Mix sobre importância do Dia da Visibilidade	29/08	Cio
19	OAB promove debate sobre religião e diversidade sexual	29/08	Central
20	Rio de Janeiro realiza em outubro sua II Conferência LGBT	29/08	Central
21	Brasília realiza no dia 18 sua 14ª Parada do Orgulho	29/08	Central
22	Héteros são agredidos por bando homofóbico na Paulista	29/08	Pride
23	Pai sente vergonha de filho homofóbico em vídeo do GGB, assista	29/08	Pride
24	Casal de professoras conta delícias e dissabores do cotidiano lésbico	29/08	Cio
25	Jovens gays se unem em rede de combate à AIDS e à homofobia	29/08	Pride
26	Justiça paulista autoriza mais dois casamentos homo	29/08	Pride
27	Maitê Schneider estreia como diretora em Curitiba	29/08	Cultura GLS
28	Colunista perpassa vida de Virginia Woolf e destaca sua participação na comunidade lésbica	29/08	Cultura GLS
29	Divas gays dominam o VMA 2011. Gaga foi de homem	29/08	Cultura GLS
30	De malas prontas para o Brasil, Chris Stutz libera set animado. Ouça	29/08	Lifestyle
31	Ratinho e SBT condenados a pagar 150 mil de indenização a pastor de igreja gay	30/08	Pride
32	Twice Level - véspera de feriado terá festa para cinco mil	30/08	Lifestyle
33	Famosa pastora Lanna Holder, que se assumiu lésbica, diz que sua igreja fará casamento gay e prevê expansão no Brasil	30/08	Lifestyle
34	Parada LGBT de Goiânia rola no próximo fim de semana	30/08	Central
35	MG- Divinópolis realiza domingo sua 8ª Parada do Orgulho	30/08	Central
36	Secretaria da Justiça paulista comemora Dia da Visibilidade Lésbica	30/08	Central
37	RJ- 8ª Cabo Free começa na próxima quinta-feira	30/08	Central
38	Mika lança clipe de Elle Me Dit, seu primeiro single em francês. Vem ver!	30/08	Cultura GLS
39	Kassab encaminha veto ao Dia do Orgulho Gay para Câmara dos Deputados	31/08	Pride
40	Deputado federal Jean Wyllys está em segundo lugar entre os melhores deputados do prêmio Congresso em Foco	31/08	Pride
41	Ativistas norte-americanos reclamam que rapper premiado no VMA da MTV é homofóbico	31/08	Cultura GLS
42	Coral gay assina contrato milionário e anuncia primeiro disco	31/08	Cultura GLS
43	MS- Beijo gay causa briga em festa de aniversário	31/08	Central
44	RN- Juristas e sociedade debatem avanços e segurança para gays	31/08	Central
45	Militância congratula veto de Kassab ao Dia do Orgulho Hétero	31/08	Central

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa

(continuação)

Id.	Unidades de Análise	Data	Seção
46	Tomando umas quatro eu pego, diz Compadre Washington sobre travestis	31/08	Celebridades
47	Boy George vem ao Brasil para tocar em cruzeiro gay	31/08	Lifestyle
48	Fetichista Luxúria muda de casa e vai realizar edição faroeste	31/08	Lifestyle
49	Justiça paulista autoriza que menina tenha duas mães na certidão	31/08	Pride
50	Prostituição gay é tema do espetáculo Garotos da Noite. Quer ir	31/08	Cultura GLS
51	Vila espanhola perto de Málaga deve ser a primeira cidade 100% gay do mundo	31/08	Lifestyle
52	Depois de Rozângela Justino, agora é psicóloga de Curitiba que luta contra gays	01/09	Pride
53	Festa de dois anos da San Sebastian terá palco gigante e pista com capacidade para cinco mil pessoas	01/09	Lifestyle
54	Novo clube de BRasília, Victoria Haus será inaugurado em novembro. Leia entrevista com os donos	01/09	Lifestyle
55	Campinas realiza Conferência Livre da Juventude LGBT	01/09	Central
56	Militância faz conscientização sobre HIV em Macaé	01/09	Central
57	Censo dos EUA aponta mais de 900 mil casais gays	01/09	Central
58	Álbum DNA, de Wanessa, mostra busca da cantora por um novo rumo	01/09	Cultura GLS
59	Saiba quem é Natalia Kills, a escolhida por Katy Perry para abrir show em SP	01/09	Cultura GLS
60	Não há homofobia no Brasil, afirma Magno Malta	01/09	Lifestyle
61	Leia na íntegra o texto do veto de Kassab ao Dia do Orgulho heterossexual	01/09	Pride
62	Cais Dourado, em Salvador, abrigará super festa na véspera da Parada Gay. Grá Ferreira e Leandro Becker tocam	02/09	Lifestyle
63	Papo franco com a pastora Lanna Holder, famosa por pregar a conversão de gay, que agora assumiu ser lésbica	02/09	Lifestyle
64	Juíza de Bauru proíbe casamento civil entre homossexuais	02/09	Central
65	Parada Gay de Osasco vai ser realizada no próximo dia 25	02/09	Central
66	Universidade Católica recebe simpósio de Direito LGBT	02/09	Central
67	SP- Igreja gay realiza cultos semanais em Guarulhos	02/09	Central
68	AM- Cantor de toadas é morto com 27 facadas em Parintins	02/09	Central
69	Projeto Purpurina discute profissões e mundo LGBT	02/09	Central
70	Vereador Carlos Apolinário - criador do Dia do Orgulho heterossexual - diz que veto de Kassab é um tratado em favor dos gays	02/09	Pride
71	Bolsonaro fala em kit gay 2 e que vai criar a campanha Faça uma fogueira na sua Escola	02/09	Pride
72	Vereador do interior de São Paulo diz que teve vontade de bater em meninos gays que viu beijando. Ouça áudio	02/09	Pride
73	Crô, personagem gay de Fina Estampa, vai apanhar de turma do futvôlei da novela	02/09	Cultura GLS
74	Paulo Ciotti revela ao Mix como será sua apresentação na Spirit Evolution	02/09	Lifestyle
75	Clubes divulgam programação para a Parada Gay de Florianópolis	02/09	Pride
76	Cabo Frio premia nesta sexta figuras que apoiam a causa LGBT	02/09	Pride
77	Quer converter união estável em casamento civil? Advogada explica como	02/09	Pride
78	Site da revista Capricho publica nota falsa afirmando que Justin Bieber assumiu homossexualidade e gera pânico entre fãs	05/09	Cultura GLS
79	Briga de gangues rivais de skinheads acaba com um morto no bairro paulistano de Pinheiros	05/09	Pride
80	Revista elege os 10 gays mais poderosos do mundo dos negócios	05/09	Lifestyle
81	10ª Parada do Orgulho LGBT da Bahia rola no domingo	05/09	Central

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa

(continuação)

Id.	Unidades de Análise	Data	Seção
82	Laerte assina arte da divulgação da Parada de Brasília	05/09	Central
83	Clube goiano The Pub é só alegria em super festa na véspera da Parada Gay	05/09	Lifestyle
84	Cabo Frio reúne 60 mil pessoas na Parada Gay	05/09	Pride
85	Crime da rua Oscar Freire é assunto principal do programa CBN Mixbrasil da semana. Ouça	05/09	Rádio
86	Governo paulista ensina grandes empresas sobre cotidiano gay	06/09	Lifestyle
87	Com exclusividade, produtores de sucesso falam ao Mix sobre o público gay e mostram novos trabalhos	06/09	Cultura GLS
88	Conferência LGBT de Petrópolis será realizada na sexta	06/09	Central
89	São José dos Campos recebe encontro trans da Região	06/09	Central
90	Pernambuco convoca sua II Conferência LGBT	06/09	Central
91	Festival Planeta Terra divulga line-up completo	06/09	Cultura GLS
92	Queen lança vídeo para comemorar 65 anos de Freddie Mercury	06/09	Cultura GLS
93	Trey Songz e Will Smith são namorados, diz revista	06/09	Celebridades
94	Fotógrafo recupera o apartamento onde viveu com o pintor Jorge Guinle Filho	06/09	Pride
95	Divulgada a programação da Semana da Diversidade de Florianópolis	06/09	Pride
96	Estilista americano usa beijo gay para promover nova coleção	08/09	Lifestyle
97	Porto Alegre recebe em outubro encontro LGBT do PT	08/09	Central
98	Bebedouro define data de sua V Parada da Diversidade	08/09	Central
99	MA- Homem morre após espancamento e perfuração do baço	08/09	Central
100	Grupo discute no Rio se estilo determina a identidade	08/09	Central
101	Uberlândia realiza sua X Parada do Orgulho no dia 25	08/09	Central
102	Governo do Rio realiza Conferência LGBT em Resende	08/09	Central
103	Parada do Rio ganha lançamento com show de Isabella Taviani	08/09	Pride
104	Katy Perry encomenda jogação pós-show no Brasil	08/09	Celebridades
105	Festival Mixbrasil de Cinema aterrissa no Pantanal no	08/09	Cultura GLS
106	Bruna Surfistinha diz que planeja se tornar lésbica	08/09	Cio
107	Sex party realiza edição inspirada no esporte neste sábado em SP	08/09	Lifestyle
108	Especialista em direito homoafetivo, Maria Berenice Dias concorre ao prêmio de mulher do ano	08/09	Pride
109	Edição de aniversário da Junior já chegou ...s bancas e está imperdível com Erasmo Viana na capa	09/09	Junior
110	Cheio de testosterona, seriado Spartacus ganha nova temporada	09/09	Cultura GLS
111	Filho de Bolsonaro, vereador carioca ataca benefícios para gays	09/09	Pride
112	Cabo Frio recebe no sábado Conferência Regional LGBT	09/09	Central
113	Kit anti-homofobia do MEC será exibido em São Paulo	09/09	Central
114	Cidade de Campinas realiza sua V Conferência LGBT	09/09	Central
115	Farol Madalena comemora 14 anos com festa e o Mix te leva na faixa	09/09	Cio
116	Sucesso de crítica, seriado americano vai incluir casal gay em nova temporada	09/09	Cultura GLS
117	Barbie Girl ganha interpretação fofa e bem gay de soldados norte-americanos. Vem ver	09/09	Cultura GLS
118	Parada Gay lota centro de Salvador	12/09	Pride
119	Travesti Valéria de Zorra Total chega aos palcos de São Paulo	12/09	Cultura GLS
120	Ouvidoria da Câmara dos Deputados diz que Bolsonaro é o campeão de queixas	12/09	Pride
121	Isabella Taviani abre programação da Parada carioca	12/09	Central
122	Grupo gay vai receber indenização do Rodeio das Gordas	12/09	Central
123	Prefeitura paulistana vai lançar programa por mais testes de HIV	12/09	Central
124	Campinas lança pacote de políticas públicas pró-gays	12/09	Central
125	Inscrições abertas para seminário de transexualidade em SP	12/09	Central

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa

(continuação)

Id.	Unidades de Análise	Data	Seção
126	CBN MixBrasil desta semana	12/09	Rádio
127	Vereadores mineiros propõem lei anti-homofobia para BH	12/09	Pride
128	Campanha quer transexual na propaganda da Dove	12/09	Pride
129	Drama bolachudo entra está em cartaz em quatro capitais brasileiras	12/09	Cio
130	CineclubeLGBT do Rio rola na sexta com Crazy em cartaz	12/09	Cultura GLS
131	Moda Vanusa pega e Cyndi Lauper erra a letra do hino norte-americano	12/09	Celebridades
132	Anne Hathaway fala sobre irmão homossexual e reconhece que já namorou gays	12/09	Celebridades
133	Cantor jamaicano lança primeiro álbum de reggae no mundo com mensagens pró-gays	13/09	Cultura GLS
134	Série Macho Man volta à Globo e vai mostrar divórcio gay	13/09	Cultura GLS
135	Campanha vai usar Twitter para dar visibilidade a LGBT	13/09	Central
136	Vereador flagrado com travesti menor de idade é absolvido	13/09	Central
137	Rio de Janeiro realiza II Conferência Estadual LGBT	13/09	Central
138	Parada Gay da Sérvia pode sofrer novos ataques extremistas	13/09	Central
139	Senador de Porto Rico posta fotos sem roupa em aplicativo de pegação gay	13/09	Pride
140	Lei que prevê pena de morte para gays na Uganda voltará a ser discutida	13/09	Pride
141	Padres brasileiros lançam livro para combater a homofobia	13/09	Lifestyle
142	Padre deputado de São Paulo é fotografado com filmes pornôis gays durante assalto	13/09	Pride
143	Prefeitura do Rio espalha cartazes pela cidade para comemorar os 15 anos da lei anti-discriminação	13/09	Pride
144	Última semana do espetáculo Garotos da Noite. Mix te leva na faixa!	13/09	Cultura GLS
145	Parada Gay de Recife rola neste domingo e aquece setor hoteleiro	14/09	Lifestyle
146	Bairro do centro paulistano que é destino gay desde a década de 30, Largo do Arouche ensaia revitalização com mudança de entidades públicas e privadas	14/09	Junior
147	Livro reúne obras famosas de top fotógrafo gay dos EUA	14/09	Cultura GLS
148	Marcelo Serrado, o Crô de Fina Estampa, comenta o corte em cena de seu personagem com namorado	14/09	Cultura GLS
149	Rapper The Game diz que seu colega 50 Cent é gay	14/09	Celebridades
150	Tumba de cabeleireiros gays é revelada no Egito. Ela tem 4.500 anos	14/09	Lifestyle
151	Programa da Record faz teste de homofobia com casal gay	14/09	Pride
152	Shopping de Recife amanhece pichado com ameaça de morte a gays	14/09	Pride
153	Radialista de Limeira se desculpa por comentários sobre casamento gay polêmicos. Ouça	14/09	Cultura GLS
154	Dizem que Renata Sorrah é lésbica em Fina Estampa e vai namorar a Julia Lemmertz	14/09	Cultura GLS
155	Roberto Carlos defende casamento gay no Programa do Jô	15/09	Cultura GLS
156	Organizadores resolvem cancelar Parada Gay de Rio Preto e alegam demora no repase de verbas	15/09	Pride
157	PA- Militância cobra governo sobre lei anti-homofobia	15/09	Central
158	Cidade do Rio realiza no domingo sua II Conferência LGBT	15/09	Central
159	Itaim Paulista realiza em outubro sua Semana da Diversidade	15/09	Central
160	Novo ministro do Turismo é aliado da causa LGBT	15/09	Pride
161	Mães de LGBT vão protagonizar campanha brasileira contra homofobia	15/09	Pride
162	Bob Yang, Cacá Ribeiro e Facundo Guerra, três pesos pesados da noite paulistana, se unem para abrir o mini clube Yatch em novembro próximo	15/09	Lifestyle
163	Podcast do Mix #25 vem chegando com os assuntos mais quentes da semana e trilha de Peter Rauhofer	16/09	Rádio
164	Fim de semana será animado de norte a sul. Confira	16/09	Lifestyle

Quadro 1 – Unidades de análise, identificadas, por data de publicação, seção do site e posição na capa

(conclusão)			
Id.	Unidades de Análise	Data	Seção
165	Guarulhos terá sua primeira união gay coletiva	16/09	Central
166	Justiça do Tocantins realiza seu primeiro casamento gay	16/09	Central
167	Lembra do caso do pai que teve a orelha decepada O agressor voltou a atacar	16/09	Pride
168	Só para fãs- estreia nesta sexta no Brasil o longa-reality Glee 3D	16/09	Cultura GLS
169	Lorenzo Martone, o ex namorado brasileiro de Marc Jacobs, faz ensaio sexy para revista Dirty. Veja fotos	16/09	Lifestyle
170	Próxima temporada de True Blood terá político evangélico anti-vampiro que será desmascarado pelos jornais- ele é um vampiro enrustido	16/09	Cultura GLS
171	Uma das primeiras cantoras assumidamente das pistas gays, Amannda fala sobre Lorena, Wanessa...	16/09	Cultura GLS
172	Atletas profissionais da Rússia criam associação esportiva gay	16/09	Lifestyle

Foram criados 5 códigos: 1) para verificar a ocorrência de diferentes identidades sexuais e de gênero no conteúdo jornalístico; 2) para ver que palavras são utilizadas para descrever o conjunto das populações, demandas e iniciativas voltadas para pessoas não heterossexuais; 3) referente ao uso da palavra “gay”. Para embasar melhor a discussão sobre este último, também foram criados os códigos 4) para o uso da palavra “lésbica” e variantes; 5) para o uso da palavra “homossexual” e variantes; e 6) para o uso da palavra “heterossexual” e variantes.

As siglas LGBT e GLS abrigam identidades que se diferenciam pelo gênero (masculino e feminino), pela orientação sexual (homossexual, bissexual ou heterossexual) e pela relação com o gênero atribuído ao sexo biológico (cis e transgeneridade²¹). Em vista disso, e principalmente pelo fato de que um indivíduo pode adotar mais de uma dessas identidades simultaneamente, tais identidades não poderiam ser tomadas automaticamente como categorias para a pesquisa. Pretendeu-se, portanto, realizar uma leitura dos dados que permitisse a interseção de diferentes posições de sujeito no que tange a essas dimensões constitutivas da identidade sexual e de gênero. Contudo, a partir da leitura do material realizada previamente ao desenvolvimento dos códigos adotados na análise de conteúdo, constatou-se que o conteúdo jornalístico coletado não trazia representações tão complexas. Dessa forma, estabeleceu-se que o código 1 traria um recorte simples de gênero (masculino, feminino e não especificado) sobre as orientações sexuais incluídas nas siglas (homossexual, bissexual ou heterossexual). Significativamente, como será discutido na análise dos dados, não houve menções à cisgeneridade nas matérias coletadas (nem a quaisquer identidades de

²¹ Denomina-se cisgeneridade o pertencimento ao gênero tido como correspondente ao sexo biológico. No capítulo 2 deste trabalho, são abordadas razões para o desconhecimento deste termo, apontando que a cisgeneridade, por ser vista como a norma, dificilmente será explicitada como tal.

gênero que transcendessem o binarismo masculino/feminino). Portanto, os resultados referentes à identidade de gênero foram organizados em torno das categorias relativas à transgeneridade e à transexualidade (também com um recorte simples de gênero, identificando masculino, feminino e não especificado), além da travestilidade, sobre a qual não foi aplicada nenhuma divisão de gênero (por considerar que esta identidade pressupõe a adoção do gênero feminino, como já mencionado no capítulo 2).

Por considerar que estas categorias não esgotam as possibilidades de identificação, foram previstas também: as ocorrências de menções a envolvimento com pessoas do mesmo sexo sem que houvesse uma identidade correspondente, ou em casos em que tal identidade não fosse mencionada; a presunção de heterossexualidade ou a menção a relacionamentos entre pessoas de sexos diferentes, não caracterizadas explicitamente como heterossexuais; e uma categoria aberta, “outros”, permitindo verificar outras possibilidades de denominação.

No segundo código, aparecem seis categorias: LGBT, GLS, gay, homossexuais, diversidade e outros, mantendo também esse sistema aberto a expressões não previstas inicialmente. Também há a previsão de “outros” resultados para o código 3, que traz os significados tomados pela palavra “gay” no conteúdo jornalístico do portal. Esse terceiro código divide-se em dois usos principais. No primeiro, usa-se “gay” em relação a indivíduos (mais uma vez, efetuando um recorte simples de gênero em masculino, feminino e não especificado), seja fazendo alusão à homossexualidade como identidade ou como sinônimo de “entre pessoas do mesmo sexo”. Ocorrências nessa categoria incluem (mas não se limitam) “gay” como sinônimo de “homem homossexual” ou expressões como “casamento gay”, “beijo gay”, “união civil gay” e mesmo “pessoas gay”. No segundo recorte no interior do código 3, o termo é utilizado como um adjetivo, registrando ocorrências em que a palavra “gay” sirva para designar instituições ligadas ao mercado (tais como em festas, casas, turismo, público) ou o sujeito político do movimento homossexual (como em militantes, parada, orgulho, direitos, causa), e mantendo também a categoria “outros”. Levando em conta que esse uso da palavra “gay” como adjetivo implica uma noção de comunidade ou, ao menos, de coletividade, é de se esperar que o total dos dados encontrados nessa segunda divisão do código 3 sejam bastante semelhantes aos encontrados na categoria “gay” do código 2. Os códigos 4, 5 e 6, criados para permitir uma comparação com os dados levantados no código 3, foram organizados de maneira semelhante, em apenas duas categorias cada (em referência a indivíduos e em referência a instituições, projetos e outros), devido à menor complexidade e presença das categorias identitárias incluídas nesses três últimos códigos.

Como a intenção era analisar a representação das categorias identitárias no discurso

jornalístico do veículo, foram desconsideradas na classificação dos dados as reproduções na íntegra de comunicados, programação de eventos e outros serviços. Considerou-se, na contagem de ocorrências, os nomes das instituições e eventos, pois acredita-se que mesmo através deles (ainda que precariamente) circulam os conceitos correspondentes a cada identidade. A proporção de menções ocorridas nos nomes de iniciativas será discutida oportunamente. O Quadro 2 expõe a forma final dos códigos e categorias adotados para a classificação do material coletado.

Quadro 2 – Códigos e categorias empregados na Análise de Conteúdo

(continua)

Códigos e categorias	Identificador
Código 1: Identidades coletivas	C1
Homossexualidade (sem especificar gênero)	1
Homossexualidade masculina	2
Homossexualidade feminina	3
Bissexualidade (sem especificar gênero)	4
Bissexualidade masculina	5
Bissexualidade feminina	6
Heterossexualidade (sem especificar gênero)	7
Heterossexualidade masculina	8
Heterossexualidade feminina	9
Transexualidade (sem especificar gênero)	10
Transexualidade masculina	11
Transexualidade feminina	12
Transgeneridade (sem especificar gênero)	13
Transgeneridade masculina	14
Transgeneridade feminina	15
Travestilidade	16
Não heterossexual, sem categorias identitárias (sem especificar gênero)	17
Não heterossexual, sem categorias identitárias (referindo-se a homens)	18
Não heterossexual, sem categorias identitárias (referindo-se a mulheres)	19
Heterossexualidade presumida	20
Outras expressões	21
Código 2: expressões para o conjunto das populações não heterossexuais	C2
LGBT	1
GLS	2
Gay	3
Diversidade	4
Homossexualidade	5
Outras expressões	6
Código 3: Significados da palavra “gay” e variantes	C3
Homossexualidade; entre pessoas do mesmo sexo (sem especificar gênero)	1
Homossexualidade; entre dois homens	2
Homossexualidade; entre duas mulheres	3
Como adjetivo: para referir-se ao mercado	4
Como adjetivo: caracterizando sujeito político	5
Como adjetivo: para referir-se a outras instituições e espaços	6

Quadro 2 – Códigos e categorias empregados na Análise de Conteúdo

Códigos e categorias	Identificador
Código 4: Significados da palavra “lésbica” e variantes	C4
Como identidade ou para referir-se a interações entre duas mulheres	1
Como adjetivo (para mercado, sujeito político e outros)	2
Código 5: Significados da palavra “heterossexual” e variantes	C5
HT, entre homem e mulher	1
Como adjetivo (para mercado, sujeito político e outros)	2
Código 6: Significados da palavra “homossexual” e variantes	C6
Identidade, entre pessoas do mesmo sexo	1
Como adjetivo (para mercado, sujeito político e outros)	2

4.4 A análise dos dados

4.4.1 O jornalismo no *MixBrasil*

Antes que se passe à discussão dos dados relativos à presença das identidades coletivas no conteúdo jornalístico do portal, julgamos oportuno apresentar algumas características desse jornalismo e de algumas concepções de sua audiência, e também da sexualidade, que o orientam.

Em primeiro lugar, como indicado previamente na descrição do *Mix Brasil*, é preciso considerar que o jornalismo não é o carro-chefe do *site*. Conforme admitido pelo diretor do veículo, André Fischer, o maior tráfego se dá nas seções de conteúdo erótico. Em entrevista concedida em 2009 à jornalista Flávia Péret (no prelo), Fischer não soube precisar exatamente qual seria a proporção dos usuários acessando as “notícias de militância”, mas supunha que seriam “talvez 5 mil acessos” dos cerca de 900 mil *pageviews* que o portal teria mensalmente. Uma exposição em seminário da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) em 2004 permite explorar melhor a dicotomia entre produção de conteúdo erótico e produção de conteúdo jornalístico:

Um ponto que também precisa ser pensado é qual o tipo de informação, além do nu, que deve ser direcionada ao público gay. No *Mix Brasil*, há uma Central de Notícias que, depois da área erótica, é a mais visitada do site. Nessa Central, divulgamos notícias de interesse dos grupos GLS, notas sobre ativismo e fatos de interesse geral, mas temos enfrentado dificuldades para fazer um trabalho sério nos moldes jornalísticos, com independência na veiculação das matérias. Temos enfrentado problemas, em alguns casos, porque o movimento gay tem uma expectativa de que sejamos apenas divulgadores da causa homossexual sem promover questionamentos a esse respeito (FISCHER, A., 2004, p. 139, grifos nossos).

A palavra “além” na sentença grifada na passagem acima dá a entender que, dentre a gama de informações possíveis de serem “direcionadas ao público gay”, o nu masculino deve ter sua presença garantida nos conteúdos veiculados. Além disso, não fica claro na passagem mencionada, nem na entrevista a Péret, se a Central de Notícias é apenas a seção homônima ou se o jornalista fala sobre os conteúdos jornalísticos de maneira geral. De qualquer forma, fica subentendido que não há um grande investimento na produção de conteúdo de caráter jornalístico.

Das 172 matérias analisadas, 94 são assinadas pelo Chefe de Reportagem do site, Hélio Filho (MIX BRASIL, s.d.)²². Outros dois repórteres do veículo, Felype Falcão e Nicolas Contatto, assinam 31 e 4 textos, respectivamente, e 35 matérias aparecem assinadas por “Redação”. O editor-chefe do portal, Marcelo Cia, e o responsável pelo setor administrativo/financeiro, Bruno Biaseto, assinam dois textos cada, mesmo número de matérias produzidas pela colaboradora Thereza Pires. Há também uma entrevista realizada por Renato José, e um dado curioso emerge ao constatar-se que há uma matéria assinada por Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia, noticiando a realização da Parada Gay de Salvador – organizada pelo mesmo grupo. A falta aparente de conflito entre as “expectativas do movimento” e a “independência jornalística” do Mix se confirma ao se observar que esse texto não foi tratado de forma a adequá-lo aos padrões jornalísticos (por exemplo, são citadas diversas autoridades presentes ao evento, em um tom bastante institucional, sem mencionar quem são essas autoridades ou sua importância), e mais: o último parágrafo da matéria informa que André Fischer estava presente no evento, desfilando no carro oficial da organização da Parada. Face a isso, é curioso pensar a tensão entre o veículo e o “movimento gay”, mais ainda ao considerar que boa parte das notícias da Central – seção que concentra o maior número de matérias analisadas, totalizando 52 – divulga eventos e projetos voltados para as populações LGBT. O formato de texto mais frequente nessa seção é a nota, e uma certa inconsistência na linguagem adotada permite supor que boa parte dos conteúdos publicados ali sejam *releases*. Considerando o fato de tal seção ser tocada quase que exclusivamente por um só jornalista (Hélio Filho, que assina 46 das 52 notícias), podemos relacionar o tamanho reduzido da equipe à dificuldade de realizar um trabalho independente e “sério nos moldes jornalísticos”. Cabe destacar também a frequência de erros de digitação no conteúdo analisado, alguns deles bastante grosseiros, e também de alguns textos mal construídos, que eventualmente levam a uma compreensão equivocada dos acontecimentos narrados.

22 As demais informações acerca da constituição da equipe do *Mix Brasil* também foram retiradas dessa seção.

Como já mencionado, a atuação do *Mix Brasil* se pauta pelo estabelecimento de uma “identidade gay” que gere uma imagem positiva para a homossexualidade, e as temáticas presentes no conteúdo refletem isso. Depois da Central de Notícias, as seções que tiveram o maior número de matérias analisadas foram: Pride (39 matérias), Cultura GLS (35) e Lifestyle (28), apresentando uma proporção relativamente equilibrada de matérias destacadas nos *banners* da página inicial do portal (9, 10 e 11 matérias, respectivamente). As mais politizadas são as que combatem a homofobia – mas destacando mais os perpetradores do preconceito e seus argumentos (dando destaque, por exemplo, a declarações de parlamentares como Jair Bolsonaro²³ e Magno Malta²⁴) do que os casos de discriminação e violência em si. Dessa forma, duas matérias falando sobre *skinheads* (uma sobre pichação ameaçando gays de morte²⁵, a outra comentando sobre uma briga entre os *skinheads*²⁶) ganham destaque na capa e são publicadas em Pride, enquanto notícias de assassinatos e outros casos de discriminação são publicadas, sem destaque, na Central. A ênfase dada ao combate à homofobia faz com que declarações homofóbicas recebam um tratamento mais denso politicamente do que a edição de leis favoráveis aos LGBTs. No total, 45 matérias fizeram menção ao preconceito sofrido por essas populações, valendo-se de palavras como discriminação e homofobia (e derivadas). Não foram computadas ocorrências das palavras “lesbofobia”, “bifobia” ou “transfobia”, neologismos cunhados para visibilizar formas de opressão vivenciadas diferentemente pelas identidades no interior do grupo “LGBT”.

Por fim, constatou-se também um tom divertido, às vezes debochado, na linguagem utilizada nas matérias, especialmente nas que versam sobre cultura e celebridades, demonstrando uma tentativa de estabelecer proximidade com o público. Durante o período de coleta dos dados, ocorria também a edição anual da Pesquisa *Mix Brasil*, utilizada pelo veículo para conhecer melhor sua audiência, e os resultados²⁷ indicam que esta é composta por quase 95% de indivíduos do sexo masculino. No que diz respeito à orientação sexual, menos de 1% se identificam como heterossexuais. A aproximação com o leitor através da linguagem leve e de uma certa cumplicidade ao tratar de homens, por exemplo, remonta aos tempos do jornal *O Snob* e explicita também uma identificação entre emissor e receptor.

23 Bolsonaro fala em kit gay 2 e que vai criar a campanha Faça uma fogueira na sua Escola (unidade de análise 71) ; Ouvidoria da Câmara dos Deputados diz que Bolsonaro é o campeão de queixas (unidade de análise 120).

24 Não há homofobia no Brasil, afirma Magno Malta (unidade de análise 60)

25 Shopping de Recife amanhece pichado com ameaça de morte a gays (unidade de análise 152)

26 Briga de gangues rivais de *skinheads* acaba com um morto no bairro paulistano de Pinheiros (unidade de análise 79)

27 MIX BRASIL. Afinal Quem somos? **Mix Brasil**. São Paulo, 21 set. 2011. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/pride/afinal-quem-somos.html>> Acesso em 23 out. 11.

Nessa proximidade residem também os valores que se supõe serem compartilhados entre jornalistas e público, como por exemplo: a visão da homossexualidade como uma orientação que não pode ser modificada; a valorização dos “assumidos” e seu contraponto, a condenação do “enrustimento” (especialmente no caso de “adversários” do movimento, como os evangélicos). Pressupõe-se que sejam compartilhados, também, significados acerca das categorias relacionadas a sexualidade e gênero, a partir das quais as pessoas se identificam. Uma notícia assinada por Hélio Filho, que comenta um projeto do governo paulista para promover a igualdade nos ambientes de trabalho, expressa essa concepção do público, bem como uma dicotomia *nós/outros* em relação à população heterossexual.

A explanação percorreu pontos básicos e vitais para uma relação humana mais tolerante como definições do que é papel de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. “Não posso afirmar que um hermafrodita é homossexual”, exemplificou Franco. São termos conhecidos e batidos da comunidade LGBT, mas ainda um mistério para muitos dos heterossexuais que ali estavam, interessados em saber como lidar com a diversidade sexual (FILHO, 2011).

Mais ainda, espera-se que o leitor conheça alguns nomes famosos que se identificam a partir delas – e, no caso de algumas celebridades notórias pelo seu envolvimento com pessoas do mesmo sexo, suas identidades são omitidas nas matérias. Dessa forma, devido aos critérios adotados na seleção das matérias, foram excluídas da análise matérias cujos retratados poderiam ser classificados em algumas das identidades coletivas adotadas pelo discurso do movimento LGBT e pelo próprio veículo. A Tabela 1 traz o total das matérias analisadas, informando os números de ocorrências encontradas em cada código.

Tabela 1 – Ocorrências em cada código

Códigos	Número de matérias
Total	172
1. Identidades coletivas	129
2. Expressões para coletividade	112
3. Usos da palavra “gay”	118
4. Usos da palavra “lésbica” (e variantes)	31
5. Usos da palavra “homossexual” (e variantes)	48
6. Usos da palavra “heterossexual” (e variantes)	15

Começamos a análise pelo código 1, Identidades Coletivas, cujos resultados se relacionam mais diretamente com o objetivo geral desta pesquisa. De maneira geral, os homossexuais do gênero masculino respondem pela maior parte das ocorrências computadas

nesta pesquisa. Esses números poderiam ser ainda mais elevados caso não tivessem sido excluídas as matérias em que o deputado Jean Wyllys e o cantor Freddie Mercury não são caracterizados como homossexuais (embora o tenham sido em outras matérias, que entraram na análise), dentre outros casos em que a categoria identitária foi omitida. O direcionamento do portal para homens que se interessam por homens ficaria ainda mais patente nos resultados caso a metodologia adotada, que determinou que estivesse explícita ou uma identidade não heterossexual ou uma menção a relação entre pessoas do mesmo sexo, também não tivesse levado ao descarte algumas matérias cujo mote principal era comentar (e exibir em galerias virtuais do próprio *site*) ensaios fotográficos com modelos homens ou divulgar os ensaios da próxima edição da revista *Junior*. Ainda assim, os dados mostram que no conteúdo jornalístico do site predominam as menções à homossexualidade, em particular a masculina, no que diz respeito à orientação sexual (e que, em consonância com isso, são também mais altas as ocorrências de conteúdos mencionando interações sexuais entre homens sem a adoção de uma identidade correspondente, quando comparadas à mesma categoria relativamente às mulheres). Em relação às identidades de gênero, constatou-se uma maior presença de identidades *trans* partindo de um corpo biologicamente masculino rumo a uma identidade de gênero feminina. Os dados são os que seguem:

Tabela 2 – Identidades sexuais e de gênero mencionadas (por número de ocorrências)

(continua)

Identidades coletivas		Número de matérias	
Orientação sexual e identidade de gênero	Gênero	Total	Desconsiderando nomes
Homossexualidade	Total	100	76
	Não especificado	48	43
	Masculino	57	44
	Feminino	34	19
Bissexualidade	Não especificado (total)	9	2
Transexualidade	Total	19	7
	Não especificado	15	3
	Masculino	1	1
	Feminino	5	5
Transgeneridade	Total	4	4
	Não especificado	3	3
	Masculino	1	1
Travestilidade	Feminino (total)	19	7

Tabela 2 – Identidades sexuais e de gênero mencionadas (por número de ocorrências)

(conclusão)

Identidades coletivas		Número de matérias	
Orientação sexual e identidade de gênero	Gênero	Total	Desconsiderando nomes
Não heterossexual, sem especificar identidade	Total	31	29
	Não especificado	12	12
	Masculino	18	18
	Feminino	8	7
Heterossexualidade	Total	14	12
	Não especificado	10	9
	Masculino	4	4
	Feminino	2	2
Heterossexualidade presumida		8	8
Outras expressões		18	18
Total		129	111

Não foram elaborados recortes de gênero para as duas últimas categorias listadas. Três categorias inicialmente previstas no código não retornaram nenhum resultado e, portanto, não constam da tabela: bissexualidade feminina, bissexualidade masculina e transgeneridade feminina. A primeira coluna de resultados traz o total de matérias que mencionam cada uma das identidades coletivas baseadas no gênero e na sexualidade dos indivíduos. A segunda coluna foi elaborada a partir de um recorte da primeira, desconsiderando matérias em que essas identidades aparecessem unicamente no nome de eventos, projetos ou instituições. Consideramos que mesmo através desses nomes circulam conceitos e significados relacionados a cada uma das categorias identitárias citadas, e por esse motivo são esses totais os que aparecerão na discussão dos resultados ao longo das próximas páginas. Tal recorte foi efetuado, contudo, para que fosse possível diferenciar o uso desses conceitos pelo portal e pelos movimentos sociais, instituições do Estado e outros atores sociais ligados aos direitos da população LGBT. É importante ressaltar que foram excluídas apenas as menções ocorridas nas matérias em que esses nomes fossem os únicos responsáveis pela circulação dos conceitos, mantendo os resultados quando essas expressões aparecessem em outros lugares da matéria, mesmo quando em referência direta ao nome do evento, projeto ou instituição citada.

Dado que a homossexualidade – e os direitos para homossexuais, bem como assuntos culturais considerados de destaque para a “comunidade gay” (expressão que será

problematizada em subseção específica) – acabam tendo mais destaque no site, e devido à maior complexidade dos dados referentes a essa categoria identitária, sua análise será feita de forma mais detalhada posteriormente. Antes, cabe chamar a atenção para o tratamento conferido às outras identidades coletivas preconizadas pelo movimento LGBT, bem como às representações de pessoas heterossexuais, passando posteriormente à discussão dos aspectos referentes à representação de gays, lésbicas e de menções a relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo sem especificar identidade.

4.4.2 *Bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros*

Como fica visível na Tabela 2, os bissexuais, ou mesmo a bissexualidade, praticamente não são representados no conteúdo do site. Das 172 matérias analisadas, 9 traziam a palavra “bissexuais” - sendo que dessas, uma o fazia através de uma declaração de Lady Gaga (em uma notícia²⁸ divulgando os prêmios MTV Awards) em que ela agradecia aos fãs “lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros”, expressão que aparece também no texto de lei citada em outra matéria²⁹, e as demais 7 somente o faziam ao mencionar instituições cujos nomes incluíam as identidades abrigadas sob a sigla LGBT. E mesmo na denominação política do movimento, os bissexuais não têm espaço garantido no conteúdo do site: uma série de conferências regionais realizadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, cujo lema era “*Por um Brasil e um Rio de Janeiro livres da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*”, foi divulgada em seis notícias, sendo que a palavra “bissexuais” foi excluída em quatro delas. Tendo em vista as já citadas observações de Oliveira (2009) e Facchini (2005), que ressaltam que a inclusão dos bissexuais na sigla LGBT foi motivo de conflito e alvo de crítica política, cabe questionar como ficaria a visibilidade de homens e mulheres bissexuais caso tal inclusão não tivesse ocorrido.

Dos indivíduos e personagens citados e ouvidos no conteúdo analisado, nenhum foi caracterizado como bissexual. Laerte Coutinho, por exemplo, é descrito como sendo “transgênero” e “*crossdresser* assumido”, mas a notícia³⁰ divulgando a arte que o cartunista desenvolveu para a Parada de Brasília não menciona o fato de que ele também é assumidamente bissexual. É bastante possível que tal deslize se deva ao fato de que as experimentações de Laerte com sua apresentação e identidade de gênero são recentes e

28 Divas gays dominam o VMA 2011. Gaga foi de homem (unidade de análise 29)

29 Vereadores mineiros propõem lei anti-homofobia para BH (unidade de análise 127)

30 Laerte assina arte da divulgação da Parada de Brasília (unidade de análise 82)

bastante comentadas na imprensa de maneira geral, não a uma tentativa deliberada de apagamento de sua bissexualidade (ou, o que seria ainda mais grave, da bissexualidade como identidade, de maneira geral). Sejam quais forem os motivos, tal exclusão demonstra, no mínimo, falta de envolvimento com a causa política da bissexualidade, por parte do jornalista, e também aponta que há pouco esforço de reportagem na confecção da nota (com pouca ou nenhuma pesquisa para compor o perfil do retratado). Se a bissexualidade não aparece como atributo do indivíduo, tal categoria tampouco é associada ao envolvimento sexual e afetivo com pessoas de ambos os sexos, como será discutido em mais detalhe posteriormente.

A notícia sobre Laerte merece destaque também por ser o único caso mencionando uma pessoa transgênera. Tal dado remonta à colocação de Facchini (2005), que afirma que há uma resistência tanto por parte do movimento LGBT quanto da sociedade de maneira geral em relação à adoção da categoria “transgênero”. Também cabe destacar que, nessa notícia, as categorias “transgênero” e “*crossdresser*” aparecem como sendo quase equivalentes, embora suas definições normativas prevejam posicionamentos diferentes em relação ao gênero. A circulação entre diferentes identidades ao longo da trajetória de Laerte aponta para a instabilidade dessas categorias, e permitiria problematizar de que forma os significados associados a cada uma delas interfere em sua adoção por parte dos indivíduos:

Laerte já foi chamado de *crossdresser*, denominação utilizada para o homem que gosta de, ocasionalmente, usar roupas femininas como fetiche. [...] Só que o cartunista acha que não é *crossdresser* [...] porque não tem mais em seu armário roupas de homem. Nem uma só cueca, nada. “Foi a primeira gaveta que esvaziei”, conta. Por outro lado, as travestis, brinca Laerte, ficariam indignadas se ele dissesse ser uma, por não ter a exuberância que se espera delas. Drag queen ele não é, porque não se veste como mulher para fazer performances. Usa vestidos e saias todo o tempo, para desenhar, pagar contas no banco ou ir até a esquina. Transexual também não, porque não tem interesse em fazer cirurgia de mudança de sexo e nem está insatisfeito com o próprio corpo “biológico”. Bissexual, sim, com certeza. “Nomenclaturas não me interessam. A busca por uma nomenclatura é uma tentativa de enquadramento. Sou uma pessoa transgênera e gosto do termo ‘pós-gênero’”, explica o cartunista (MENEZES, 2011).

Assim como ocorre com a bissexualidade, as identidades *trans* (termo que aparece tanto como uma identidade quanto para designar o conjunto das identidades de gênero desviantes da norma) aparecem principalmente no interior da sigla LGBT. Contudo, aqui há uma representação mais consistente do que a dos bissexuais: são mencionadas pessoas ou personagens que se identificam a partir dessas categorias, e também foram encontrados resultados especificando os gêneros desses indivíduos, ainda que de forma vaga, como na única menção a identidades de gênero não-normativas de pessoas que se identificam com o

masculino, na expressão “os e as transexuais”³¹.

Do total de registros em que ocorre a menção à identidade “travesti”, apenas uma menciona uma travesti real, em uma notícia³² relatando que um vereador havia sido inocentado no processo em que era acusado de exploração sexual. Não é mencionado o nome da travesti, provavelmente por ser menor de idade. Outras duas ocorrências fazem menção a travestis fictícias – a “travesti Valéria”³³, personagem do humorístico da TV Globo *Zorra Total*, e Hedwig³⁴, a “travesti roqueira” protagonista do musical homônimo. Em ambos os casos, há uma fronteira borrada entre a travestilidade e a transexualidade: Valéria, conhecida pelo bordão “ai, como eu tô bandida!”, é referida no texto como sendo “a travesti 'que operou e virou mulher’”; a matéria de Hedwig menciona uma “malsucedida operação de troca de sexo” e o ator que vive a personagem comenta que se esforçou para “incorporar um homem que realmente quer ser mulher”. Frente ao exposto em relação à identidade de Laerte Coutinho, considera-se que tais usos tanto podem indicar uma possibilidade de identificação restrita por fatores externos (e a possibilidade de cirurgia determinando uma circulação através de identidades trans), quanto um uso da palavra “travesti” que contraria a definição normativa do termo.

Merece comentário também uma ocorrência que coloca as travestis como possível objeto de desejo. Já no título, ficam explícitos tanto a possibilidade de envolvimento sexual com uma travesti, quanto uma desvalorização desse envolvimento a partir da menção ao álcool: “Tomando umas quatro eu pego, diz Compadre Washington sobre travestis”. O tom da matéria³⁵ é levemente positivo, como se pode constatar na forma com que a declaração de Compadre (“eu tomando umas quatro se eu não passar a mão (na neca da travesti) eu vou”) aparece na citação indireta feita pelo jornalista: “Compadre Washington revelou que se por acaso tiver bebido um pouco mais fica com travestis sem problemas”. Esse “sem problemas” sugere que a necessidade de álcool não foi vista como um sinal de que o envolvimento com travestis é uma prática a que o cantor não se dedicaria se estivesse sóbrio, tampouco como se apontasse para um envolvimento condicional em que os atos não deveriam afrontar a construção de uma masculinidade hegemônica avessa ao contato com outro marcador de masculinidade biológica, “a neca” (pênis) da travesti. A “positividade” do discurso jornalístico do portal foge às discussões mais políticas e prefere elogiar pequenos avanços em relação à assimilação das sexualidades divergentes da norma no âmbito da cultura.

31 Rio Grande do Norte passa a aceitar nome social de transexuais (unidade de análise 7)

32 Vereador flagrado com travesti menor de idade é absolvido (unidade de análise 136)

33 Travesti Valéria de Zorra Total chega aos palcos de São Paulo (unidade de análise 119)

34 Estrelado por Pierre Baitelli, ópera rock Hedwig chega a São Paulo (unidade de análise 12)

35 Tomando umas quatro eu pego, diz Compadre Washington sobre travestis (unidade de análise 46)

Três mulheres transexuais são citadas nominalmente no conteúdo do site. Duas delas são ativistas: Maitê Schneider³⁶, ativista curitibana, recebe destaque na capa (na seção de “chamadas centrais”) em notícia que divulga espetáculo teatral dirigido por ela; e Cláudia Wonder³⁷, cujo nome havia sido cotado para designar um centro de memória LGBT que será criado em São Paulo. Uma terceira matéria, a que foi escrita pelo presidente do Grupo Gay da Bahia, comenta que “diversas transexuais” “dançaram para o público” no palco da Parada Gay de Salvador³⁸. Outra matéria fazendo menção à transexualidade feminina diz respeito a uma campanha virtual para que a empresa Dove escolhesse uma transexual como garota-propaganda³⁹. Essa notícia é um dos exemplos de texto mal construído citados na seção sobre o jornalismo do *Mix Brasil*: o texto, mal escrito, não explora os motivos da campanha, pelo contrário – sua redação ruim permite interpretar que a campanha é iniciativa da própria marca, o que mostraria uma maior aceitação da transexualidade, quando na realidade, a iniciativa é de um coletivo militante, justamente reivindicando essa aceitação⁴⁰.

A falta de peso conferido às questões *trans* mais políticas fica evidente quando se considera o caso da nota em que apareceu a expressão supracitada “os e as transexuais”, noticiando a promulgação de lei estadual que permite a adoção do nome social no Rio Grande do Norte. O texto reconhece que essa é uma conquista importante para os e as transexuais potiguaras, mas a notícia, publicada na Central de Notícias, não recebe nenhum destaque na página inicial do portal. Essa decisão editorial chama a atenção especialmente pelo fato de que, na mesma data, uma das chamadas centrais da *homepage* fazia menção ao fato de que o apresentador da TV Record Rodrigo Faro faria uma performance interpretando a cantora Whitney Houston em seu próximo programa⁴¹. Não bastasse a posição na capa, uma foto de Faro ilustrando a matéria e o tom divertido do texto sugerem que a produção deste conteúdo recebeu mais atenção do que a da breve nota em que se divulgava a lei do nome social. Faro é descrito como um heterossexual que gosta de “se montar”⁴², e acreditamos que é louvável valorizar a desvinculação efetuada entre orientação sexual, identidade de gênero e uma performance artística que subverte essa identidade. Ainda assim, o destaque dado à

36 Maitê Schneider estréia como diretora em Curitiba (unidade de análise 27)

37 Bairro do centro paulistano que é destino gay desde a década de 30, Largo do Arouche ensaia revitalização com mudança de entidades públicas e privadas (unidade de análise 146)

38 Parada Gay lota centro de Salvador (unidade de análise 118)

39 Campanha quer transexual na propaganda da Dove (unidade de análise 128)

40 ENSAIO PLURAL. **Campanha na Web coloca transexual entre as finalistas do concurso: Dove “Cara Lavada”**. Disponível em: <<http://ensaioplural.wordpress.com/2011/10/07/transexual-dove/>> Acesso em 24 out. 2011.

41 De peruca e vestido, Rodrigo Faro vira Whitney Houston (unidade de análise 10)

42 Expressão utilizada para referir-se ao ato de usar roupas do gênero oposto ao atribuído a partir do sexo biológico, notadamente para transgressões performáticas do gênero.

performance de Faro, quando comparado ao espaço concedido a uma conquista política para uma das populações que o veículo diz apoiar, permite questionar quais são os valores políticos desse portal, e também o que é considerado um questionamento “significativo” da normatividade sexual.

4.4.3 Dualismo hétero/homo: o lugar da norma

Inicialmente, as representações da heterossexualidade no conteúdo do *Mix Brasil* não estavam previstas nos objetivos desta pesquisa. Ainda assim, a categoria “heterossexualidade” foi incluída no código relativo às identidades sexuais, tanto porque a leitura flutuante (BARDIN, 1977) dos dados evidenciou ocorrências dessa identidade, quanto para permitir comparações com as representações das identidades divergentes da norma.

Constatou-se que a matéria da *performance* de Rodrigo Faro não constituía um caso isolado no retrato de pessoas heterossexuais como aliadas da causa. A adesão de indivíduos heterossexuais, ou presumidamente heterossexuais, à causa LGBT é elogiada no conteúdo jornalístico do veículo. Assim, a advogada Maria Berenice Dias, referência no campo do Direito Homoafetivo brasileiro, é descrita como “uma heterossexual capaz de encampar a luta em defesa de direitos pró-LGBT de maneira até mais ativa do que muitos militantes”⁴³. O novo ministro do Turismo, Gastão Vieira, não é caracterizado como heterossexual mas sua nomeação é comemorada por ser visto como *friendly*, o que pressupõe heterossexualidade⁴⁴. Na mesma linha, um cantor jamaicano que gravou um álbum de *reggae* com mensagens combatendo a homofobia não é identificado como heterossexual, sendo descrito inversamente como não homossexual, através da frase “embora não seja gay, [...]”⁴⁵.

Chama a atenção o fato de que os heterossexuais apareçam, dessa forma, com uma frequência maior do que as aparições de outras identidades que seriam normalmente mais associadas ao perfil do veículo, mas é possível que tal fato se deva a um reconhecimento da atuação desses sujeitos, considerada digna de nota. Nesse sentido, cabe destacar também que diferentemente do ocorrido com as notícias de agressões e discriminação praticadas contra homens gays (ou simplesmente flagrados/repreendidos durante interações afetivo-sexuais com outros homens), todas publicadas sem grande alarde na Central de Notícias, as duas notícias que mencionam agressões a homens héteros confundidos com gays são destacadas como

43 Especialista em direito homoafetivo, Maria Berenice Dias concorre ao prêmio de mulher do ano (unidade de análise 108)

44 Novo ministro do Turismo é aliado da causa LGBT (unidade de análise 160)

45 Cantor jamaicano lança primeiro álbum de reggae no mundo com mensagens pró-gays (unidade de análise 133)

chamadas centrais na *homepage* e publicadas na seção Pride⁴⁶. Provavelmente, os valores-notícia que orientam a ação do portal consideram que essas agressões a heterossexuais constituem acontecimentos inéditos e, portanto, mais merecedores de destaque. Ainda assim, o tratamento dado à violência acaba sendo desproporcional: na Central de Notícias, uma notícia⁴⁷ informa em cerca de 700 caracteres que um homossexual foi espancado por cinco homens e morreu ao sofrer um rompimento do baço após ser empalado com uma vassoura; em outra ocasião, uma notícia com mais do que o dobro do tamanho da citada anteriormente informa que o principal acusado de ter cortado a orelha de um homem confundido com homossexual por abraçar o filho publicamente foi preso por agredir um policial que tentava prendê-lo por posse de drogas⁴⁸. Enquanto o primeiro fato não recebeu destaque nenhum, apesar de ter resultado em uma morte bastante cruel, a segunda notícia recebe destaque na capa sob a cartola “Selvageria”, e a chamada apela dizendo que “o agressor voltou a atacar”.

Vale mencionar que boa parte das menções à heterossexualidade se dá no contexto do veto do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a um projeto de lei que visava instituir o Dia do Orgulho Heterossexual no calendário oficial da cidade, gerando uma série de quatro matérias. Outras ocorrências aparecem na fala de personalidades públicas (parlamentares e comunicadores) cujos discursos contrários à aceitação das identidades e práticas não normativas são divulgadas no *site*, na estratégia de contra-argumentação já mencionada como característica do veículo. É em um caso assim que aparece a única ocorrência computada de “heteronormatividade”⁴⁹, que aparece na fala do deputado federal Jair Bolsonaro como uma característica desejável da sociedade que estaria sob ataque. Curiosamente, também é na fala de um parlamentar conservador – o vereador e filho do deputado Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro – a única menção feita a “ativos” e “passivos” no conteúdo jornalístico veiculado ao longo do período de coleta.

A perspectiva de Butler (1999; BUTLER apud LOURO, 2004), citada anteriormente, permite compreender que determinadas subversões demarcam o lugar da norma. Algumas menções à heterossexualidade ocorrem em matérias noticiando uniões entre pessoas do mesmo sexo ou a demanda por elas, visando alçar a homossexualidade à mesma condição de “normalidade” concedida aos casais de pessoas de sexos diferentes. Algo semelhante ocorre quando se diz, como na divulgação da peça *O Melhor do Homem*, que o amor entre dois

46 Héteros são agredidos por bando homofóbico na Paulista (unidade de análise 22) ; Lembra do caso do pai que teve a orelha decepada O agressor voltou a atacar (unidade de análise 167)

47 MA- Homem morre após espancamento e perfuração do baço (unidade de análise 99)

48 Lembra do caso do pai que teve a orelha decepada O agressor voltou a atacar (unidade de análise 167)

49 Bolsonaro fala em kit gay 2 e que vai criar a campanha Faça uma fogueira na sua Escola (unidade de análise 71)

homens é “um amor como qualquer outro”⁵⁰. Como coloca Weeks (1999), a norma não precisa ser nomeada para ser percebida como tal. Nesse sentido, cabe destacar também os momentos em que a heterossexualidade de indivíduos citados não é explicitada, mas em que fica subentendido que a atração entre pessoas de sexos diferentes é um dado quase óbvio. Isso pode ser verificado em dois exemplos relacionando cantores pop e suas fãs do gênero feminino: em uma, diz-se que a publicação de uma nota falsa no *site* da revista *Capricho*, noticiando que o cantor Justin Bieber teria se assumido homossexual, provocou “pânico entre as adolescentes mais apaixonadas”⁵¹; outro exemplo é o da resenha de show de Ricky Martin⁵² em que se diz que “as mulheres ensandecidas gritavam, numa prova de que um galã pode sair do armário e continuar sendo sonho de consumo”. Casos como esse aparecem na Tabela 2 sob a categoria “heterossexualidade presumida”.

De maneira semelhante, existem matérias que se referem a casais de pessoas do mesmo sexo cujas identidades não são mencionadas, talvez porque esse dado seja considerado óbvio. Algo parecido ocorre nos casos em que apenas um dos integrantes do casal é identificado como homossexual, como se isso bastasse para identificar o outro também. Considerando-se que a repetição da norma a dissimula (BUTLER, 1999) e que assim normas reconhecidas não precisam ser identificadas como tal (WEEKS, 1999) o fato de nenhuma identidade ser mencionada, nesses casos, indica que a homossexualidade é vista praticamente como a única possibilidade de identificação, operando uma espécie de “presunção de homossexualidade”. Essa hipótese ganha força quando se leva em conta que nenhum indivíduo ou personagem citado no conteúdo analisado foi descrito como bissexual, prevalecendo a atribuição de identidade gay ou lésbica mesmo para indivíduos e personagens que também se envolvem com pessoas de ambos os sexos, de onde se conclui que a representação de identidades no *Mix Brasil* segue (e reforça) o dualismo hetero/homo.

Contudo, essa categoria “não heterossexual” sem identidade demarcada, inclui também personagens de ficção e casos em que a não identificação pode se dever a outros motivos. Em alguns casos, a história a ser narrada é justamente o estabelecimento de um envolvimento sexual e/ou afetivo com uma pessoa do mesmo sexo. Assim, a adoção (ou não) de uma categoria identitária depende e faz parte da narrativa, de forma que se compreende que não sejam mencionadas identidades para esses personagens. Em outros, a lógica que opera pode ou ser a mesma descrita acima ou que o jornalista presume que os leitores

50 Presidiários se lançam em jogos de amor em peça em Salvador (unidade de análise 2)

51 Site da revista *Capricho* publica nota falsa afirmando que Justin Bieber assumiu homossexualidade e gera pânico entre fãs (unidade de análise 78)

52 Simpático e gostoso, Ricky Martin simula orgia e comemora saída do armário durante show em São Paulo (unidade de análise 1)

conheçam o personagem, dispensando apresentação.

4.4.4 Gênero, homossexualidade e outras interações entre pessoas do mesmo sexo

Como ficou claro nos primeiros dados apresentados, as homossexualidades são representadas no conteúdo jornalístico produzido pelo *Mix Brasil* numa frequência mais alta do que a verificada em relação às outras identidades. Essa presença mais visível se dá mais marcadamente em relação aos homossexuais masculinos, mas também são bastante expressivas as menções à homossexualidade sem especificar o gênero dos indivíduos. Como se verá mais detalhadamente na subseção que trata das expressões utilizadas para designar o conjunto das populações não heterossexuais, há uma tendência a nomear de “gays” ou mesmo de “homossexuais” os direitos e demandas políticas dessas populações. Isso não se deve unicamente a uma decisão editorial, de forma que a utilização de tais termos não é exclusividade do discurso dos jornalistas do *Mix Brasil*. Nas falas de entrevistados, e principalmente nos discursos de parlamentares conservadores reproduzidos nas notícias do portal, também há uma predominância do termo homossexualidade. Coletou-se um número expressivo de notícias tendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo como tema, o que contribuiu para aumentar as ocorrências tanto da categoria “homossexualidade” quanto de “não heterossexualidade sem identidade especificada”, nos casos em que tal informação não foi fornecida ou em que houve o uso de expressão mais neutra em relação à orientação sexual dos envolvidos (como, por exemplo, “união de pessoas do mesmo sexo”, “entre dois homens” ou “entre duas mulheres”).

O destaque conferido à homossexualidade (bem como aos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, de maneira geral) no jornalismo do *Mix Brasil* se torna ainda mais claro quando se analisam mais especificamente as identidades que são “personificadas” ou “ilustradas” através da menção a indivíduos específicos. A Tabela 3 foi montada a partir da categorização do conjunto total das matérias, mas efetuando um recorte de forma a contrastar esses dados totais com os encontrados em matérias em que as identidades representadas estivessem presentes em narrativas fazendo referência a pessoas que se identificassem a partir dessas categorias (incluindo os casos em que esses indivíduos permaneceram anônimos, por considerar que ainda assim as notícias não estariam se referindo às identidades coletivas de forma abstrata).

Tabela 3 – Identidades sexuais e de gênero (total) em referência a indivíduos ou personagens (por número de ocorrências)

Orientação sexual e identidade de gênero	Gênero	Total
Homossexualidade	Total	31
	Masculino	25
	Feminino	7
Transexualidade	Feminino (total)	4
Transgeneridade	Masculino (total)	1
Travestilidade	Feminino	3
Não heterossexual, sem especificar identidade	Total	13
	Masculino	10
	Feminino	2
Heterossexualidade	Total	4
	Masculino	3
	Feminino	1
Heterossexualidade presumida		4
Outras expressões		11
Total		56

Verifica-se, portanto, que quando se consideram unicamente as identidades cuja representação ocorre através da menção a personagens reais ou fictícios, a predominância das ocorrências na categoria “homossexualidade” se mantém. Mas é interessante notar que o fosso separando o número de ocorrências verificadas para o gênero feminino das do gênero masculino se acentua notavelmente, tanto na categoria “homossexualidade” quanto na que reúne os dados referentes a personagens que experimentam (ou vivem em) relacionamentos com pessoas do mesmo sexo. Retornando aos dados da Tabela 2, nota-se que ao desconsiderar nomes de eventos, projetos e identidades, o número de menções à homossexualidade feminina cai mais do que os à masculina – e isso em números absolutos, sendo que os homens gays têm um total de ocorrências muito maior. Além disso, constatou-se que é bastante frequente a co-ocorrência de homossexualidade masculina e feminina (ou seja, quando circulam os significados referentes à lesbianidade, frequentemente circulam também os referentes à categoria “gay”, mas tal dinâmica não se mantém se forem analisados os totais de matérias

mencionando a homossexualidade masculina, mais numerosas), mesmo em textos que tinham a lesbianidade como assunto principal. O fato de a coleta ter se iniciado no dia 28 de agosto de 2011, às vésperas do Dia da Visibilidade Lésbica, comemorado oficialmente no dia 29 desse mês⁵³, também é um dado a ser considerado na leitura das ocorrências da categoria “homossexualidade feminina” no conteúdo jornalístico do *Mix Brasil*. Nesse período inicial de coleta, ocorrem as representações mais significativas dessa identidade.

Ao mencionar a “homossexualidade feminina”, observa-se também que essa expressão apareceu apenas uma vez em todo o material analisado, em uma entrevista realizada na comemoração do Dia da Visibilidade Lésbica, e que essa é a única ocasião⁵⁴ em que a palavra “homossexualidade” é seguida do gênero a que se refere. Não há menções à “homossexualidade masculina”, como já referido. A homossexualidade dos homens às vezes é denominada simplesmente “homossexualidade”. A palavra “gay” só aparece associada à palavra “homem” uma vez, em notícia sobre um coral exclusivo para homens gays⁵⁵. Como será problematizado na próxima seção deste capítulo, há um uso frequente da palavra “gay” no conteúdo do *site* como sinônimo de “homossexuais” sem especificação de gênero. Dessa forma, nem sempre fica claro se o que está sendo narrado diz respeito aos homossexuais como um todo ou somente aos homens – uma das consequências do uso do “masculino universalizante”, como já referido no capítulo 1, sobre gênero.

Os procedimentos adotados na pesquisa, buscando conferir maior precisão aos dados relativos à ocorrência da identidade homossexual masculina, permitiram distinguir os casos em que as palavras “homossexuais” ou “gays” estavam sendo usadas de maneira mais genérica em relação àqueles em que os mesmos termos se referiam unicamente aos homens. Para tanto, foram consideradas como referentes à “homossexualidade masculina” aquelas ocorrências em que os elementos textuais indicassem que a expressão tratava de homens. Nos casos em que permaneceram dúvidas, recorreu-se a pesquisas em relação aos assuntos das matérias, e quando isso não bastou para resolver satisfatoriamente o impasse, a decisão foi a de registrar o resultado sob a categoria “homossexual, sem gênero especificado”. Admite-se que é possível que isso tenha inflado os resultados referentes à homossexualidade sem gênero especificado. Por isso mesmo, surpreende que ainda assim as ocorrências de homossexualidade masculina tenham sido tão altas.

Do conjunto de matérias analisadas, duas se destacam por manter o masculino – e o

53 Controvérsias no interior do movimento lésbico fazem com que o Dia da Visibilidade Lésbica seja comemorado em duas datas diferentes: 19 e 29 de agosto. Tal fato aparece na unidade de análise nº 24.

54 Escritora fala ao *Mix* sobre importância do Dia da Visibilidade (unidade de análise 18)

55 Coral gay assina contrato milionário e anuncia primeiro disco (unidade de análise 42)

homem – como centro da cultura. Em uma delas, o recorte de gênero não é efetuado especificamente pelo *Mix Brasil*, mas pela Revista Exame, que elaborou uma lista dos “10 homens gays mais poderosos do mundo” assim que Tim Cook assumiu o posto de CEO da Apple⁵⁶. Ainda que tenha sido produzida externamente, essa lista é referendada pelo *Mix Brasil* quando este apenas noticia a existência de tal lista (e lhe confere destaque, ocupando a posição *banner*). Esse recorte de gênero reforça a noção da homossexualidade masculina como relevante enquanto característica da pessoa, mascara a homossexualidade feminina (será que não existem lésbicas bem-sucedidas ou poderosas?) e, de maneira geral, reproduz o reconhecimento maior do sucesso masculino nas corporações. O segundo exemplo aparece em uma entrevista com o DJ Paulo Ciotti, divulgando sua apresentação em um festival⁵⁷. Num dado momento da matéria, o repórter menciona que a DJ Sandra Bull tocara após Ciotti, e complementa com uma pergunta que mantém a mulher no local do *outro*, do *diferente*: “Existe alguma diferença entre um DJ e uma DJ?”. Felizmente, a resposta do DJ não corrobora essa ideia (“Só o sexo. Porque na hora de tocar o que vale é o seu feeling musical”).

A utilização do gênero como categoria analítica permite verificar uma valorização do masculino como sendo superior e desejável. Embora a passagem do masculino para o feminino predomine quando o assunto é transgredir – pela via da identidade ou da performance – as fronteiras do gênero heteronormativo, o masculino se estabelece como padrão quando essas fronteiras estão sendo respeitadas. Isso pode ser verificado através da presença maciça especialmente nas imagens que ilustram as chamadas da *homepage*, mas também em algumas notícias, em fotos de homens *seminus* exibindo um perfil específico de masculinidade, marcada pela posse de corpos musculosos, inequivocamente masculinos. Nota-se esse reforço da masculinidade também, por exemplo, na divulgação do seriado *Spartacus*, descrito como “machudo” e “cheio de testosterona”, e trazendo a reprodução de uma imagem de um soldado sujo e em posição agressiva⁵⁸. Em sentido inverso, verifica-se a desvalorização dos homens efeminados em uma notícia relatando que Crô, personagem gay da novela *Fina Estampa* (TV Globo), seria agredido por jogadores de futevôlei que se incomodariam com seu “jeito afrescalhado”⁵⁹. Uma fotolegenda na mesma matéria, tentando manter o tom debochado, escorrega no humor questionável: “Chegou a vez de Crô levar umas porradas em Fina Estampa”. Ainda que os trechos citados sejam uma forma de manter a proximidade com o público e de fazer referência a outros personagens gays de novelas

56 Revista elege os 10 gays mais poderosos do mundo dos negócios (unidade de análise 80)

57 Paulo Ciotti revela ao Mix como será sua apresentação na Spirit Evolution (unidade de análise 74)

58 Cheio de testosterona, seriado Spartacus ganha nova temporada (unidade de análise 110)

59 Crô, personagem gay de Fina Estampa, vai apanhar de turma do futvôlei da novela (unidade de análise 73)

recentes que também sofreram violência homofóbica, respectivamente, e que o tom geral seja de piada, essa escrita não deixa de justificar a violência com base em uma apresentação de gênero não normativa.

Ainda no âmbito da linguagem utilizada e sua relação com o gênero, é de se notar que duas matérias definem “lésbica” como “mulher que ama outra mulher”, ao passo que o amor entre dois homens só é mencionado quando se fala em um relacionamento, não como um atributo definidor da identidade desses indivíduos. Nesse sentido, constatamos também que na divulgação de festas voltadas para um gênero específico, aquelas “só para homens” são descritas em termos bastante sexualizados, diferentemente de “festas só para meninas”, o que ocorre já na própria descrição dos públicos desses eventos (homens X meninas). De maneira semelhante, uma crítica ao seriado *True Blood*⁶⁰ menciona que “Sexo gay não rolou nenhum. Teve um bolachismo⁶¹ entre Tara e sua namorada e só”, em uma escrita a partir do ponto de vista masculino: aparece tanto uma valorização do sexo entre homens quanto uma descrição genérica do que ocorre entre mulheres.

A atribuição de categorias identitárias a sujeitos que sequer teriam como conhecê-las aparece em dois casos e aponta para uma estratégia de construção de identidades, apontada no marco teórico deste trabalho, que busca situar em um passado compartilhado os fundamentos da identidade reivindicada. É por esse motivo, julgamos, que uma notícia narrando a descoberta de “uma tumba de cabeleireiros gays”, datada de 4500 anos atrás, havia sido encontrada no Egito⁶². Além de aplicar uma categoria contemporânea a uma situação da antiguidade, incorrendo em a-historicidade, o texto não menciona nenhuma evidência que os pesquisadores possam ter utilizado para afirmar, se é que afirmam, que os tais “dois rapazes mumificados juntos” (outrora tidos por “dois irmãos”, nome que alcunhou a tal tumba) eram de fato “gays”. A notícia foi publicada na seção Lifestyle, ou seja, além de atribuir a identidade “gay” a indivíduos da antiguidade, também relaciona o fato de trabalharem cuidando da aparência do faraó a um *estilo de vida* associado à homossexualidade masculina. Algo semelhante ocorre em um texto, publicado no Dia da Visibilidade Lésbica, que destaca a “participação de Virginia Woolf na comunidade lésbica”. O texto cita o conhecido “romance tumultuado” da escritora inglesa com Vita Sackville-West e caracteriza a Hogarth Press, editora em que Virginia e seu marido, Leonard Woolf, eram sócios, como a “primeira editora GLS da história” e, depois, como a “primeira editora *exclusivamente* GLS” (grifos nossos).

60 Próxima temporada de *True Blood* terá político evangélico anti-vampiro que será desmascarado pelos jornais- ele é um vampiro enrustido (unidade de análise 170)

61 “Bolacha” é um termo utilizado como sinônimo de “lésbica”.

62 Tumba de cabeleireiros gays é revelada no Egito. Ela tem 4.500 anos (unidade de análise 150)

Na tentativa de se voltar para o passado na busca de um ícone a ser reverenciado nas comemorações da visibilidade lésbica, a autora parte de dados reais (Virginia Woolf teve de fato um *affair* com Vita; o grupo de Bloomsbury realmente se caracterizava por abrigar artistas e intelectuais propensos a envolvimento com pessoas de ambos os sexos⁶³) e incorre em a-historicidade ao atribuir uma categoria atual e, frise-se, brasileira, a uma editora britânica do século passado.

Outra visão “essencialista” das identidades sexuais aparece no *Mix Brasil* através da história de Lanna Holder, pastora estadunidense que havia sido considerado “curada” de sua homossexualidade – e trabalhado ativamente para estender essa “cura” a outros evangélicos desejosos por mudar de orientação sexual –, que, ao envolver-se com uma cantora gospel, também supostamente “curada”, recusa o processo de rejeição da homossexualidade. Assim, Holder é caracterizada como “ex-ex-gay” na matéria que conta que sua igreja terá filiais no Brasil⁶⁴. Posteriormente, recebe destaque a entrevista⁶⁵ (concedida para a *Junior* e reproduzida no *Mix Brasil*) em que ela conta sua história e reafirma, repetidamente, que a homossexualidade não é uma maldição, ao contrário, que a teologia inclusiva “considera a homossexualidade uma orientação, algo natural, sem nenhuma condenação de Deus”. O destaque conferido a essa matéria revela um investimento do veículo na disseminação de sentidos que combatam a ideia da homossexualidade como pecado, contribuindo para a construção de uma “imagem positiva”⁶⁶.

Conforme será exposto na seção a seguir, constatou-se no conteúdo jornalístico do *Mix Brasil* uma tendência a utilizar “homossexual” e principalmente “gay” como termos guarda-chuva para “não heterossexual”. Um exemplo disso aparece no slogan da Parada Gay de Salvador, “Ser gay não é estranho, estranho é a homofobia”. Com isso, circulam mais discursos acerca da homossexualidade (em especial a masculina) do que a respeito de outras identidades possíveis, visibilizando-a e tornando mais fácil seu processo de construção de legitimidade. Mesmo ao veicular tais categorias através de discursos conservadores, como, por exemplo, os ataques de parlamentares conservadores aos direitos dos “homossexuais”, a exposição mais frequente da categoria “homossexuais” também deve auxiliar o público a elaborar contra-argumentos para esses ataques.

63 Cf. Curtis (2005), Nicolson (1973).

64 Famosa pastora Lanna Holder, que se assumiu lésbica, diz que sua igreja fará casamento gay e prevê expansão no Brasil (unidade de análise 33)

65 Papo franco com a pastora Lanna Holder, famosa por pregar a conversão de gay, que agora assumiu ser lésbica (unidade de análise 63)

66 Abordagem semelhante ocorre na resenha Padres brasileiros lançam livro para combater a homofobia (unidade de análise 141)

O aspecto político das representações das identidades coletivas toma forma quando consideramos os processos que determinam a transformação dessas identidades coletivas em sujeitos políticos, como aponta Facchini (2005), e que uma influência mútua entre movimento e mercado faz com que a adoção das categorias identitárias pelos atores que constituem o mercado ajuda a legitimar os sujeitos que serão construídos no interior do movimento e reconhecidos em suas demandas por direitos, conforme França (2007). Passemos, portanto, à análise dos últimos códigos aplicados sobre o *corpus*.

4.4.5 Construindo coletividades

Conforme foi discutido no capítulo 2, o processo de construção de identidades coletivas baseadas no gênero e na sexualidade é bastante recente, remontando ao surgimento da dicotomia heterossexualidade/homossexualidade, no século XIX. No caso brasileiro, os sistemas identitários hierárquicos, baseados em papéis de gênero expressos através do par ativo/passivo, foram cedendo espaço lentamente para o estabelecimento de categorias mais igualitárias. Esse processo culmina nas definições atuais, construindo a sigla LGBT como sujeito político do movimento de defesa dos direitos das populações não heterossexuais e, paralelamente, estabelecendo a sigla GLS para designar o mercado que se volta, ao menos inicialmente, para o atendimento das demandas de homossexuais. Dada a importância do grupo *Mix Brasil* na criação e difusão da sigla GLS, e considerando que diferentes formas de designar o conjunto dessas identidades divergentes da norma implicam também diferentes posicionamentos e significados acerca de como essas identidades podem se manifestar, aplicou-se sobre o conjunto das matérias um código que permitisse descobrir quais as expressões mais utilizadas, relacionando-as aos seus contextos de utilização. A Tabela 4 apresenta os resultados encontrados, efetuando também um recorte de forma a distinguir quais ocorrências diziam respeito unicamente às menções efetuadas no interior de nomes de eventos, instituições e projetos. Como diferentes expressões podem aparecer na mesma matéria, a soma das ocorrências encontradas poderá ser diferente do total de matérias listado.

Tabela 4 – Expressões utilizadas para descrever o conjunto das populações não heterossexuais (total, desconsiderando nomes de instituições)

Expressões para coletividade	Totais	Desconsiderando nomes
LGBT	47	36
GLS	3	2
Gay	70	54
Diversidade	31	17
Homossexuais	9	9
Outros	11	8
Total	112	85

Cabe destacar, antes que se passe à discussão dos resultados, o fato de que a noção de “coletividade” empregada aqui foi relativamente ampla, de forma a incluir tanto as expressões listadas como casos em que elas fossem usadas para qualificar outros termos, por exemplo, “Parada da Diversidade”, “movimento gay”, “editora GLS” ou “demandas LGBT”, desde que em referência ao conjunto das identidades e populações não heterossexuais. Essa distinção se fez necessária principalmente devido ao uso das expressões “homossexuais” e “gays” nesse contexto, exigindo atenção na categorização dos dados.

Chama a atenção o número reduzido de ocorrências da sigla “GLS”, que se esperava encontrar com frequência maior nas menções a iniciativas mercadológicas. É bastante surpreendente o fato de que o grupo que criou e disseminou essa definição de comunidade já não a utilize, preferindo empregar o termo “gay” para especificar o mercado, o que será detalhado na discussão dos dados específicos do código referente a essa palavra. Se por um lado os dados coletados apontam para um abandono desse conjunto de categorias por parte do veículo, por outro podemos salientar que a sigla “LGBT”, cunhada em meio a conflitos políticos, teve uma quantidade de menções expressiva e seu uso parece já estar consolidado no conteúdo do veículo, ao menos no que diz respeito às demandas políticas das populações não heterossexuais. Outra expressão usada em contextos mais políticos é “diversidade sexual” ou simplesmente “diversidade”, que aparece principalmente no nome de Paradas do Orgulho, no nome de órgãos do poder público (como a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade – CADS - de São Paulo) e em títulos de eventos.

É interessante notar que a palavra “homossexuais” substitui “LGBT” em algumas notícias, como se seus significados fossem intercambiáveis. Em uma notícia divulgando uma proposta de lei anti-homofobia na cidade de Belo Horizonte⁶⁷, por exemplo, o texto traz

⁶⁷ Vereadores mineiros propõem lei anti-homofobia para BH (unidade de análise 127)

primeiramente a sigla LGBT, no olho da matéria, para depois “abri-la”, como ocorre no projeto de lei, especificando a proibição de discriminar “*gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros*”. No parágrafo seguinte, esse conjunto de identidades é substituído por “homossexuais”, tornando a percepção do projeto de lei um pouco menos inclusiva. Isso ocorre também com expressões que definem as populações não heterossexuais de maneira menos restrita que “LGBT”: em outra matéria, a expressão “homossexuais” aparece em referência à “diversidade sexual”, e ambas cedem espaço para a palavra “gay” no título⁶⁸. Uma igreja caracterizada como “inclusiva” e “a favor da diversidade sexual” no texto de uma notícia transforma-se em “igreja gay” no título⁶⁹.

No código que diz respeito aos usos e significados da palavra “gay”, ocorrências como as citadas acima – em que a palavra é utilizada para se referir a iniciativas mercadológicas, ao movimento social e outros – o termo “gay” é usado como adjetivo. Considerou-se que mercado e movimento constituíam aspectos da “coletividade” descrita na tabela 4. Os “outros” usos de “gay” na função de adjetivo (tais como em “diva gay”, “temática gay” ou “igreja gay”) também foram contabilizados nessa noção de “coletividade”, por implicar uma visão dos “gays” enquanto público. Uma ocorrência desse uso na categoria “outros” fala em um “coral gay”. Considerando que esse “gay” referia-se aos integrantes e não a uma concepção de público, optou-se por contabilizá-la na categoria “adjetivo” no código da palavra “gay”, mas não na categoria “gay” do código referente às concepções de coletividade.

A Tabela 5 traz os totais de ocorrências da palavra “gay” como identidade homossexual, ou referindo-se a interações entre pessoas do mesmo sexo, comparado aos usos da mesma palavra como um adjetivo que indicam, de maneira geral, uma noção de coletividade. Para efeitos de comparação, foram incluídos nessas tabelas dados referentes aos usos das palavras “lésbica”, “heterossexual” e “homossexual”, efetuando o mesmo recorte. Dado que uma mesma matéria pode trazer ocorrências para as duas categorias, a soma destas pode diferir dos dados contidos na coluna “Total”.

68 Juristas e sociedade debatem avanços e segurança para gays (unidade de análise 44)

69 SP- Igreja gay realiza cultos semanais em Guarulhos (unidade de análise 67)

Tabela 5 – Significados das palavras “gay”, “lésbica”, “heterossexual” e “homossexual” (e derivadas)

Palavras	Total	Identidade, pessoas, interações	Adjetivo: mercado, movimento, outros usos
Gay	118	82	71
Lésbica	31	31	5
Heterossexual	15	13	9
Homossexual	48	46	4

Cabe destacar que expressões como “visibilidade lésbica” ou “orgulho gay” foram consideradas como fazendo referência à construção de um sujeito político, não como identidades, uma vez que estavam caracterizando posturas políticas e não indivíduos. Da mesma forma, as notícias referindo-se ao projeto que instituiria o Dia do Orgulho Heterossexual foram contabilizadas também como “adjetivo”, o que explica o número alto de ocorrências nessa categoria. Fica evidenciado que o uso de “gay” como adjetivo é mais frequente do que o verificado em relação às outras palavras que também designam identidades e orientações sexuais. Consideramos que isso se deve a um uso extensivo da palavra “gay”, que estende seus usos de forma a incluir outras identidades e assim passa a denominar a cultura e a comunidade descrita nas matérias.

A Tabela 6 detalha os usos da palavra “gay”, permitindo verificar em que âmbitos ela é mais utilizada.

Tabela 6 – Significados da palavra “gay”

Significado	Número de ocorrências
Homossexualidade; entre pessoas do mesmo sexo (sem especificar gênero)	38
Homossexualidade; entre dois homens	54
Homossexualidade; entre duas mulheres	1
Como adjetivo: para referir-se ao mercado	24
Como adjetivo: caracterizando sujeito político	38
Como adjetivo: para referir-se a outras instituições e espaços	20
Total	118

A aplicação deste código, em particular das categorias que fazem referência à identidade homossexual ou a práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, constituiu um momento particularmente difícil da utilização dos procedimentos da AC. Em alguns casos, como já referido em relação à categoria “homossexual” no código 1 – Identidades Coletivas,

os elementos do texto não foram suficientes para dirimir as dúvidas causadas pela ambiguidade da mensagem. Nesses casos, foi necessário acionar conhecimentos prévios acerca de iniciativas voltadas para pessoas LGBT ou, quando tais conhecimentos não bastassem, empreender pesquisas acerca dos eventos narrados. Um exemplo bastante representativo disso foi a notícia sobre a criação da Articulação Nacional de Jovens Gays, ArtGay Jovem⁷⁰. A única categoria identitária presente no texto é a palavra “gay”, o que nos fez considerar a possibilidade de que se tratasse de fato de uma instituição voltada unicamente para homossexuais masculinos (nos moldes da ABRAGAY, mencionada no capítulo 2), mas a foto que ilustra a notícia mostra o que se acredita ser uma pessoa *trans* identificada com o feminino. Face a essa dúvida, localizou-se uma postagem no blog da instituição esclarecendo que o I Encontro Nacional da ArtGay, quando foi fundada a referida ArtGay Jovem, havia contado com a presença de “115 pessoas, entre Lésbicas, Travestis, Heterossexuais, Bissexuais, representando 70 Ongs de defesa dos gays de todo Brasil”⁷¹. Nesse informativo também aparece um uso da palavra “gay” para se referir a um conjunto de outras identidades divergentes da norma, chegando a propor o termo “pessoa humana gay” como sujeito político. Isso evidencia que tal uso da palavra “gay”, universalizando a categoria empregada para a homossexualidade masculina e estendendo-a para as demais identidades, não é exclusivo do *Mix Brasil*. E ainda que seja interessante a possibilidade de uma categoria relativamente aberta que possa ser utilizada por um número mais amplo de pessoas, como acontece com a palavra inglesa *queer*, o uso de uma expressão que já se refere a outra categoria identitária eventualmente faz com que a mensagem fique ambígua, especialmente se considerarmos que nos casos em que a palavra “gay” é usada para se referir unicamente aos homens, isso dificilmente é explicitado nos textos, o que tem consequências políticas, como não compreender se determinados espaços são voltados unicamente para homens gays ou se simplesmente os privilegiam dentre outros públicos possíveis.

A utilização mais frequente do termo “gay” como sujeito político se dá nas matérias noticiando a realização de Paradas do Orgulho em todo o País, de forma que “Parada Gay” aparece como expressão genérica adotada mesmo quando o evento tem outro nome oficial, como Parada da Diversidade, do Orgulho LGBT ou outros. Em virtude disso, o número de ocorrências da expressão “gay” em contextos políticos cai pela metade, passando para 19, quando são desconsiderados as denominações de eventos. Ao se excluir da contagem os nomes de instituições, cai também o número de ocorrências da palavra “gay” para referir-se à

70 Jovens gays se unem em rede de combate à AIDS e à homofobia (unidade de análise 25)

71 ARTGAY. **I Encontro Nacional da ArtGay eleger novo colegiado nacional**. Disponível em <<http://artgays.blogspot.com/2011/08/i-encontro-nacional-da-artgay.html>> Acesso em 03 nov. 2011.

homossexualidade masculina, de 54 para 42 ocorrências. Ainda em relação ao uso de “gay” em referência a identidades e práticas, cabe notar que estava prevista a possibilidade de ocorrência desse termo em relação a mulheres, haja vista que Facchini (apud SIMÕES & FACCHINI, 2009) registrou tal utilização do termo entre lésbicas de São Paulo. Contudo, a única ocorrência encontrada de “gay” no gênero feminino ocorre em relação à pastora Lanna Holder, definida como “ex-ex-gay” na primeira matéria a relatar sua história no conteúdo estudado do *Mix Brasil*. Um resultado importante a ser ressaltado em relação a esse código é o dado de que das 32 matérias que falam de homossexualidade sem mencionar explicitamente o gênero desses homossexuais, 23 o fazem usando a palavra “gay”, sendo que em 14 destas matérias a palavra é usada também em contextos políticos, denominando grupos/ONGs ou em referência a direitos, demandas ou a opositores do movimento (o senador Magno Malta, por exemplo, aparece como “inimigo dos gays”⁷²). Dado que a principal definição encontrada para a palavra “gay” é aquela significando “homossexual masculino”, considera-se que a escolha por esse termo nos diferentes contextos citados ajuda a invisibilizar outras identidades coletivas. Mais do que isso, defende-se que essa ambiguidade (em relação a questões políticas, mercadológicas ou mesmo simbólicas) mantém o masculino no topo das hierarquias ao estabelecer interdições, nem sempre tornadas explícitas, a outros sujeitos.

Das 43 matérias em que a utilização da palavra “gay” pressupõe a existência de um público consumidor ou frequentador (categorias “mercado” e “outros”), 21 não citam nenhuma identidade específica. Como já adiantado na discussão das ocorrências do termo “GLS”, o mercado costumeiramente designado a partir dessa já restritiva sigla aparece no conteúdo jornalístico do *Mix Brasil* como sendo, também, “gay”. Dessa forma, espaço, eventos e mesmo produtos artísticos são caracterizados a partir de uma concepção de público baseada em um perfil específico de sujeito consumidor, e o adjetivo “gay” passa a definir palavras como “divas”, “festas”, “clubes”, “atrações” e “público”, mas também “cotidiano”, “temática” e até “igreja”. Assim, podemos afirmar que na perspectiva do *Mix Brasil*, não só o mercado, tampouco o movimento, são “gays”, mas também e especialmente a cultura, concebida e disseminada a partir de um ponto de vista masculino. Constata-se, portanto, que no conteúdo jornalístico do *Mix Brasil* há não só uma predominância dos homossexuais masculinos enquanto identidade coletiva retratada, mas também uma tentativa de estender o conceito de “gay” a outros sujeitos e espaços.

72 Não há homofobia no Brasil, afirma Magno Malta (unidade de análise 60)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu a partir de uma inquietação frente a algumas peculiaridades do veículo estudado. O Mix Brasil, primeira iniciativa online no Brasil para o público GLS, categoria mercadológica cunhada e disseminada pela atuação do grupo mantenedor do site, apresenta conteúdo erótico voltado especificamente para homens interessados por outros homens, mas também oferece uma seção lésbica. Mais que isso, a atuação do portal se pauta – ou sustenta se pautar – por valores como o estabelecimento de uma identidade positiva para a homossexualidade e o apoio à comunidade LGBT, incorporando ao seu discurso categorias oriundas do movimento social que combate a discriminação às identidades e sexualidades divergentes da normatividade heterossexual. Há uma aparente inconsistência entre as características dos conteúdos ofertados com mais frequência pelo veículo (voltados para os homossexuais masculinos), a existência de uma seção específica e aparentemente minoritária em seu interior (a seção *Cio*, voltada para mulheres homossexuais) e a proposta de atuação política que incluiria também outras identidades sexuais e de gênero (bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Objetivou-se, portanto, verificar como essas identidades seriam representadas no conteúdo jornalístico do jornal, investigando a possibilidade da existência de hierarquias entre essas identidades, tanto a partir da frequência de aparição destas no material analisado, quanto por uma discussão qualitativa dessas aparições. Para isso, adotou-se a Análise de Conteúdo, visto que esse método possibilita trabalhar com um grande conjunto de dados, reduzindo sua complexidade e gerando informações a partir de índices presentes nas mensagens. Além disso, procedeu-se à construção de um marco teórico que levou em conta os processos políticos que marcam o estabelecimento das categorias identitárias adotadas pelo portal, bem como forneceu pistas para o estabelecimento de possíveis hierarquias.

A conceituação de gênero como categoria analítica foi o primeiro passo dado nesse sentido, e esse viés orientou todas as discussões ao longo da pesquisa. Considerando-se que há, como no dizer de Louro (2004a), uma expectativa de continuidade entre sexo biológico, gênero e sexualidade, buscou-se estabelecer uma distinção entre esses três elementos em que se baseiam as identidades sexuais e de gênero e explicitar o seu caráter cultural e histórico. Assim, a perspectiva adotada distancia-se do que se convencionou chamar de “determinismo biológico” – concepção que sustenta existirem diferenças inatas entre homens e mulheres, ditadas por suas particularidades anatômicas. Adotou-se a perspectiva construcionista, que defende que os valores associados ao masculino e ao feminino são cultural e historicamente

determinados, próprios da sociedade e do momento em que circulam. Assim, estabeleceu-se uma distinção entre sexo e gênero que vai além de colocar o primeiro no âmbito da biologia e o segundo, no da cultura. A bibliografia consultada permite afirmar que mesmo a descrição das diferenças físicas entre homens e mulheres é pautada por um discurso de gênero, que coloca os valores masculinos, associados ao homem, como parâmetro, estabelecendo discursivamente as diferenças associadas ao feminino e à mulher, e permitindo o uso dessas diferenças para justificar desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. A própria definição do que constitui “masculino” e “feminino” parte de discursos produzidos em instâncias consideradas legítimas, historicamente ocupadas por homens, e às quais o acesso por parte das mulheres foi negado por muito tempo. Dessa forma, há uma hierarquia de valores em que “masculino” e “feminino” são definidos comparativamente, como opostos, de forma que os valores associados ao masculino são os de maior prestígio e associados ao exercício do poder. Os valores associados ao feminino, por sua vez, vinculam-se ao âmbito “doméstico”, em oposição ao “público” (OKIN, 2008), sendo considerados menos adequados para o ingresso e para o exercício das funções próprias da esfera pública. Como observa Scott (1995), cujas definições de gênero nortearam este trabalho, esses valores organizam a sociedade, permitindo o uso da associação ao feminino não apenas em relação às mulheres, mas também para inferiorizar oponentes e assim mantê-los afastados do poder. O policiamento sobre o masculino, aliado à expectativa de continuidade entre sexo, gênero e sexualidade, é vinculado à ideia de que o comportamento homossexual macularia a masculinidade, fazendo com que a homossexualidade masculina tenha recebido maior atenção da ciência. No que diz respeito ao discurso científico, aliás, o acesso privilegiado dos homens às instituições produtoras de conhecimento fez com que o homem e o masculino se tornassem o centro da cultura, como comprova o próprio uso da linguagem (a palavra homem para designar humanidade, por exemplo), o que contribuiu para invisibilizar as mulheres, sua história e suas experiências (LOURO, 1997).

Na perspectiva teórica adotada, a construção de identidades também aparece marcada por distinções, comparações e hierarquias determinadas social e historicamente. A partir de autores como Louro (1997), Hall (2005; 2008), Silva (2008) e Woodward (2008), considerou-se que as identidades contemporâneas não são unas, e que os indivíduos adotam diferentes posições de sujeito que se interseccionam e mesmo se contradizem. Mais que isso, elas não são fixas ou estáveis, mas construídas discursivamente em processos que diferenciam a identidade de determinado grupo em relação aos demais. Como sustenta Silva (2008), esses processos também se dão a partir de posições de poder – de forma que os grupos definidos a

partir dessas posições são associados à *identidade*, situando os demais como *diferentes*. Assim, a identidade é definida não apenas pelo que se considera que ela *é*, mas também pelo que ela *não é*, de maneira que se pressupõe um exterior constitutivo a partir da comparação entre *nós* e os *outros*. Tais definições ensejam um uso político dessas categorias, à medida que estas permitem que um grupo de indivíduos, identificados a partir de características comuns, possam se organizar e lutar pelas demandas que compartilham. Nesse processo, há uma tentativa de conferir estabilidade às categorias identitárias de forma a legitimá-las, levando ao que se denomina *essencialismo*: a defesa de que há uma *essência* definidora da identidade, situada seja no domínio da biologia, seja através de um componente histórico que justifique a construção e conseqüente adoção de determinada categoria identitária por parte dos indivíduos. As identidades sexuais e de gênero, como a revisão bibliográfica efetuada permitiu concluir, também são construídas a partir de processos desse tipo.

Ainda que interações sexuais entre pessoas de mesmo sexo sejam documentadas já na Antiguidade, a definição da “homossexualidade” como categoria identitária, bem como de seu oposto correspondente, a “heterossexualidade”, é bastante recente, remontando à segunda metade do século XIX. Ainda que essas categorias tenham surgido num contexto de luta política e visando a um reconhecimento de ambas como sendo igualmente válidas, sua adoção pelo discurso médico da época – que conquistava, no Ocidente, legitimidade para explicar os comportamentos humanos – fez com que houvesse, inicialmente, uma patologização dos comportamentos homossexuais. Nesse momento histórico, com a legitimação do discurso médico frente ao religioso, ocorre uma mudança na forma com que são encaradas as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo: anteriormente classificadas como *sodomia*, uma possibilidade inerente ao comportamento pecador humano, tais práticas passam a ser vistas como específicas de um “tipo” de pessoa, o homossexual. Há, assim, uma passagem do comportamento para a identidade.

Como já mencionado, a preocupação em policiar a masculinidade socialmente aceita levou a um maior investimento na tipificação, tanto médica como legal, da homossexualidade masculina, o que implicou um maior reconhecimento dessa categoria enquanto identidade, especialmente quando comparada à homossexualidade feminina. Contribuiu para isso o fato de que os discursos médicos da época também passavam a descrever as mulheres como sendo menos sexuais do que os homens (GRONEMAN, 2001). Ademais, a menor autonomia das mulheres na ocupação de espaços públicos permite compreender que uma cultura homossexual masculina tenha se estabelecido primeiramente (ao menos no Brasil, que foi o foco desta pesquisa), enquanto as mulheres que se relacionavam sexual e afetivamente com

outras mulheres não tinham espaços próprios para convivência e articulação política. Bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, como apontam Facchini (2005), Simões e Facchini (2009) e Oliveira (2009), apresentam uma convivência conflituosa com os homossexuais no interior do movimento denominado LGBT, marcada por disputas de espaço político e mesmo de acusações de falta de legitimidade enquanto categorias identitárias. Considerando a perspectiva de Silva (2008) e Louro (2004), tais categorias podem representar um *exterior constitutivo* da homossexualidade, marcadas como desvio e negadas no processo que visa alçar a homossexualidade ao status almejado, o de ser uma manifestação de desejo tão legítima quanto a heterossexualidade.

A atuação do jornalismo nesse contexto se mostra relevante ao considerarmos o conceito de *representação*, conforme proposto por Hall (1997). O autor argumenta que os conceitos veiculados através da linguagem são compreendidos através dos significados associados a eles. Como exposto, as categorias identitárias prestam-se a propósitos políticos à medida que indivíduos passam a identificar-se a partir delas. Contudo, tal processo só é possível se os conceitos e significados relativos a essas categorias forem de conhecimento desses indivíduos. Dado o caráter de verdade geralmente atribuído ao discurso jornalístico, a atuação dos mídia noticiosos seria de fundamental importância tanto para a disseminação das categorias diversas a partir das quais os indivíduos poderiam se identificar, filiando-se também a uma causa política, quanto para as demandas dos grupos e comunidades a que essas identidades dizem respeito.

O jornalismo confere relevância pública aos acontecimentos (ALSINA, 2009). Mais que isso, a teoria do agendamento sustenta que as notícias pautam a agenda pública ao conferir destaque a determinados assuntos (TRAQUINA, 2005; PONTE, 2005). Isso se problematiza ao considerarmos, a partir da teoria construcionista da notícia, que o jornalismo não reflete fielmente a realidade, mas constrói narrativas parciais, produzidas a partir de um determinado ponto de vista, que é condicionado e limitado pela subjetividade dos jornalistas. Interferem, aí, valores relacionados a gênero, conferindo centralidade ao masculino (VEIGA, 2010), bem como o próprio pertencimento identitário desses profissionais e a concepção que estes têm de seu público.

Como o discurso jornalístico se dirige a uma audiência heterogênea, buscando atingir o maior número de pessoas possível, e considerando-se que a narrativa jornalística é condicionada por fatores que simplificam os fatos e acontecimentos, reduzindo o número de vozes e opiniões tidas como legítimas, resulta que o jornalismo reproduz visões correntes no senso comum e reforça hierarquias. No que tange às categorias identitárias, como a revisão

bibliográfica efetuada e a análise do material estudado permitem concluir, esses consensos dizem respeito ao que (e quais) essas identidades são, bem como às hierarquias de valor existentes entre elas. Mais que isso, as conclusões de Tuchmann (apud TRAQUINA, 2005), que indicam que movimentos sociais mais institucionalizados tendem a estabelecer relações de maior proximidade com os jornalistas que os cobrem, levam à constatação de que categorias identitárias que não obtiveram êxito em se constituir como grupos políticos organizados, tais como os bissexuais ou as pessoas transgêneras que se identificam com o masculino, dificilmente pautarão o jornalismo.

Tendo em vista a tensão entre *nós* e *os outros* conforme posto por Van Dijk (apud PONTE, 2005), constatou-se que os veículos de imprensa tradicional conferem um tratamento estereotipador às sexualidades e identidades divergentes da norma, a não ser quando os indivíduos ou comportamentos retratados apresentam alguma forma de correspondência com o padrão heteronormativo (VEIGA, 2009; DARDE, 2008), e que por isso a imprensa segmentada configura espaço relevante para uma representação mais diversificada e democrática das diferentes identidades sexuais e de gênero. A revisão bibliográfica acerca da história da imprensa homossexual brasileira revelou que esta tem suas primeiras manifestações através de iniciativas artesanais ligadas a grupos de homossexuais masculinos, que se reuniam sem grandes pretensões políticas, a partir de meados da década de 1960. Esta imprensa tem seu primeiro expoente com um discurso mais politizado no final da década de 1970, com o jornal *Lampião da Esquina*, produzido em São Paulo e ligado (ainda que não oficialmente) ao primeiro grupo de ação política voltado para a defesa das sexualidades não heterossexuais, o *Somos*, constituído majoritariamente por homens. Após o encerramento das atividades desse periódico, após cerca de três anos de atuação, há um grande hiato na história da imprensa homossexual brasileira, que só vai ser interrompido em meados da década de 1990, com o surgimento de revistas de cunho erótico voltadas para homens *gays*, e também do veículo em análise nesse estudo - o *Mix Brasil*.

Frente ao exposto, o fato de a primeira iniciativa *online* destinada a produzir conteúdos de interesse do “público GLS” no Brasil ter se constituído em um veículo voltado prioritariamente para os homens *gays* parece um dado tão relevante quanto os próprios resultados que indicam uma maior presença de conteúdos voltados para este público no material analisado. A perspectiva teórica adotada permite concluir que há, no interior da população constituída por pessoas que não se identificam com a heterossexualidade, um maior reconhecimento da homossexualidade enquanto identidade legítima. Além disso, a adoção do gênero como viés analítico leva a constatar que a centralidade do masculino (bem

como o policiamento deste, que leva a uma maior visibilidade da homossexualidade nos homens) na sociedade e na cultura permite que os homens *gays* se organizem primeiramente, tanto enquanto atores políticos quanto em iniciativas mercadológicas. Criam-se assim espaços e instituições pautadas por demandas e interesses dos homossexuais masculinos, compreendidos como compartilhados pelas demais identidades sexuais e de gênero divergentes da heterossexualidade. Dessa forma, a concessão de espaço para outras identidades no conteúdo do portal estudado não parece muito diferente da que ocorria em veículos anteriores, como o *Lampião da Esquina*, ou mesmo em revistas contemporâneas ao Mix Brasil, como a *Sui Generis*: veículos feitos por e para homossexuais masculinos mas que, por eventualmente dirigirem suas atenções a outras identidades, são vistos como “falando para todo mundo”.

O criador e diretor do grupo Mix Brasil, André Fischer, encerra sua exposição no já citado seminário da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), realizado em 2004, com um questionamento sobre a atuação de seu veículo e da imprensa homossexual de maneira geral: “devemos refletir sobre que tipo de mídia queremos ter: uma comprometida com os fatos jornalísticos dentro dos padrões tradicionais ou uma mídia voltada para a militância, a serviço de uma causa” (FISCHER, 2004, p. 139). Com os resultados apresentados nesta pesquisa, podemos constatar que ao menos no que diz respeito ao conteúdo jornalístico, o Mix Brasil é de fato bastante tradicional: motivado por grandes audiências, pautado por uma tensão hierarquizante entre *nós* e *os outros* e por uma centralidade do masculino, seu conteúdo reproduz valores oriundos do senso comum e, assim, reforça hierarquias de valor entre os sujeitos retratados.

Cabe dizer que a complexidade do material coletado e analisado poderia ensejar outras leituras e questões. Seria possível discutir, por exemplo, a concepção de “cultura GLS” a partir das temáticas constantes na seção homônima do *site*; analisar as visões da sexualidade que emergem do conteúdo jornalístico, em especial quando as categorias identitárias são descritas em termos que fogem às definições normativas de seus conceitos; problematizar as interseções de gênero e sexualidade com classe e raça/etnia e as expressões e apresentações de gênero constantes nos textos e imagens veiculados no portal. A pesquisa evidenciou uma lacuna na produção científica em relação às mídias noticiosas *online* segmentadas de acordo com as identidades sexuais e de gênero divergentes da heterossexualidade, bem como um desconhecimento acerca de veículos que se dirijam a outras identidades que não a homossexual masculina. Esperando que o presente trabalho possa contribuir para a área, considera-se que estas lacunas possam servir de ponto de partida para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARTGAY. **I Encontro Nacional da ArtGay elege novo colegiado nacional**. Disponível em <<http://artgays.blogspot.com/2011/08/i-encontro-nacional-da-artgay.html>> Acesso em 03 nov. 2011.

ATHOSGLS. Lésbicas terão revista exclusiva. **AthosGLS**. 09 mai. 2005. Disponível em <http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=15801> Acesso em 12 mai. 2011.

AZEVEDO, Flávia Amaral de Oliveira . **Uma leitura queer da revista Junior**. 2010. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos , São Carlos, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARFORD, Vanessa. Iran's 'diagnosed transsexuals'. **BBC News**, Westminster, Londres, 25 fev. 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7259057.stm>> Acesso em 27 abr. 2011.

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-217.

BENETTI, Marcia. Análise de Conteúdo em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Revista Labrys - estudos feministas**. Número 4, agosto /dezembro 2003 [online]. Disponível em <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>> Acesso em 25 abr. 2011.

BISEXUALITY. In: HOGAN, Steve; HUDSON, Lee. **Completely queer: the Gay and Lesbian encyclopedia**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1998. p. 88.

BONADIO, Luciana. Transexual fará 1ª cirurgia de retirada de órgãos femininos pelo SUS em SP. **G1 SP**, São Paulo, 26 mar. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/transexual-fara-1-cirurgia-de-retirada-de-orgaos-femininos-pelo-sus-em-sp.html>> Acesso em 13 abr. 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Antonio Fernando Barros de. Pode chamar de G: notas sobre um projeto

editorial. **Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação [online]. Ano 4, n.1, 2010. Disponível em <http://www.usp.br/anagrama/Carvalho_GMagazine.pdf> Acesso em 27 ago. 2010.

CIA, Marcelo. Sobre a nova Revista H. **Mix Brasil**, São Paulo, 28 out. 2011. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/blogs/cia/2011/10/28/sobre-a-nova-revista-h.html>> Acesso em 08/11/11.

CIXOUS, Hélène. Sorties. In: MARKS, Elaine; COUTIVRON, Isabelle de (orgs.). **New French feminisms: an anthology**. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1980. p. 90-98.

COLETTTO, Luiz Henrique; AMARAL, Marcia Franz. O discurso presente na revista DOM: pluralidade de uma imprensa segmentada no público gay?. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba, PR. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2150-1.pdf>> Acesso em 12 ago. 2010.

CURTIS, Vanessa. **As mulheres de Virginia Woolf**. São Paulo: A Girafa, 2005.

DARDE, Vicente William da Silva . A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira . **Em Questão**, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 223-234, jul./dez. 2008.

DYKERAMA. Entre Ellas: Lésbicas ganham revista. Saiba mais! **Dykerama**, São Paulo, 02 abr. 2008. Disponível em <<http://dykerama.uol.com.br/src/?mI=1&cID=54&iID=709>> Acesso em 12 mai. 2011.

ESHAGHIAN, Tanaz; JORG, Christoph. **Be Like Others** (Transsexuals in Iran). [Documentário] Produção de Christoph Jorg, direção de Tanaz Eshaghian. 74 min, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. São Paulo: Garamond, 2005.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural**: construção da identidade gaúcha em Zero Hora. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

FILHO, Hélio. Governo paulista ensina grandes empresas sobre cotidiano gay. **Mix Brasil**, São Paulo, 06 set. 2011. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/lifestyle/negocios/governo-paulista-ensina-grandes-empresas-sobre-cotidiano-gay.html>> Acesso em 06 set. 2011.

FISCHER, André. A influência da mídia na formação da identidade homossexual brasileira . In: RIOS, Luís Felipe; ALMEIDA, Vagner de; PARKER, Richard (Orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 138-139.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, vol.9, n.2, p.586-599, 2001.

_____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jul. 2002.

_____. A mídia como espaço formador do sujeito adolescente. In: KESSLER, Carlos Henrique; KREISNER, Bianca Guaranha; FRÖLICH, Cláudia Bechara (orgs.). **Tramas da clínica psicanalítica em debate**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 139-162

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007 .

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: EDUNESP, 1993.

GRONEMAN, Carol. **Ninfomania**: história. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation**: Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 10a. ed.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn . **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 103-133.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAW. In: HOGAN, Steve; HUDSON, Lee. **Completely queer**: the Gay and Lesbian encyclopedia. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1998. p. 347.

LESBIAN SEX WARS. In: HOGAN, Steve; HUDSON, Lee. **Completely queer**: the Gay and Lesbian encyclopedia. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1998. p. 503.

LIMA, Marcus Assis. **De alternativa a grande mídia**: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In: V Congresso Nacional de História da Mídia –São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0209-1.pdf>> Acesso em 10 ago. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003. 6a. ed.

_____. Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidade. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard Guy (orgs.). **Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids**. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ e ABIA, 2004a. p. 203-212.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

MATTOS, Sônia Missagia. Gênero, uma possibilidade de interpretação . **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, V. 10, N. 12/13, N. Especial, p. 81-113, Jan./Dez./2003 .

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** [online] Conferência feita nos cursos da Arrábida – Universidade de Verão, set. 1997. Disponível em <www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em 04 mai. 2011.

MENEZES, Cynara. A era do pós-gênero. **Carta Capital**. São Paulo, 21 set. 2011. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/blog/sociedade/a-era-do-pos-genero-2/>> Acesso em 07/11/11.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. 1997. 366 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu** [online]. 2003, n.21, p. 13-38, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a03.pdf>> Acesso em 24 ago. 2010.

MIX BRASIL. Afinal Quem somos? **Mix Brasil**, São Paulo, 21 set. 2011. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/pride/afinal-quem-somos.html>> Acesso em 23 out. 11.

_____. **Quem somos**. São Paulo, s.d. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/institucional/quem-somos>> Acesso em 01 nov. 2011.

MIXBRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=MixBrasil&oldid=27317300>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

MODESTO, Edith. **Vidas em arco-íris: depoimentos sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2006 .

MONTEIRO, Marko. **O homoerotismo nas revistas *Sui Generis* e *Homens***. Trabalho apresentado no evento Literatura e Homoerotismo: II Encontro de Pesquisadores Universitários. Uma agenda para os estudos gays e lésbicos no Brasil. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 24-26 de Maio de 2000. Disponível em <<http://www.artnet.com.br/~marko/ohomoero.htm>> Acesso em 08 mai. 2011.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2000, ol.8 (2).

NICOLSON, Nigel. **Retrato de um Casamento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

OKIN, Susan Moller. “Gênero, o público e o privado.” **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16 n.2, p.305-332, 2008.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Fronteiras invisíveis: gênero, questões identitárias e relações entre o movimento homossexual e Estado no Brasil. **Bagoas**. Natal, N°04, p.159-170, 2009.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade . In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**: da militância ao consumo. São Paulo: Publifolha, no prelo.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

ROCHA, Anabela. To the 80's and back: Que visibilidade lésbica afinal? . **LES Online** [online], América do Norte, 2010, v., n.1. p. 25-32. Disponível em <<http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=view&path%5B%5D=24&path%5B%5D=25>> Acesso em 13 mai. 2010.

RODRIGUES, José Luís Pinto. **Impressões de identidade**: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007. 230 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 101-125, jun. 2002.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carole (org.). **Pleasure and Danger**: Exploring Female Sexuality. Londres: Pandora, 1992. 267-293.

SALIS, Fernando Alvares. O documentário corretivo: performance e performatividade na teoria de Bill Nichols. In: MACHADO Jr., Rubens; SOARES, Rosana de Lima; ARAÚJO, Luciana Corrêa de (orgs.). Estudos de cinema – SOCINE VII. 2007. São Paulo: Annablume, 2007.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SILVA Fábio Ronaldo; FIGUEIREDO Jr., Paulo Matias; ELIEZER Jr. Néilson. A representação do viril nas capas da G Magazine [online]. 2007

SILVA, Fábio Ronaldo. A representação de homossexuais nas revistas DOM e Júnior [online].

Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-fabio-representacao-dos-homossexuais.pdf>> Acesso em 10 ago. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 73-102.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

SWAIN, Tânia Navarro. Heterogênero: uma categoria útil de análise. **Educar em revista** [online]. n.35, p. 23-36, 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300003>> Acesso em 14 jan. 2011.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008 .

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, n.24, p.127-152, Jun 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>> Acesso em 24 ago. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, vol 5., n. 1, p 7-31, 1995.

VEIGA, Marcia. **Ronaldinho, as travestis e o padrão Globo de heteronormatividade**. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. V ENECULT, 2009. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19357.pdf>> Acesso em 12 ago. 2010.

_____. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VENCESLAU, Pedro. Sobre lésbicas, revistas e mulheres peladas. **Portal Imprensa**, São Paulo, 07 nov. 2007. Disponível em <<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2007/11/07/imprensa109.shtml>> Acesso em 12 mai. 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 36-82.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 7- 72.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 2a. ed.

ANEXO A – Página inicial do Mix Brasil em 03 set. 2011

UOL ASSINE 0800 703 3000
OLHAR BUSCAR BATE-PAPO E-MAIL SAC SHOPPING ÍNDICE PRINCIPAL



CALÇADOS MASCULINOS

SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS

mixbrasil

ANOS online

COMPRA AGORA

pacote a partir de

RS 19,90

ESTÚDIO MASSAGEM MASCULINA

EXCLUSIVO DO ASSINANTE:

Usuário: ***** OK

Esqueceu sua senha? Cadastre-se

Usuário Uol

AGENDA
BLOGS
CENTRAL
CIO
CULTURA GLS
CELEBRIDADES
MR GAY
MIX ENCONTROS
JUNIOR
LIFESTYLE
PRIDE
RÁDIO
TV
SEXO



BLOGS

Cia
02:09: Homofóbicos, saiam do armário

Hélio
02:09: Dino

Felype
30:08: E se você descobrisse que o seu filho é usuário de Twitter?

Fernando
26:08: Aquele olhar

André Fischer
27:08: Gay 50ão carente: isca fácil para psicopatas

mais blogs

CENTRAL DE NOTÍCIAS

Juiz de Bauru proibe casamento civil entre homossexuais - 02/09/2011 18h35

Parada Gay de Osasco vai ser realizada no próximo dia 25 - 02/09/2011 13h25

Universidade Católica recebe simpósio de Direito LGBT - 02/09/2011 12h28

SP: Igreja gay realiza cultos semanais em Guarulhos - 02/09/2011 12h05

Am. Cantor de toadas é morto com 27 facadas em Patrim - 02/09/2011 11h02

Projeto Pupunha discute profissões e mundo LGBT - 02/09/2011 11h49

Chateado
Vereador Carlos Apolinário, criador do Dia do Orgulho heterossexual, diz de veto de Kassab é um tratado em favor dos gays

De volta à mídia
Bolsonaro fala em kit gay 2 e que vai criar a campanha Faça uma fogueira na sua Escola

Show homofóbico
Vereador do interior de São Paulo diz que teve vontade de bater em meninos gays que viu beijando. Ouça áudio

Bate no fresco
Crô, personagem gay de Fina Estampa, vai apertar de turma do futebol da novela



TV



Erasmus Viana na capa
Edição de aniversário (quatro ano baby) da JUNIOR circula só na próxima semana. Mas aqui você confere vídeo dos bastidores

LEIA MAIS NA CENTRAL DE NOTÍCIAS

Vem aí
DJ Clotti e a pista gay do festival Spirit Evolution

Próxima semana
Confira as festas que rolam no fim de semana da Parada gay de Florianópolis

Beach party
Neste domingo tem Parada em Cabo Frio e a gente mostra aqui a programação de festas

Que tanque!
Veja fotos extras do gato Junior Mariano, deliciosa cremosa da JUNIOR#51

SEXO

Contos
Vídeos
Ensaios
Cam log

PROIBIDO PARA MENORES

MAIS LIDAS

- 31/03/2011 13h13 Ter sido xingada me traz mais força pela causa, desaba Preta Gil
- 07/04/2011 12h51 Marta Suplicy altera texto do PLC 122 e libera pregação anti-gay em igrejas e templos
- 11/04/2011 18h23 Bispos brasileiros vão interferir no Supremo em decisão sobre união gay
- 05/04/2011 18h24 Legislativo tem medo de avançar na questão LGBT, critica Marta Suplicy
- 15/06/2011 13h18 Fotos exclusivas de Osvaldo Neto, o modelo que está abalando nas páginas da JUNIOR que está nas bancas
- 08/07/2011 11h30 Bolsonaro vai apresentar projeto de lei para separar sangue gay do hétero nos hospitais
- 15/04/2011 13h10 Filme que tem Cauã Reymond como gay já tem data de estreia e cartaz
- 18/05/2011 17h05 No próximo dia 19 de maio será lançada a terceira edição da Made in Brazil Mag. Veja vídeo
- 31/03/2011 19h30 Fotos extras dos gatos de Curitiba que brilharam na edição 26 da JUNIOR
- 09/05/2011 12h46 Novo Mister Brasil é Lucas Malvaoni. Veja fotos que ele fez para JUNIOR#7

MAIS COMENTADAS

SEUS DIREITOS
Guia Jurídica
Quer converter união estável em casamento civil?
Advogada explica como

SEXO
Pensada para você
Você pode testar nova caminha que está chegando ao mercado brasileiro. Saiba como

ENQUETE
Pesquisa sobre UNDERWEAR MASCULINA, realizada por pesquisador da SENAI/CETIQT, quer saber para que lado o homem brasileiro posiciona seu pênis na cueca. Para onde você aponta o seu?

- Para direita
- Para esquerda
- Para baixo
- Para cima

ver Resultado VOTAR

RADIO

Como evitar problemas em encontros marcados pelas internet? Meninos do mix respondem a essa questão

outros programas

AGENDA 03/09/2011

São Paulo
Um público jovem e fashionista, que procura por música pop, se aglomera uma vez ao mês...

São Paulo
A The Week recebe, neste sábado, dia 3, mais uma edição da Babylon com desfile...

São Paulo
Nesta quarta, dia 7, a Bubu realiza mais uma edição da Quarta Chica. A festa fica sob...

DAFITI

COMPRA AGORA

FRETE GRÁTIS EM ATÉ 12X

SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS SAIBA MAIS

CALÇADOS MASCULINOS

(11)

3081-2841

3823-2431

beth ditto homens milka rio sem preconceito cristo juiz de fora turismo casamento civil visitas intimas macho man turnê dia do orgulho hetero marlon teixeira beleza radio beijo lésbico camara marcos miron orientação sexual brasil boja virtual nky marlon musical televisao back to black luciana vendramini franca the puts escola sem homofobia morte

RSS
Facebook
Twitter
Assine INFOMIX: Seu email OK

MIX BRASIL
Anúncio
Quem Somos
Faite conosco

BLOGS
André Fischer
Carroca
Cia
Felype
Fernando
Hélio
Irving
Mel
Nicolas
Tiago

CIO
Bolacha Ilustrada
Lesland
Vange Leonel

CULTURA GLS
Artes
Biografias
Chef
Cinema
Design
Entrevistas
Lançamentos
Mídia
Música
Teatro
Televisão

LIFESTYLE
Bélica
Arena
Celebridades
Consumo
Divã
Grupos
Litesa
Esportes
Moda
Negócios
Pets
Pop
Religião
Saúde
Social / Noite
Turismo

PRIDE
Ativismo
Cartilhas
Cantinas
Intolerância
Nossa Língua
Paradas
Pesquisa
Política
PSI
Seus Direitos

SEXO
Amadores
Cam logs
Contos Eróticos
Demetro
Ensaios
Galeria
Garotos
Sex boys
sex.o.rama
Vídeos

TV MIX

RADIO MIX

ANEXO B – Telas das páginas iniciais e das matérias coletadas (CD-ROM)